

Fundação Joaquim Nabuco
Diretoria de Pesquisas Sociais
Programa de Iniciação Científica

Caderno de Resumos

nº3/2018



XIV JORNADA DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Pibic·Fundaj·CNPq

16 E 17 DE OUTUBRO DE 2018

Fundação Joaquim Nabuco

Ivete Jurema Esteves Lacerda
Presidente

Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura
Diretoria de Pesquisas Sociais

Programa de Iniciação Científica – PIBIC-Fundaj

Cesar de Mendonça Pereira
Coordenação

Cesar de Mendonça Pereira
Carlos Augusto Sant'anna Guimarães
Cecília de Melo Dias
Marcos Antônio Ramos Pereira
Rosineide Vieira da Silva
Comitê Interno (2017-2018)

Ane Caroline Ferreira da Silva
Maria Inês Machado Freire
Valdiane Souza Lima
Secretaria do Programa de Iniciação Científica

Catálogo

XIV Jornada de Iniciação Científica da Fundação Joaquim Nabuco
(16 e 17 de outubro de 2018, Recife, Pernambuco, Brasil).

Caderno de Resumos da XIV Jornada de Iniciação Científica.
Recife, FUNDAJ, 2018.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
PROGRAMAÇÃO DA XIV JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO	7
RESUMOS	8
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES SOBRE NASCIMENTOS E ÓBITOS INFANTIS NO RECIFE, PERNAMBUCO, 2013-2015.....	9
REPRESENTAÇÕES DA ÁFRICA E DOS AFRICANOS NA IMPRENSA DURANTE OS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA NO BRASIL (1889-1930).....	16
DECISÃO E PARTICIPAÇÃO NOS CONSELHOS GESTORES EM ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS.....	21
FATORES FACILITADORES E DIFICULTADORES NO USO DA INTERNET COMO RECURSO DE APOIO À PRÁTICA DOCENTE EM PERNAMBUCO.....	26
A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS PONTOS DE CULTURA	31
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA COMO TEMA DE SOCIOLOGIA PARA O ENSINO MÉDIO	35
A PESCA ARTESANAL NA ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES PARA UM DIÁLOGO DE SABERES SOBRE OS MANGUES E SEUS HABITANTES NO ENSINO FUNDAMENTAL	40
O FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS DO FUNDEB EM MUNICÍPIO DE PERNAMBUCO: UM ESTUDO SOBRE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO.....	46
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA SOB A PERSPECTIVA DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE PERNAMBUCO.....	52
AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS DOCENTES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO.....	60
A RECENTE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO INTERIOR DE PERNAMBUCO, MERCADO DE TRABALHO E CONCENTRAÇÃO DE RENDA	65
JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO ENSINO MÉDIO SOB A PERSPECTIVA DE DOCENTES E GESTORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM PERNAMBUCO	70
PROINFÂNCIA E O TRABALHO DOCENTE: UMA ANÁLISE DA LITERATURA	75
OS EFEITOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL SOBRE DESIGUALDADES EDUCACIONAIS, AUTOESTIMA E ASPIRAÇÕES FUTURAS DE ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS DO RECIFE.....	80
A EDUCOMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	85

EFEITOS E RESULTADOS DO PROINFÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	90
A ESTRUTURA DE MERCADO NO ENSINO SUPERIOR NO NORDESTE	94
O PROINFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL NAS ZONAS RURAIS DA REGIÃO NORDESTE	98
O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO: HISTÓRIA E TRAJETÓRIA DESDE 1963 .	103
TENDÊNCIA TEMPORAL DA MORTALIDADE INFANTIL POR MALFORMAÇÕES CONGÊNITAS NO RECIFE, PERNAMBUCO, BRASIL, 2001 - 2016.....	108
IDADE DA MÃE E DECORRÊNCIAS PARA OS FILHOS - ANÁLISE EXPLORATÓRIA	114
PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS NA AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU - UM OLHAR SOBRE OS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL	119
JUVENTUDE E JUVENTUDES: SUJEITOS E TEMAS DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO	124
PADRÕES ESPACIAIS DA MORTALIDADE INFANTIL EVITÁVEL NO RECIFE, PERNAMBUCO, 2013-2016	130
O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO JABOATÃO DOS GUARARAPES: HISTÓRIA E MEMÓRIAS	136
O ENSINO SUPERIOR E O MERCADO DE TRABALHO NO INTERIOR DE ALAGOAS.....	141

APRESENTAÇÃO

A FUNDAJ realiza a XIV Jornada de Iniciação Científica, evento que congrega os bolsistas de iniciação científica e orientadores da instituição. Esta Jornada constitui-se num importante fórum de debates sobre os estudos e pesquisas desenvolvidos no período 2017-2018. Atualmente, participamos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e recebemos 27 bolsas. Com o PIBIC, a FUNDAJ abre suas portas e compartilha o conhecimento produzido por seus servidores com os jovens graduandos de instituições públicas e privadas localizadas na região Nordeste e contribui, assim, para a formação de uma nova geração de pesquisadores.

Este caderno reúne os resumos produzidos pelos bolsistas e orientadores do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da FUNDAJ. Boa leitura!

Coordenação do Programa de Bolsas de Iniciação Científica

Fundação Joaquim Nabuco

PROGRAMAÇÃO DA XIV JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

16/10/2018		16h35		Participação política como tema de Sociologia para o Ensino Médio					
MANHÃ	08h00	ENTREGA DO MATERIAL	16h50	Bolsista: Elizabeth Maria de Oliveira	Orientador: Alexandre Zarias				
	09h00	ABERTURA Coordenadores: Cesar Mendonça e Alexandrina Sobreira	DEBATE - 16h55						
	APRESENTAÇÃO DOS BOLSISTAS								
	10h15	Juventude e participação política no Ensino Médio sob a perspectiva de docentes e gestores de uma Escola Pública em Pernambuco	17/10/2018 MANHÃ 09h00 Proinfinca e o trabalho docente: uma análise da literatura Bolsista: Jessica Costa Silva Orientador: Cibele Rodrigues 09h20 Participação política sob a perspectiva de estudantes de uma Escola Pública de Pernambuco Bolsista: Francielle R B dos Anjos Orientador: Allan Monteiro 09h40 Idade da mãe e decorrências para os filhos - análise exploratória Bolsista: Rafael Zimmerle da Nóbrega Orientador: Marvan Moreira 10h00 A Educomunicação como ferramenta de Educação Ambiental em unidades de conservação Bolsista: Larissa Fernandes Ferreira Orientador: Edneida Rabelo DEBATE - 10h20 INTERVALO - 10h40 - 10h50 10h55 O Conselho Estadual de Educação de Pernambuco: história e trajetória desde 1963 Bolsista: Marília de M Cavalcanti Orientador: Ana Abranches 11h15 O Conselho Municipal de Educação do Jalcoão dos Guararapes: história e memórias Bolsista: Thyara Freitas de Alcântara Orientador: Ana Abranches 11h35 Fatores facilitadores e dificultadores no uso do Internet como recurso de apoio à prática docente em Pernambuco Bolsista: Cynthia Patricia de Oliveira Orientador: Viviane Toraci DEBATE - 11h55 ALMOÇO 13h00 O Proinfinca e a Educação Infantil nas zonas rurais da Região Nordeste Bolsista: Mariana Uchôa S Barbosa Orientador: Patricia Simões 13h15 Efeitos e Resultados do Proinfinca na Educação Infantil dos municípios da Região Metropolitana do Recife Bolsista: Marcela Pires Barbosa Orientador: Patricia Simões 13h40 Padrões espaciais da mortalidade infantil evitável no Recife (PE), 2013-2016 Bolsista: Thassia Ferreira Cavalcanti Orientador: Cristine Borfm 14h00 Tendência temporal da mortalidade infantil por malformações congênitas no Recife, Pernambuco, Brasil, 2001-2016 Bolsista: Maysa Almeida da Silva Orientador: Cristine Borfm 14h20 Avaliação da qualidade das informações sobre nascimentos e óbitos infantis no Recife (PE), 2013-2015 Bolsista: Amanda de A Romaguera Orientador: Cristine Borfm DEBATE - 14h40 INTERVALO - 15h20 - 15h30 15h15 Produção e consumo sustentáveis na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU: um olhar sobre os resíduos sólidos no Brasil Bolsista: Rebeca A de A Araújo Orientador: Alexandrina Sobreira 15h35 O Funcionamento dos Conselhos de Fundeb em municípios de Pernambuco: um estudo sobre participação social no contexto da gestão democrática da educação Bolsista: Felipe Ribeiro de Melo Orientador: Henrique Guimarães 15h55 Representações da África dos africanos na imprensa durante os primeiros anos da República no Brasil (1889 - 1930) Bolsista: Amy Laura de Souza Araújo Orientador: Cibele Barbosa 16h15 Juventude e juventudes: sujeitos e temas da Sociologia no Ensino Médio Bolsista: Renata Coriolano de S Paixão Orientador: Alexandre Zarias DEBATE - 14h40 INTERVALO - 15h20 - 15h30 ENCERRAMENTO						
	10h30	Bolsista: Ivo Pereira Neto Orientador: Túlio Barreto							
	10h35	As condições de trabalho dos docentes do Instituto Federal de Educação de Pernambuco							
	10h50	Bolsista: Gilberto R de Souza Jr. Orientador: Darcilene Gomes							
	10h55	Decisão e participação nos Conselhos Gestores em áreas rurais protegidas							
	11h10	Bolsista: Claudio Luis Alves Monteiro Orientador: Beatriz Mesquita							
	11h15	A Internacionalização dos Pontos de Cultura							
11h30	Bolsista: Dalcete M de Albuquerque Orientador: Cesar Mendonça								
DEBATE - 11h35									
ALMOÇO									
TARDE	13h00	O Proinfinca e a Educação Infantil nas zonas rurais da Região Nordeste	DEBATE - 14h40 INTERVALO - 15h20 - 15h30 15h15 Produção e consumo sustentáveis na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU: um olhar sobre os resíduos sólidos no Brasil Bolsista: Rebeca A de A Araújo Orientador: Alexandrina Sobreira 15h35 O Funcionamento dos Conselhos de Fundeb em municípios de Pernambuco: um estudo sobre participação social no contexto da gestão democrática da educação Bolsista: Felipe Ribeiro de Melo Orientador: Henrique Guimarães 15h55 Representações da África dos africanos na imprensa durante os primeiros anos da República no Brasil (1889 - 1930) Bolsista: Amy Laura de Souza Araújo Orientador: Cibele Barbosa 16h15 Juventude e juventudes: sujeitos e temas da Sociologia no Ensino Médio Bolsista: Renata Coriolano de S Paixão Orientador: Alexandre Zarias DEBATE - 14h40 INTERVALO - 15h20 - 15h30 ENCERRAMENTO						
	13h15	Bolsista: Mariana Uchôa S Barbosa Orientador: Patricia Simões							
	13h20	Efeitos e Resultados do Proinfinca na Educação Infantil dos municípios da Região Metropolitana do Recife							
	13h35	Bolsista: Marcela Pires Barbosa Orientador: Patricia Simões							
	13h40	Padrões espaciais da mortalidade infantil evitável no Recife (PE), 2013-2016							
	13h55	Bolsista: Thassia Ferreira Cavalcanti Orientador: Cristine Borfm							
	14h00	Tendência temporal da mortalidade infantil por malformações congênitas no Recife, Pernambuco, Brasil, 2001-2016							
	14h15	Bolsista: Maysa Almeida da Silva Orientador: Cristine Borfm							
	14h20	Avaliação da qualidade das informações sobre nascimentos e óbitos infantis no Recife (PE), 2013-2015							
	14h35	Bolsista: Amanda de A Romaguera Orientador: Cristine Borfm							
DEBATE - 14h40									
INTERVALO - 15h20 - 15h30									
15h15	Produção e consumo sustentáveis na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU: um olhar sobre os resíduos sólidos no Brasil	DEBATE - 14h40 INTERVALO - 15h20 - 15h30 ENCERRAMENTO							
15h30	Bolsista: Rebeca A de A Araújo Orientador: Alexandrina Sobreira								
15h35	O Funcionamento dos Conselhos de Fundeb em municípios de Pernambuco: um estudo sobre participação social no contexto da gestão democrática da educação								
15h50	Bolsista: Felipe Ribeiro de Melo Orientador: Henrique Guimarães								
15h55	Representações da África dos africanos na imprensa durante os primeiros anos da República no Brasil (1889 - 1930)								
16h10	Bolsista: Amy Laura de Souza Araújo Orientador: Cibele Barbosa								
16h15	Juventude e juventudes: sujeitos e temas da Sociologia no Ensino Médio								
16h30	Bolsista: Renata Coriolano de S Paixão Orientador: Alexandre Zarias								
DEBATE - 14h40									
INTERVALO - 15h20 - 15h30									
ENCERRAMENTO									

RESUMOS

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES SOBRE NASCIMENTOS E ÓBITOS INFANTIS NO RECIFE, PERNAMBUCO, 2013-2015

Amanda de Ataídes Romaguera¹; Cristine Vieira do Bonfim²

¹Estudante do Curso de Enfermagem – FENSG/UPE; e-mail: amandaaromaguera@gmail.com, ²Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – CIEG e DIPES; e-mail: cristine.bonfim@uol.com.br

RESUMO: Para monitorar a mortalidade infantil é fundamental dispor de informações confiáveis sobre a realidade estudada. Para isso, são feitas análises sobre a qualidade dos sistemas de estatísticas vitais, a fim de mensurar a confiabilidade dos dados. O objetivo desta pesquisa foi avaliar a qualidade dos dados sobre óbitos infantis no SIM e no Sinasc, Recife, Pernambuco, Brasil. Estudo transversal com dados de 114.424 nascidos vivos e 1.071 óbitos infantis. Para vinculação dos dados foi empregado o *linkage* determinístico, utilizando o programa R versão 3.5.0. Calculou-se o percentual de incompletude de 10 variáveis comuns às duas bases antes e após o *linkage*. Foram relacionados 1.035 óbitos entre os sistemas (96,6%). Todas as variáveis analisadas foram classificadas como excelente, antes e após o *linkage*. A concordância foi classificada como quase perfeita para as variáveis qualitativas e como excelente para as variáveis quantitativas. O *linkage* foi fundamental para a qualificação da informação sobre os óbitos infantis, auxiliando na recuperação de dados do Sinasc para o SIM. Além disso, é uma técnica de fácil acesso e baixo custo operacional que pode ser utilizado na rotina da vigilância do óbito infantil para o contínuo aprimoramento das informações.

Palavras-chave: Estatísticas vitais; Mortalidade infantil; Nascimento vivo; Sistemas de informação em saúde.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o Ministério da Saúde implantou o SIM (1975) e o Sinasc (1990) com o intuito de padronizar os registros de óbitos e nascimentos no país (FRIAS et al., 2017). O SIM é alimentado pela Declaração de Óbito (DO) e o Sinasc pela Declaração de Nascido Vivo (DNV) (CAETANO; VANDERLEI; FRIAS, 2013). O preenchimento incorreto dos formulários de nascimentos e óbitos afeta diretamente o diagnóstico de saúde (QADDUMI et al., 2017). O *linkage* é uma ferramenta para analisar a qualidade da informação, que através da vinculação entre base de dados, permite identificar um mesmo indivíduo em diferentes bancos (DATTANI; MACFARLANE, 2018). No âmbito da mortalidade infantil, o *linkage* possibilita ganho de informações e identifica erros capazes de modificar os



indicadores de saúde, como o preenchimento incorreto dos campos nos formulários (DEBRINKER et al., 2015).

O trabalho contribui com a avaliação da qualidade do preenchimento das variáveis dos formulários de nascimentos e óbitos infantis, a fim de auxiliar para a melhoria do monitoramento e prevenção da mortalidade infantil. O objetivo deste estudo foi avaliar a qualidade dos dados sobre óbitos infantis no SIM e no Sinasc no Recife, Pernambuco, Brasil.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Estudo descritivo, realizado no Recife (PE), com dados de nascidos vivos de mães residentes no Recife e óbitos infantis de menores de um ano. Os dados foram vinculados através do *linkage* determinístico e os cálculos da incompletude e concordância foram feitos utilizando *The R Project for Statistical Computing* version 3.5.0. A variável-chave foi o número da DNV. A incompletude avalia o número de campos não preenchidos em cada variável e foi analisada antes e após o *linkage*. A concordância verifica se o preenchimento de uma variável foi feito de maneira idêntica nos dois bancos de dados. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas da Fundação Joaquim Nabuco (CAAE: 90160818.7.0000.5619) e contou com a anuência da Secretaria de Saúde do Recife para obtenção dos bancos de dados.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Foram registrados 114.424 nascidos vivos no Sinasc e 1.071 óbitos de menores de um ano de idade no SIM. Com o uso do *linkage* foram encontrados 1.035 (96,6%) pares perfeitos (DO/DN). Resultado semelhante foi identificado em pesquisa que comparou o percentual de vinculação entre cinco capitais brasileiras, destacou Recife em terceiro lugar com 95,6% de vinculação (MAIA, SOUZA, MENDES; 2015). As maiores incompletudes no pré-*linkage* foram: 'quantidade de filhos tidos mortos' (2,89%) no SIM e 'duração da gestação' (1,55%) no Sinasc. No pós-*linkage*, a maior incompletude foi das variáveis 'escolaridade da mãe' e 'duração da gestação' (0,48% cada) (Tabela1).

Tabela 1 – Incompletude (%) das variáveis dos óbitos infantis nos Sinasc e SIM, antes e depois do linkage, Recife, Pernambuco

Variável	Pré-linkage						Pós-linkage		
	SIM			Sinasc			SIM+Sinasc		
	n	%	Escore	n	%	Escore	n	%	Escore
		0,7			0,0			0,0	
Data de nascimento	8	7	E	-	0	E	-	0	E
	1	1,7		1	1,1			0,4	
Escolaridade da mãe	8	3	E	2	5	E	5	8	E
	2	2,6		1	1,5			0,4	
Duração da gestação	7	7	E	6	5	E	5	8	E
	1	1,4			0,0			0,0	
Tipo de gravidez	5	4	E	1	9	E	1	9	E
		0,0			0,0			0,0	
Sexo	-	0	E	-	0	E	-	0	E
	1	1,2			0,0			0,0	
Idade da mãe	3	5	E	-	0	E	-	0	E
	1	1,6			0,0			0,0	
Tipo de parto	7	4	E	1	9	E	1	9	E
	1	1,2			0,0			0,0	
Peso ao nascer	3	5	E	1	9	E	-	0	E
Quantidade de filhos tidos mortos	3	2,8			0,0			0,0	
	0	9	E	1	9	E	1	9	
	2	2,1			0,0			0,0	E
Quantidade de filhos tidos vivos	2	2	E	1	9	E	1	9	E

*E = Excelente (< 5%); B = bom (5 a 9 %); RE = regular (10 a 19,9%); ruim (20 a 49,9%) e muito ruim (≥ 50%)

A variável ‘quantidade de filhos tidos mortos’ apresenta alta incompletude, porém quando preenchida, tem alta confiabilidade. A sua escrita nos formulários causa dúvidas na contagem dos filhos anteriores, como incluir ou não abortos (GABRIEL et al., 2014). A variável ‘duração da gestação’ é a de pior preenchimento entre as relacionadas à gestação e parto; capaz de mascarar fatos sobre a assistência à gestante e ao recém-nascido, por deixar de informar variáveis preditoras do risco para o óbito infantil (MATHEWS et al., 2015). A qualidade da variável ‘escolaridade da mãe’ tem aumentado nos últimos anos devido à capacitação de profissionais responsáveis pelo preenchimento e processamento dos dados (SILVESTRIN et al., 2018). O ganho de informações no pós-linkage ocorre devido à disponibilidade de informações nos prontuários hospitalares ou no cartão da gestante, melhorando a completude das variáveis na DNV (SILVESTRIN et al., 2018). Todas as variáveis qualitativas tiveram concordância quase perfeita e todas as quantitativas concordância excelente (Tabela 2).

Tabela 2 - Análise de concordância entre as variáveis comuns dos óbitos infantis nos Sinasc e SIM, Recife, Pernambuco, 2012-2016

Variável	Coefficiente	L.I.*	L.S.**
Variáveis qualitativas¹			
		0,83	
Escolaridade da mãe	0,866	8	0,893
		0,78	
Duração da gestação	0,813	5	0,842
		0,91	
Tipo de gravidez	0,951	7	0,985
		0,95	
Tipo de parto	0,967	1	0,982
		0,95	
Sexo	0,970	5	0,984
Data de nascimento	0,988	0,98	0,995

2

Variáveis quantitativas²

		0,77	
Quantidade de filhos vivos	0,875	7	0,953
Quantidade de filhos mortos	0,934	3	0,978
		0,97	
Idade da mãe	0,981	1	0,989
		0,98	
Peso ao nascer	0,983	0	0,986

1

Coeficiente Kappa; ² Coeficiente de correlação intra-classe *Limite inferior do intervalo de 95% de confiança
**Limite superior do intervalo de 95% de confiança

Os resultados mostram que a utilização do *linkage* na saúde, permite a redução da incompletude nos sistemas de estatísticas vitais. Esta técnica é uma estratégia com alto potencial para melhorar a notificação de óbitos, através do aprimoramento da confiabilidade e qualidade dos dados (NEGANDHI et al., 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *linkage* permitiu a recuperação de informações para o SIM que se encontravam ausentes na DO de menores de um ano. Os dados contidos nesses sistemas mostraram-se de qualidade e confiáveis para os estudos epidemiológicos que busquem a redução da mortalidade infantil. Em função da facilidade de acesso, baixo custo operacional e simplicidade de execução, sugere-se a incorporação desta técnica na rotina da investigação do óbito infantil.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Fundação Joaquim Nabuco e à pesquisadora Cristine Vieira do Bonfim pelo apoio e orientação durante a pesquisa.



REFERÊNCIAS

Caetano SF, Vanderlei CM, Frias PG. Avaliação da completude dos Instrumentos de Investigação do Óbito Infantil no município de Arapiraca. **Cad Saude Col** [Internet]. 2013 [cited 2017 dez 15]; 3(21):309-317. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-462X2013000300012&script=sci_abstract&tIng=pt

Dattani N, Macfarlane A. Linkage of Maternity Hospital Episode Statistics data to birth registration and notification records for births in England 2005-2014: methods. A

population-based birth cohort study. **BMJ Open** [Internet]. 2018 [cited 2018 mar 15]; 8:e017897. Available from: <https://bmjopen.bmj.com/content/8/2/e017897>

Deb-Rinker P et al. Differences in perinatal and infant mortality in high-income countries: artifacts of birth registration or evidence of true differences?. **Bmc Pediatrics** [Internet]. 2015 [cited 2018 jun 8]; 15(1):112. <https://bmcpediatr.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12887-015-0430-8>

Frias PG et al. Utilização das informações vitais para a estimação de indicadores de mortalidade no Brasil: da busca ativa de eventos ao desenvolvimento de métodos. **Cad Saude Pub** [Internet]. 2017 [cited 2018 mar 28]; 33(3):1-13. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2017000305014&script=sci_abstract&tIng=pt

Gabriel GP et al. Avaliação das informações das Declarações de Nascidos Vivos do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc) em Campinas, São Paulo, 2009. **Rev Paulista de Ped** [Internet]. 2014 [cited 2017 set 4]; 32(3):183-188. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-05822014000300183&script=sci_abstract&tIng=pt



Maia LTS, Souza WV, Mendes ACG. A contribuição do linkage entre o SIM e SINASC para a melhoria das informações da mortalidade infantil em cinco cidades brasileiras. **Rev Bras Saúde Matern Infant** [Internet]. 2015 [cited 2017 ago 26]; 15(1):57-66. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-38292015000100057&script=sci_abstract&tIng=pt

Mathews TJ et al. Infant mortality statistics from the 2013 period linked birth/infant death data set. **National vital statistics reports** [Internet]. 2015 [cited 2017 dez 14]; 64(9):1-30. Available from: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26270610>

Negandhi PH et al. Improving reporting of infant deaths, maternal deaths and stillbirths in Haryana, India. **Bulletin Of The World Health Organization** [Internet]. 2016 [cited 2018 jul 3]; 94(5):370-375. Available from: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4850528/>

Qaddumi JAS et al. Quality of death notification forms in North West Bank/Palestine: a descriptive study. **Bmc Research Notes** [Internet]. 2017 [cited 2018 jul 15]; 10(1):154. Available from: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/28399918>

Silvestrin S et al. Avaliação da incompletude da variável escolaridade materna nos registros das Declarações de Nascidos Vivos nas capitais brasileiras - 1996 a 2013. **Cad Saúde Pub** [Internet]. 2018 [cited 2018 jul 6]; 34(2):1-11. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2018000205005&script=sci_abstract&tIng=pt

REPRESENTAÇÕES DA ÁFRICA E DOS AFRICANOS NA IMPRENSA DURANTE OS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA NO BRASIL (1889-1930)

Anny Laura de Souza Araújo¹; Cibele Barbosa da Silva Andrade²

¹Graduada do Curso de História – UNICAP; e-mail: annylaura_17@hotmail.com, ²Pesquisadora da Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte da Fundaj – MECA / CEHIBRA, e-mail: cibelesilva@fundaj.gov.br

RESUMO: O presente trabalho visa analisar o contexto histórico da influência francesa no Brasil e principalmente das representações imagéticas e textuais da África e dos africanos distribuídas dentro da prensa brasileira do final do século XIX até o início da Era Vargas. Depois da Lei Áurea, a população negra inicia então um novo desafio: a luta contra o preconceito arraigado e a desigualdade social, impulsionada pelos intelectuais, como Nina Rodrigues e suas teorias raciais. Foram às teorias raciais que deram status científico às desigualdades sociais entre os seres humanos e por meio do conceito de “raça” puderam classificar a humanidade. A raça não é uma realidade ideológica, mas uma construção, muitas vezes perversa, porque ela leva a um campo de hierarquização. Segundo Lilia Schwarcz, o Brasil era descrito como uma nação composta de raças miscigenadas, porém em transição, rumo ao branqueamento racial. É nesse período que se intensificam a circulação de periódicos voltada à mídia negra como A Voz da Raça, O Clarim da Alvorada, jornais de caráter político como o Estado de Minas, social como o Almanaque Garnier, humorístico como a Revista Ilustrada, que denunciavam ou reproduziam discursos sobre a inferioridade do negro em relação ao branco. A coleta e captura dessas informações foram realizadas através do site da Hemeroteca Digital Brasileira, tendo como resultado a produção de um banco de dados acerca da temática.

Palavras-Chave: Periódicos; Influência Francesa; Mídia Negra; Teorias Raciais.

INTRODUÇÃO

O presente projeto consiste em uma pesquisa histórica sobre as representações da África e dos africanos nos periódicos brasileiros publicados entre os anos de 1889 e 1930. O plano de trabalho se insere nas atividades do projeto Imaginário colonial e racismo nas primeiras décadas da República no Brasil o qual tem como objetivo analisar a representação dos africanos e dos afrodescendentes na iconografia de circulação comercial (cartões postais, rótulos, gravuras em jornais entre outros), analisando o papel desses produtos na consolidação do racismo no Brasil entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Nesse caso a análise dos textos e imagens produzidos pela imprensa no período permitirá compreender de que maneira as teorias do racismo científico foram reproduzidas e/ou problematizadas na sociedade da época, cujo período, conhecido como Belle Époque, foi marcado pela adoção de padrões estéticos e culturais europeus (especialmente franceses) por parte das elites culturais e administrativas do país. Nesse sentido os artigos levantados e analisados permitirão a compreensão dos debates e das ideias sobre os africanos e afrodescendentes no Brasil bem como os diferentes posicionamentos sobre a questão racial. A ideia é relacionar a imagem dos africanos contida nesses materiais importados com o racismo exercido sobre as populações afrodescendentes no Brasil no recorte cronológico selecionado.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia consiste na análise do propósito de pesquisa descritiva, elaborando um estudo que passou inicialmente por uma revisão bibliográfica acerca das teorias raciais do final do século XIX, alimentadas por médicos, historiadores, antropólogos e sociólogos, como Oliveira Vianna, os médicos João Batista de Lacerda e Nina Rodrigues, Gilberto Freyre, entre outros. Depois de me debruçar nos estudos das teorias raciais o segundo passo da pesquisa foi investigar a influência francesa no Brasil, através de discursos, imagens e matérias de jornais que elogiavam ou criticavam a França e os franceses. O período histórico desse projeto (1889-1930) engloba a Belle Époque brasileira que foi um período de expansão econômica acompanhada de avanços tecnológicos. Essa influência também se exerceu no campo das atribuições étnico-raciais, pois muitos dos cientistas da época que preconizavam a ideia de uma “hierarquia de raças” eram franceses como o diplomata Arthur de Gobineau, que publicava teses justificando as diferenças sociais entre negros e brancos pela inferioridade biológica do africano.

O último passo dessa pesquisa foi focado em artigos, textos e jornais, principalmente de imprensa negra, sobre a África e os africanos, sendo coletados em várias fontes impressas discursos raciais, imagens, charges acerca do tema. Dentre os jornais e revistas pesquisados estão periódicos de cunho humorísticos como O Malho, Careta e Fon-Fon, os de caráter político e social como Gazeta de Notícias, Diário de Pernambuco, O Estado de Minas e os de

mídia negra como A Voz da Raça, Chibata, O Clarim da Alvorada, entre outros. Como a metodologia descreve os procedimentos de coleta e análise dos dados para a obtenção dos resultados. Esta pesquisa se aprofundou nas fontes impressas, como jornais e revistas, a partir de uma abordagem quantitativa e qualitativa dos materiais coletados, que só foi possível após a aplicação do trabalho com a documentação existente na hemeroteca da Fundação Joaquim Nabuco, na página online do Arquivo Público do Estado de São Paulo, e principalmente na documentação de periódicos da Biblioteca Nacional, através do site da Hemeroteca Digital Brasileira, <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, considerado o maior acervo de jornais e revistas do Brasil em formato digital, facilitando a anexação de jornais de todas as partes do país.

RESULTADO/DISCUSSÃO

A pesquisa consistiu na busca de diversos jornais e revistas de diferentes Estados do Brasil, tendo como principal ferramenta de coleta de dados o site da Hemeroteca Digital. Todas as informações dos jornais que foram capturadas passaram por um processo de sistematização, tendo como resultado a elaboração e conclusão do banco de dados da pesquisa. Além do trabalho com fontes impressas, outro campo que fez parte do projeto foi a análise de fontes como sites, artigos, revistas, dissertações, teses e livros que giram em torno da temática. Os resultados alcançados desta pesquisa foram: a confecção de um banco de dados; realizaram-se mais de 350 capturas nos jornais e revistas; foram encontrados também mais de 30 textos – entre artigos, dissertações, teses e livros – que tem relação com o tema da pesquisa, formando assim uma radiografia dos principais assuntos que envolvem por um lado, a influência francesa no Brasil e por outro, os discursos, imagens e as representações em torno da África e dos africanos divulgados pela prensa brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre todos os jornais pesquisados foi satisfatório o progresso durante o processo contínuo da pesquisa. O trabalho envolveu jornais de diversos lugares do Brasil, de norte a sul. A linguagem e as informações extraídas deles permitiram compreender o panorama social do Brasil correspondente ao período de 1889-1930. Pesquisando a influência francesa nos

periódicos, durante a Belle Époque brasileira, constatei como era forte a atuação francesa na sociedade brasileira, sendo presente na educação, na cultura, na urbanização das cidades, na moda, na literatura, introduzindo nos cidadãos brasileiros costumes e ideias nos moldes europeus. Os jornais pesquisados também contribuíram para uma investigação acerca de como a África e suas representações bem como os africanos são vistos pela sociedade brasileira. São várias reportagens e comentários em tom de diminuição, de superioridade do branco em relação ao negro, ou seja, o racismo não é velado nas páginas dos jornais. O preconceito e a discriminação é notória, a imagem do negro é altamente colocada em evidência em comparação com o branco. Mas também foram encontradas notícias com teor crítico e de protesto pela condição do negro no Brasil. Por conseguinte, a consulta à documentação comprova a tese da influência do racismo científico no Brasil. Segundo Lilian Schwarcz, o racismo é uma construção cultural nascida das profundas diferenças sociais que nos dividem. Nos anos de 1930 há uma exaltação oficial da mestiçagem como nossa profunda singularidade e a ciência passa a deslegitimar a ideia de que a mestiçagem é ruim.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Cibele Barbosa, pela orientação, dicas e aprendizado. Depois a estrutura física da Villa Digital e aos seus funcionários sempre solícitos. E por último a coordenação do PIBIC-Fundaj, especialmente as funcionárias da secretaria pelos serviços prestados, atenção e pela gentileza no tratamento, e ao CNPq, pelo financiamento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, M. L. Tucci. **O racismo na História do Brasil: mito e realidade**. 2ªed. São Paulo: Ática, 1995.
- LOPES, M. A. de O. **Beleza e Ascensão na Imprensa Negra Paulistana: 1920-1940**. São Paulo: DP & A, 2015.
- MENESES, U. B. de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.
- NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

RANGEL, P. S. Apenas uma questão de cor? As teorias raciais dos séculos XIX e XX. Revista Simbiótica, Espírito Santo, v. 2, n. 1, p. 12-21, 2015.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil-1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DECISÃO E PARTICIPAÇÃO NOS CONSELHOS GESTORES EM ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS

Cláudio Luis Alves Monteiro¹; Beatriz Mesquita Jardim Pedrosa²

¹Estudante do Curso de Ciência Política do Centro de Filosofia e Ciências Humanas daUFPE;
email: claudiomonteiro.l.a@gmail.com, ²Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco/ Centro de Estudos de Cultura, Identidade e Memória

RESUMO

Como se dá a participação social em conselhos gestores de áreas marinhas protegidas? É feita uma comparação entre os Conselhos Gestores da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais e da Reserva Extrativista Acaú-Goiana, localizadas no Nordeste do Brasil, por meio da análise de conteúdo dos documentos de registro das reuniões, executada no software R, além de observação participante de reuniões. Os Resultados apontam diferenças no engajamento político entre os grupos setoriais que podem ser explicados pelo favorecimento do conhecimento técnico em relação ao conhecimento tradicional. Também é possível observar que os conselhos possuem um importante papel na troca de informação e articulação entre grupos difusos.

Palavras-chaves: Área Protegida, Conselho de UC; Comunidade Pesqueira;
Participação Social;

INTRODUÇÃO

Recursos naturais devem ser utilizados sustentavelmente, sendo necessária a articulação entre os atores envolvidos de forma a regulamentar o uso destes recursos. Um instrumento institucional para gerir essa situação são as Áreas Protegidas (APs) que pressupõem participação da sociedade em sua gestão por meio de Conselhos Gestores, os quais são normatizados pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC).

Este estudo está inserido no projeto “Ecologia Política da Pesca de Crustáceos no Nordeste Brasileiro” em seu componente de governança e busca analisar o processo de participação social, bem como características de conflito e cooperação das grupos setoriais nos conselhos gestores de Unidades de Conservação (UCs) no Nordeste do Brasil. Este trabalho mostra uma comparação entre o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (APACC) e o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Acaú-Goiana (RESEX-AG), localizadas no Nordeste brasileiro.



METODOLOGIA

Foi feito levantamento de registro por Análise de Conteúdo (BARDIN, 2010) (23 reuniões da APACC e 13 da RESEX-AG) e observação participante (3 reuniões) em que foi possível identificar a proporção de fala por grupo setorial e o grau de conflito e cooperação. Quantitativamente foram identificadas as situações de fala dos conselheiros de modo a analisar quais grupos detém maior participação nos debates. Qualitativamente, a leitura embasou a identificação de debates relevantes para os temas identificados a partir de Almeida e Cunha (2011): (1) transparência e publicidade do conselho; (2) igualdade e pluralidade entre os grupos setoriais e (3) as situações de conflito e cooperação entre os conselheiros. Foi utilizado o software livre R para categorizar os debates bem como o pacote RQDA, desenvolvido para performar análises qualitativas.

RESULTADOS

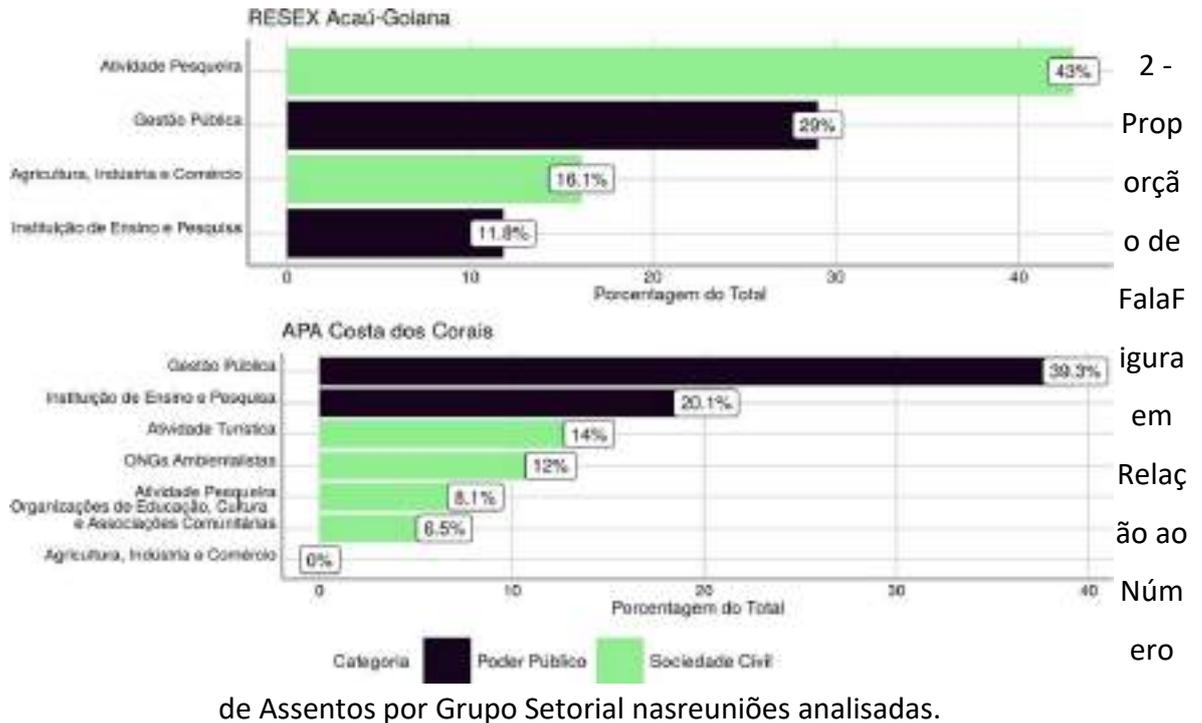
No tocante à transparência e publicidade no conselho ambas APs apresentaram falhas e pontos positivos, como a exemplo da RESEX que possui um site com todas as pesquisas científicas realizadas na área em contraste à APA, porém não possui as listas de presença dos conselheiros nas reuniões disponíveis à livre acesso. Os debates envolvem os procedimentos pelo qual o conselho se expõe à sociedade e também como se dá a comunicação interna entre os participantes. Existem divergências de opiniões quanto a estes procedimentos, falhas administrativas da gestão ou de responsabilidades dos conselheiros. Os conselheiros da APA dão maior atenção a esse tema em comparação aos conselheiros da Resex.

As situações de igualdade e pluralidade foram analisadas a partir das falas de cada conselheiro por grupo setorial (Figuras 1 e 2). Os conselhos de Unidades de Conservação garantem e fortalecem a participação da sociedade na gestão desses territórios. Entretanto, essa participação é desproporcional entre os grupos que o compõem, comprometendo a igualdade e pluralidade dos conselhos (Figura 1). Grupos que possuem mais conhecimento técnico e científico (Figura 2) tendem a se sobressair nos debates sobre aqueles que possuem conhecimento tradicional. A desigualdade socioeconômica também

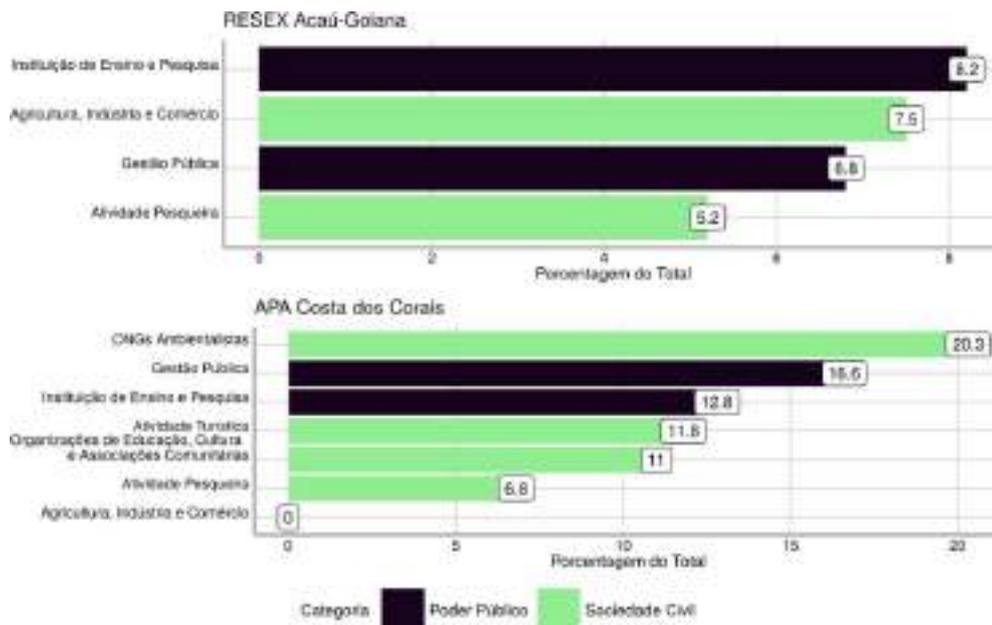
faz com que grupos com menor poder não participem tanto dos processos quanto aqueles que o possuem.

Esses resultados configuram baixo desempenho de comunidades de usuários, uma complicação à representação democrática visto que os princípios de inclusão e igualdade, apesar de serem contemplados legalmente, na prática não se aplicam.

Figura 1 - Porcentagem de Fala do Total por Grupo Setorial.



de Assentos por Grupo Setorial nas reuniões analisadas.



A

utilização de linguagem técnica, comum na área ambiental, pode gerar o não-reconhecimento das decisões como legítimas por parte do público, fato observado internamente, sobretudo na APACC. Alguns conselheiros podem se sentir coagidos a não participar do debate, por não se adequarem à linguagem técnica ou não compreenderem os procedimentos burocráticos internos aos Conselhos.

As situações de Conflito e Cooperação puderam ser identificadas: cooperação nos Conselhos existe no tocante à troca de informações relevantes para a gestão das APs e coordenação entre as esferas públicas (e destas com a sociedade) na resolução de problemas locais. Diferenças entre os conselhos valem ser ressaltadas quanto aos conflitos internos: na RESEX-AG, entre conselheiros e gestores do ICMBio existe conflito no tocante à fiscalização do setor pesqueiro e outros setores e à percepção de impunidade que as comunidades pesqueiras demonstram sobre os impactos dos grandes empreendimentos da região. Já na APACC o favorecimento do discurso técnico científico em detrimento do conhecimento tradicional da pesca ficou evidenciado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conselhos de Unidades de Conservação garantem e fortalecem a participação da sociedade na gestão desses territórios. A análise das falas nos debates foi inovadora e mostrou diferenças de participação entre os conselheiros. Limitações podem ser observadas devido a possíveis limitações dos registros.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Joaquim Nabuco e ao Pibic/CNPq. À orientadora Beatriz Mesquita pelos ensinamentos e a toda a equipe da APA Costa dos Corais e RESEX Acaú-Goiana, os conselheiros, pescadores e colegas, nessa experiência muito enriquecedora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. C. R. de; CUNHA, E. S. M. A Análise da Deliberação Democrática: Princípios, Conceitos e Variáveis Relevantes. **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. IPEA. 2011.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. (1977). **Lisboa (Portugal): Edições, v. 70, 2010.**

FATORES FACILITADORES E DIFICULTADORES NO USO DA INTERNET COMO RECURSO DE APOIO À PRÁTICA DOCENTE EM PERNAMBUCO

Cynthia Patrícia de Oliveira¹; Viviani Toraci Alonso de Andrade²

¹Estudante do Curso de Gestão da Informação- CAC/UFPE; e-mail: cynthia.ooliveira@gmail.com,

²Pesquisadora da Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional da Fundaj -DIFOR/FUNDAJ;
e-mail: viviane.toraci@fundaj.gov.br

RESUMO: A profissão docente é uma das mais antigas ao longo do tempo, as mudanças sociais geraram novas demandas, e os docentes tiveram que suprir tais requisitos, investindo em sua profissionalização. Assim, o profissionalismo docente passa a ter um maior nível de exigência, reunindo comportamentos, objetivos, valores, políticas capazes de reger o grupo e desenvolver o conhecimento da ocupação. Dentre as exigências, estão à utilização das TDICs na prática docente, dessa forma a pesquisa desenvolvida tem como objetivo identificar os fatores facilitadores e dificultadores no uso da Internet como recurso de apoio à prática docente em Pernambuco. A metodologia utilizada na pesquisa é exploratória, onde foi realizada revisão bibliográfica e análise de dados secundários. Espera-se com os resultados desta segunda fase da pesquisa, contribuir para o desenvolvimento de produtos capazes de auxiliar o trabalho docente no ensino de ciências humanas no ensino médio.

Palavras-chave: Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. Educação. Comunidade Escolar. Prática Docente.

INTRODUÇÃO

A profissão docente é uma das mais antigas. O professor do Ocidente era caracterizado como autônomo em suas atividades e possuía autoridade. Ao longo do tempo, as mudanças sociais geraram novas demandas, e os docentes tiveram que suprir tais requisitos, investindo em sua profissionalização. Assim, o profissionalismo docente passa a ter um maior nível de exigência, reunindo comportamentos, objetivos, valores, políticas capazes de reger o grupo e desenvolver o conhecimento da ocupação. Dentre as exigências, estão as utilizações das TDICs nas práxis docente.

Para Mendes (2011) as inclusões das TICs na educação ocasionaram mudanças no modelo clássico de ensino. De modo que, surgia o modelo tecnológico. Esse esquematizando as mudanças atitudinais do professor para cumprimento de seu novo papel como mediador

nas práticas de ensino-aprendizagem. Nesta perspectiva, a pesquisa atribuiu a investigar se e como os professores de Ciências Humanas do ensino médio público pernambucano adotam conteúdos de divulgação científica publicados na internet em sua prática profissional?

A pesquisa propõe contribuir para a segunda fase da pesquisa Divulgação Científica na Internet e o ensino de Ciências Humanas na Educação Básica. Cujo objetivo geral é identificar os fatores facilitadores e dificultadores no uso da Internet como recurso de apoio à prática docente em Pernambuco. A metodologia empregada foi de caráter exploratório, espera-se com os resultados desta segunda fase da pesquisa contribuir para o desenvolvimento de produtos capazes de auxiliar o trabalho docente no ensino de ciências humanas da educação básica.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para identificar os fatores facilitadores e dificultadores como recurso à prática docente em Pernambuco seriam utilizadas como metodologias a aplicação de survey eletrônico e realização de grupos focais nas cinco mesorregiões do estado. Entretanto, devido a negociações com a Secretaria de Educação de Pernambuco para realização da pesquisa de campo, ocorreram modificações. Dessa forma a pesquisa é exploratória, obtendo revisão bibliográfica acerca do universo da pesquisa e análise de dados secundários na base de dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). Foi realizado: a) Continuidade a pesquisa exploratória na Web com intuito de ampliar o banco de dados referencial; b) Identificação dos recursos de divulgação científica disponíveis na Internet voltados para o ensino de Ciências Humanas na Educação Básica; e c) Elaboração do blog (<https://cienciashumanasweb.wordpress.com/>) pela plataforma Wordpress.com. Vale ressaltar, que todas as informações geradas pela pesquisa foram tratadas, classificadas, organizadas e disponibilizadas no banco de recursos online no blog da pesquisa.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Foi obtido como resultado da pesquisa: a) Revisão bibliográfica das condições do trabalho docente e presença das TICs na educação; b) Alimentação do *Facebook* da pesquisa; c)

Criação e alimentação do blog da pesquisa; d) Disponibilização do Banco de Dados referencial no blog da pesquisa; e) Análise de dados sobre o Universo da pesquisa. No que tange a análise dos dados sobre o universo da pesquisa, tem-se indicadores da Região Nordeste : 1) habilidades no uso de computador e a internet, 2) capacitação para uso das TICs no cotidiano escolar, 3) atividades em âmbito educacional e escolar, 4) recursos utilizados; e 5) barreiras para o uso.

No quesito habilidades, um ponto a considerar é a forma de aprendizado e atualização dos docentes da educação básica no uso do computador e da internet. Na região Nordeste, 88% afirmam que aprenderam sozinhos (as) e 75% dos casos, afirmam não ter realizado uma formação continuada para uso do computador e internet no último ano.

No que diz respeito à capacitação, é nítida a informalidade nas formas de aprendizado sendo, 98% dos professores procurar informações na rede usando buscadores na internet; 88% participam de redes sociais e 84% enviam e-mails. Entretanto, apenas 36% participam de fóruns ou grupos de discussão on-line e 31% criam e atualizam blogs e páginas na internet. Temos, assim, um professor-usuário, que utiliza as tecnologias para preparar suas aulas para os alunos, e não para realizar atividades com os alunos. Quando questionados sobre o uso do computador e da internet em sua prática pedagógica, 93% afirmam buscar conteúdos a serem trabalhado em sala de aula, 76% buscam exemplos de planos de aula, 72% pesquisam e baixam livros na internet, 66% usam portais de professores e 59% realizam tarefas administrativas da escola. Além da forma de acesso, um dos resultados apresentados é a utilização de recursos que facilitam e dificultam a prática docente. No que tange os recursos da internet que os professores utilizam na prática, estão 98% dos profissionais utilizam os recurso para preparação de aula. De tal preparação, 82% utilizam para questões de prova ou avaliações; 80% textos variados; 86% imagens, figuras, ilustrações ou fotos; 79% notícias; 59% filmes ou animações; 57% listas com indicações de leitura; 50% planos de aula e 57% videoaulas. O menos recorrente é: 42% jogos; 45% apresentações prontas; 17% *podcasts*.

Quanto às plataformas que os docentes utilizam estão: 68% Blogs de professores e de escolas; 65% Sites de escolas; 63% Portal do professor do MEC; 59% Sites de revistas ou

jornais; 61% Sites de editoras; 54% Enciclopédias digitais; 31% Redes sociais e 17% Outros. Quanto a publicação de recursos produzidos 60% dos profissionais alegam que “não” publicam, 28% que “sim”, e 12% “não modificou o conteúdo ou criou um novo a partir do conteúdo obtido da Internet”.

Ao serem questionados sobre as barreiras de uso das TDIC na escola, os professores alegam em 84% dos casos que o número de computadores por aluno é insuficiente, 77% que os equipamentos estão obsoletos ou ultrapassados, 76% a baixa velocidade de conexão à internet, 75% um número insuficiente de computadores conectados à internet e 71% ausência de suporte técnico e manutenção dos equipamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a inserção das TICs na educação ocorreram modificações na prática do ensino, tais elas moldando a profissionalização e o profissionalismo docente. Evidenciando o perfil docente, cujo existe uma dedicação adicional do professor a buscar e coletar as informações através dos recursos como blogs, redes sociais, outros profissionais a fim de auxiliarem na sua prática pedagógica. Além de relatarem os fatores facilitadores como: acesso, preparação de material didático e aproximações com os alunos. Dentre as barreiras e fatores dificultadores foram apontados a infraestrutura, acesso aos laboratórios e capacitações através de formações continuada. Apesar de identificar os recursos e desafios enfrentados pelo professor, deve-se atentar que as políticas públicas governamentais desenvolvidas são grandes investimentos acerca inserção das TDICs na educação. Contudo existe pouca atenção ao principal agente de mudança: o profissional docente. É nesta perspectiva que torna-se necessário uma mudança comportamental e cultural, que envolve barreiras objetivas e subjetivas, pois uma vez que solucionando essas questões implicam melhorias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq pela bolsa concedida durante o período da pesquisa, à FUNDAJ por ter financiado minha participação em evento científico e por proporcionar outros eventos na instituição e um agradecimento especial a minha orientadora Viviane Toraci pelo incentivo, apoio e orientações em todas as etapas do trabalho.



REFERÊNCIAS

CETIC.BR. **TIC Educação** - **2016**.Disponível em
<<https://www.cetic.br/tics/educacao/2016/professores/>> acessado em 04 mar. 2018.

MENDES, M. C. M.. **O perfil do professor do século XXI desafios e competências: As competências profissionais dos professores titulares e professores na região de Basto.**

2011. 513 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Educação, Universidade de Granada, Granada, 2011. Cap. 8. Disponível em: <<http://0-hera.ugr.es.adrastea.ugr.es/tesisugr/20058214.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2018.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS PONTOS DE CULTURA

Dalete Maria de Albuquerque¹; Cesar Pereira²

¹Estudante do Curso de Serviço Social - UFPE; e-mail: dalete.albuquerque@gmail.com

² Pesquisador da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj; E-mail: cesar.pereira@fundaj.gov.br

RESUMO: O presente trabalho se propôs investigar a respeito da internacionalização dos Pontos de Cultura. Também fez parte da nossa investigação, identificar quais são os países que adotaram o Programa Cultura Viva, como Política Cultural. Para isso foi importante entender como os Pontos de Cultura foram implementados nos países aderentes, para poder descrever a aplicação do Programa Viva nos países que o implementaram. Segundo nossa pesquisa identificou, os países que aderiram ao Programa foram: Argentina, Chile, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Peru e Uruguai, além do México e da Espanha. E todos, a partir da experiência ocorrida no Brasil. De acordo com que percebemos, o Programa despertou o interesse também de da Espanha.

Palavras-chaves: Cultura Viva; Pontos de Cultura; Políticas culturais.

INTRODUÇÃO

O Programa Cultura Viva foi instituído na gestão do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, no ano de 2004, por meio da Portaria nº 156 de julho/2004 como parte das ações do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva, uma rede orgânica de criação e gestão cultural, cuja principal ação é os Pontos de Cultura. Ele objetiva potencializar ações culturais, já desenvolvidas por setores historicamente excluídos das políticas públicas, procurando criar condições de desenvolvimento econômico alternativo e autônomo para a sustentabilidade da comunidade. Dessa forma, à medida que os movimentos sociais são reconhecidos como sujeitos de manifestações culturais legítimas, os poderes locais passam a respeitá-los e reconhecê-los.

Na prática o Programa Cultura Viva valoriza a cultura territorial e amplia a descentralização, porque considera e respeita a territorialidade. Ele visa potencializar ações culturais já existentes, ou seja, as manifestações culturais que já existem e não intencionar a criação de novas. Nessa perspectiva, a possibilidade de êxito em se promover uma ação cultural existente é bem maior do que assumir o risco de criar uma nova ação cultural, pois nesse caso teria que se demandar esforços para sua estruturação.

Para o Programa, a autonomia não é uma mera transferência de responsabilidade, ela é adquirida no processo de relacionamento entre os pares, ou seja, com outros Pontos de Cultura, na interação da sociedade com a autoridade, que é o Estado e na sua aquisição do saber, incorporada ao patrimônio cultural. Assim, pode-se perceber a autonomia como processos de modificação das relações de poder, o que leva a empreendê-la como trabalho social, político e cultura. Nesse sentido, a autonomia é a materialização e, conseqüentemente, afirmação social.

O Programa Cultura Viva, desde sua implantação, despertou o interesse da comunidade internacional. Na execução do Programa era previsto a existência dos Pontos de Cultura no exterior a fim de alcançar os brasileiros residentes fora do país, porém isto acabou não dando certo. No entanto, a internacionalização do Programa aconteceu e é nosso objetivo identificar esses países, além de investigar o processo de implementação e os pontos positivos e negativos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é uma ferramenta muito importante para a construção do conhecimento e também para dar visibilidade a questões que, por vezes, precisam de novas respostas, novos enfrentamentos. Minayo (2009, p.16) afirma que “é a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e atualiza frente à realidade do mundo”. Por meio deste processo novos horizontes são mostrados e, à medida que perguntas são respondidas, outras irão surgir a fim de evidenciar, dessa forma, outras problemáticas, pois esse é um processo contínuo de investigação.

E “toda investigação se inicia por uma questão, por um problema, por uma pergunta, por uma dúvida. A resposta a esse movimento do pensamento geralmente se vincula a conhecimentos anteriores ou demanda a criação de novos referenciais”. (Minayo, 2009, p.16). E pesquisa bibliográfica é importante para, a partir dela, desenvolver novos conhecimentos a respeito do objeto estudado, além de que o aporte teórico é fundamental para o embasamento conceitual.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (2009, p. 21) “trabalha questões do universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. E

ainda afirma que “esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas também por pensar sobre o que faz”. (p.21). Tudo o que ele faz tem relação com própria realidade, pois sua ação e a forma como ela é interpretada, bem como é compartilhada com outros indivíduos, está intrinsecamente ligada à sua percepção da realidade. No caso da presente pesquisa, ela consiste em investigar a internacionalização dos Pontos de Cultura, refletindo sobre o desempenho do Programa nos países que aderiram e pontuando aspectos positivos e negativos. Ela se desenvolverá por meio do levantamento bibliográfico e documental referentes ao tema proposto. Esta investigação se caracteriza como uma pesquisa qualitativa.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Políticas culturais e território são dimensões que se levadas em consideração torna possível criar mecanismos de representação e identificação cultural, sem que haja uma reprodução pura e simples de culturas nas quais determinados indivíduos não se percebem.

Dessa forma uma política cultural que considera o território é também aquela que respeita os sujeitos em suas representações simbólicas e espaciais; que parte da premissa que há diversidade dentro da humanidade que esta característica é inerente aos indivíduos.

As políticas culturais são de suma importância e quando aliadas ao território denotam o respeito a diversidade cultural, pois a cultura retrata a identidade de uma comunidade e que nesse processo envolve a questão simbólica, do que aquele espaço geográfico representa para o indivíduo. Cada território é carregado de significados exatamente por ser habitado por pessoas com histórias localizadas que se identificam, se reconhecem e são refletidas por meio uma expressão cultural pode não representar necessariamente uma unanimidade dentro de um país, por exemplo.

O Brasil é um país com uma diversidade cultural bastante significativa. É desse país, cheio de significados que surgem as mais diversas expressões da cultura popular, não mostrada, escondida, por não fazer parte da elite e o que ela representa. E o autor retrata, que mesmo esse silêncio é cheio de significação. Ao falar sobre a Chapada do Araripe, ele afirma que “é neste vale do silêncio que a voz do nosso povo se faz ouvir com toda sua diversidade. Como

silêncio não é vazio e sempre está carregado de significado” (TURINO, p14, 2009) e ao falar sobre Pontos de Cultura ele ressalta que há neste caso, um forte objetivo do que denomina de desesconder o Brasil.

Dessa forma, entre os países da América Latina também cresceu o interesse pelo formato e proposta do Programa e muitos aderiram e implantaram os Pontos de Cultura. Por ser um projeto que considera a dinâmica cultural como algo vivo e pulsante, o Cultura Viva personifica e potencializa as ações da comunidade e se torna um agente social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Pontos de Cultura são a expressão de vida, do cotidiano, são formas de identidade, de como as pessoas se veem. É marcado e carregado de simbologia, pois é local e territorial. Pois a cultura liga os indivíduos naquilo em que eles se identificam. Nas lutas por direitos sociais, nas vivências comuns compartilhadas, tudo pode ser expressado por meio das diversas expressões culturais e os Pontos de Cultura consolidam isso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, e à minha família. Agradeço também à Fundaj/PIBIC pela oportunidade e ao CNPQ pela concessão da bolsa e ao meu orientador Cesar Pereira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, M.; W; G. G.. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 2ª edição. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. Programa Nacional de Educação, Cultura e Cidadania: Cultura Viva. Brasília: Ministério da Cultura, 2004.

IBERCULTURAVIVA. **Cultura Viva: uma experiência coletiva na Ibero- América**

Disponível em: <http://iberculturaviva.org/o-programa> Acesso em: 27 fev. 2018

MINAYO, M. C. S. (Organizadora). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2009.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA COMO TEMA DE SOCIOLOGIA PARA O ENSINO MÉDIO

Elizabete Maria de Oliveira¹; Alexandre Zarias²

¹ Estudante de Licenciatura em Ciências Sociais – FENSG/ UPE; elizabeteoliveira.tpa@gmail.com;

² Pesquisador da Diretoria de Pesquisas da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) – Cecim/Dipes; alexandre.zarias@fundaj.gov.br

RESUMO

Esta pesquisa compreende a análise dos livros de Sociologia aprovados pelo Plano Nacional de Livros Didáticos de 2018 (PNLD) no que diz respeito aos conteúdos relacionados com a temática “participação política”. Esta pesquisa durou um ano (do segundo semestre de 2017 ao primeiro semestre de 2018), tem natureza exploratória, com abordagem qualitativa e revisão teórica sobre a temática examinada. No Brasil, a questão da participação política passou a ganhar novos contornos a partir das conhecidas “marchas de junho de 2013”, quando milhares de pessoas saíram às ruas levantando as mais diversas bandeiras, envolvendo questões relacionadas com o sistema econômico e político nacional, e direitos sociais. A escola, por sua vez, apresenta-se como responsável por dar suporte aos seus estudantes no que diz respeito ao conhecimento da realidade social e política, especialmente do Brasil (LDB, 1996). A partir da análise dos livros, foi possível perceber que o tema participação política aparece de forma transversal às discussões referentes à democracia e à cidadania, e geralmente é relacionado ao exercício do voto, apesar de a maioria dos livros ressaltarem que a participação política vai além disso.

Palavras-chave: Participação política. Livros didáticos. Sociologia. Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa compreende a análise dos livros de Sociologia aprovados pelo Plano Nacional de Livros Didáticos de 2018 (PNLD), que está em sua terceira edição, no que diz respeito aos conteúdos relacionados com a temática “participação política”.

As referências bibliográficas utilizadas para a análise dos livros didáticos correspondem a textos científicos relacionados com a temática da pesquisa. Portanto, teve como base o Dicionário de Política (BOBBIO, 1992), a pesquisa *Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas* (IBASE/POLIS, 2005) que aponta os possíveis espaços de ação participativa, e o livro *Quebrando Mitos: juventude, participação e políticas* (CASTRO, ABRAMOVAY, 2009), que destaca a importância da juventude na participação política.



Os livros didáticos fornecem aos docentes e discentes um instrumento de potencialização de seus saberes. Trata-se de um recurso valioso para o acesso à cultura e ao desenvolvimento da educação. Sendo assim, é significativo analisar de que forma esses livros abordam uma temática como esta, que se reflete na realidade social, política e econômica do país.

Os resultados desta pesquisa mostraram que o tema participação política aparece transversal às discussões referentes à democracia e à cidadania, e geralmente é relacionado ao voto.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, revisão teórica sobre a temática da pesquisa e análise bibliográfica dos cinco livros didáticos de Sociologia (PNLD-2018), aprovados pelo Plano Nacional de Livros Didáticos de 2018 (PNLD), especialmente os adotados nas escolas públicas integrais de Ensino Médio do Recife.

Os livros foram analisados com o objetivo de identificar como é apresentado o tema “participação política”. Este estudo teve como foco apenas os conteúdos didáticos e não as atividades propostas pelos livros. As obras analisadas foram: “Tempos modernos, tempos de sociologia” (BOMENY et al., 2016); “Sociologia” (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2016); “Sociologia em movimento” (SILVA et al., 2016); “Sociologia hoje” (AMORIM; BARROS; MACHADO, 2016); “Sociologia para jovens do século XXI” (COSTA; OLIVEIRA, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ideia de participação política é abrangente. Ela está ligada à noção de *democracia* e de *cidadania*. Esses temas implicam “participação, envolvimento e cuidado”, e a participação [...] “dos ganhos” de “uma sociedade [...] sejam políticos, sociais, sejam econômicos” (BOMENY et al., 2016, p.300-305).

A participação pode ser exercida em diferentes níveis. Abarca tanto a participação em ações decisórias quanto a tomada de decisões, seja no âmbito da política institucional ou na esfera social mais ampla. Segundo o Dicionário de Política (BOBBIO, 1992), a participação política:



é geralmente usada para designar uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para certa agremiação política, [...] por aí além. [...] participação se acomoda também a diferentes interpretações, já que se pode participar [...] desde a condição de simples espectador [...] à de protagonista de destaque (BOBBIO, 1992, p.888).

No Brasil, a questão da participação política passou a ganhar novos contornos a partir das conhecidas “marchas de junho de 2013”, quando milhares de pessoas saíram às ruas levantando as mais diversas bandeiras, envolvendo questões relacionadas ao sistema econômico e político nacional, e direitos sociais.

No livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (2016), capítulo “Participação política, direitos e democracia” são abordados temas associados à vida democrática. Dessa forma, entram em discussão o período do golpe civil-militar de 1964 e o movimento de *Diretas Já* que ficou conhecido por reunir “partidos políticos de oposição, artistas, intelectuais, sindicatos, estudantes, meios de comunicação” (BOMENY et al., 2016, p.303).

No livro *Sociologia em movimento* (2016), a participação política é vista como “ato de deliberação pública que organiza a vontade geral [em que] a liberdade e o desenvolvimento individual só podem ser alcançados plenamente com a participação direta e contínua dos cidadãos” (SILVA et al., 2016, p. 182).

Apesar da prática da cidadania política geralmente ser associada à questão do voto, Costa e Oliveira (2016, p. 202) destacam em *Sociologia para jovens do século XXI* a existência de outras importantes formas de participação política, e que são “muitas vezes mais eficazes”.

Em *Sociologia* (2016), a participação política aparece ligada também ao desenvolvimento de um país, tal como as autoras afirmam ao dizer que “o desenvolvimento de um país está vinculado à condição da cidadania de sua população e não ocorre somente com a superação da pobreza socioeconômica, mas se estende à ampliação da participação política” (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2016, p. 237).

No livro *Sociologia hoje* (2016), com base nos estudos de Robert Putnam (1941), surge o termo “participação cívica” que proporciona, às regiões em que existe, mais

prosperidade econômica além de mais respeito às leis, menos corrupção, menores taxas de sonegação de impostos e de criminalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito à análise desses livros didáticos de Sociologia do Ensino Médio, o assunto de participação política aparece, em todos os livros, transversal às discussões referentes à democracia e à cidadania. Assim, são destacadas, com grande frequência, as noções de direitos e deveres dos cidadãos em sociedade.

Apesar de todos os livros mencionarem esse tema em alguma parte do livro, de forma direta ou indireta, e ressaltarem sua importância para o exercício da cidadania, da mobilização social, da ampliação e do cumprimento dos direitos sociais, apenas os livros *Sociologia em movimento* (2016) e *Sociologia* (2016) definem o que é participação política, trazendo uma abordagem mais aprofundada do assunto. É possível perceber também que, apesar das formas de participação política serem abrangentes, elas geralmente aparecem relacionadas ao exercício do voto.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa só se fez possível a partir do auxílio da Fundação Joaquim Nabuco, assim como do CNPq, aos quais agradeço. Agradeço também a todos aqueles que me incentivaram e acreditaram nessa jornada, em especial a Alexandre Zarias que acompanhou e orientou esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de; MACHADO, Igor José de Renó. **Sociologia hoje**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2016.

ARAÚJO, Sílvia Maria; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Editora Scipione, 2016.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.

BOMENY, H. et al. **Tempos modernos, tempos de sociologia**. 3. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas**. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: RITLA, 2009.

COSTA, Ricardo Cesar Rocha da; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Sociologia para jovens do século XXI**. 4. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

IBASE & POLIS. **Juventude Brasileira e Democracia: participação e esferas de políticas públicas**. Rio de Janeiro: IBASE, 2005.

SILVA, A. et al. **Sociologia em movimento**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2016.



A PESCA ARTESANAL NA ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES PARA UM DIÁLOGO DE SABERES SOBRE OS MANGUES E SEUS HABITANTES NO ENSINO FUNDAMENTAL

Esdras José de Santana¹ Pedro Castelo Branco Silveira²

¹Estudante de graduação no curso de Geografia – Licenciatura na Universidade Federal de Pernambuco e Bolsista de Iniciação Científica Fundaj/CNPq. e-mail: esdrasjosesantana@gmail.com;

²Pesquisador Titular e Orientador no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica da Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: pedrocbsilveira@gmail.com

RESUMO

Este relatório tem como objetivo apresentar e discutir uma experiência sobre as intervenções pedagógicas e oficinas, envolvendo os estudantes do ensino fundamental, professores, pescadores artesanais e pesquisadores. As atividades foram realizadas em duas escolas no entorno da Reserva Extrativista Acaú-Goiana entre o estado de Pernambuco e Paraíba, com a finalidade de provocar diálogos entre os saberes científicos e tradicionais/populares com os pescadores de crustáceos (caranguejos, guaiamum, aratu e siri). Mediamos as intervenções com intuito de valorizar o trabalho do pescador artesanal e das relações com o manguezal. As atividades trouxeram a vivência comunitária e familiar dos estudantes e pescadores convidados por meio da discussão sobre a ecologia dos crustáceos e aspectos de sua pesca, trazidas junto a debates sobre modelos de desenvolvimento, impactos ambientais, conhecimentos tradicionais e auto-valorização. O trabalho indica a necessidade de uma educação diferenciada em comunidades pesqueiras.

INTRODUÇÃO

Os pescadores de caranguejos, guaiamuns e aratus habitam as áreas litorâneas do Nordeste onde ocorrem manguezais. São populações socialmente vulneráveis (Castro, 1967) que se utilizam de um ambiente de importância central para a biodiversidade (Schaeffer-Novelli, 1995) utilizando conhecimentos tradicionais especializados (Souto, 2008). Ao mesmo tempo, suas atividades têm pouca visibilidade política, e são pouco abordadas no contexto escolar, mesmo em escolas de regiões onde a pesca artesanal tem grande importância socio-econômica.

No estuário do rio Goiana, que divide os estados de Pernambuco e Paraíba e é rico em áreas de manguezal bem preservadas, há muitos pescadores destes crustáceos, em um número difícil de estimar, provavelmente muitas centenas. Este estuário foi declarado pelo



Governo Federal, no ano de 2007, como Reserva Extrativista (Resex), uma categoria de unidade de conservação ambiental destinada à conservação ambiental e à manutenção do modo de vida de povos tradicionais (Alegretti, 1994), neste caso os pescadores artesanais. A criação desta Resex veio a partir de uma mobilização das colônias e associações de pescadores das comunidades da área do estuário (Acaú, Baldo do Rio, Carne de Vaca, Caaporã e Tejucofapo), com apoio do Conselho Pastoral dos Pescadores, de universidades e instituições de pesquisa e do Ministério do Meio Ambiente (Silveira et. al., 2013).

Nos últimos meses, a pesca do caranguejo tem sido politizada no âmbito da produção de um novo marco legal para a conservação e uso sustentável do caranguejo-uçá e por conta de uma portaria que vem sendo questionada legalmente, a portaria 445 do MMA, que proíbe a captura do guaiamum por declará-lo uma espécie criticamente ameaçada de extinção.

A politização da conservação dessas espécies contrasta com a pouca participação dos catadores de crustáceos, mesmo no âmbito do movimento dos pescadores e, no caso da Resex Acaú-Goiana, em seu Conselho Deliberativo. Além disso, o tema da pesca nos manguezais, e da pesca artesanal de forma geral, é pouco discutido no âmbito escolar nas comunidades pesqueiras.

Diante desse panorama, o relatório buscar apresentar e problematizar uma experiência da realização de um diálogo de saberes, com atividades praticadas envolvendo estudantes do ensino fundamental, com pescadores convidados e professores, produzimos debates sobre a pesca artesanal e a experiência da pesca no manguezal, desenhos da anatomia das espécies dos crustáceos (caranguejo-uçá, guaiamum, aratu e siri) e uma oficina fabricação de um petrecho de pesca (ratoeira).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os resultados desejados dos objetivos no estudo foram utilizados procedimentos inspirados nas metodologias de pesquisa-ação (THIOLLENT. 1985) e pesquisa participante (Brandão, 1981).

Procurando por em diálogo, de maneira horizontal, o conhecimento produzido na escola com os conhecimentos da pesca artesanal, em interação ainda com os conhecimentos

acadêmicos e com os conhecimentos cotidianos dos participantes, esta pesquisa buscou um processo simétrico, em que o conhecimento científico não se sobressaia às outras formas de conhecimento, mas sim dialogue com as mesmas, num equilíbrio na ecologia de conhecimentos à qual se refere Boaventura de Sousa Santos (2006).

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Foram realizadas atividades nas escolas Presidente Costa e Silva, na comunidade de Tejucofapo, em Goiana-PE e na escola Adauto Viana, em Caaporã. As atividades compreenderam debates sobre a ecologia, comportamento e pesca das espécies de caranguejo capturadas (caranguejo-uçá, guaiamu, siri e aratu),.

Nessa perspectiva, o primeiro encontro “construindo uma intervenção por meio do diálogo e a consciência de ter orgulho de ser pescador (a)”, os estudantes foram convocados para sistematizar seus conhecimentos prévios sobre o diálogo com os pescadores. Posteriormente, nas “atividades dinâmicas sobre a vida dos crustáceos” puderam produzir e discutir alguns conhecimentos sobre a fauna e flora dos crustáceos. Por fim, ao realizar “a armadilha: oficina de construção de ratoeira” puderam fazer um exercício prático de análise de como é a pescaria dos crustáceos, refletindo a estética sobre a arte da pesca e as estratégias, assim, compreendendo que todo o saber dos pescadores é criado cuidadosamente, com o objetivo de tirar o seu auto-sustento para a sua família.

Em meio às discussões sobre a ecologia dos animais e do mangue, e sobre as técnicas de pesca, discutiram-se questões como sustentabilidade, desenvolvimento, poluição e auto-estima, pois compreendemos a educação para as comunidades pesqueiras como uma discussão que também envolve os direitos, protagonismo e a sabedoria da ancestralidade dos pescadores a serem representados. A aplicação deste diálogo de saberes evidenciou o valor de construir canais de diálogo para os estudantes, pescadores e pesquisadores possam expressar o que pensam sobre a pesca artesanal no manguezal, e principalmente, possam aprofundar seu conhecimento crítico sobre as relações de espaço vivido com a comunidade que têm marcado conflitos territorial de empreendimentos privados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos observar que ao fazer um diálogo de saberes pode-se encontrar um processo produtivo de atuar na comunidade. Encontramos algumas dificuldades práticas que não nos permitiram desenvolver completamente as atividades programadas em todas as escolas, mas consideramos que os objetivos foram atingidos de forma satisfatória, pois as ações de intervenção pedagógicas possibilitaram estimular a criatividade dos estudantes, solidariedade, autonomia, respeito e responsabilidade. A atuação com os pesquisadores, professores e pescadores (a) da comunidade valorizaram os etnosaberes dos pescadores em contato com os alunos para a comunidade, reconhecendo que este processo de educação de valorização da atividade da pesca artesanal ainda é marginalizado, e precisa com urgência ser apresentado como política pública. Vale dizer que realizamos atividades com uma ótica de educação diferenciada em um sistema escolar que não está conformado para atuar segundo essa ótica, o que nos indica a importância de uma educação contextualizada, não apenas em projetos pontuais, mas na própria organização e funcionamento das escolas.

O ponto que mais nos chamou a atenção foi o baixo status da condição de pescador, o que se refletiu na dificuldade inicial dos alunos admitirem sua conexão familiar com a pesca e o valor de seus próprios conhecimentos. A presença de pescadores da comunidade acompanhados de pesquisadores externos discutindo um tema fruto de baixa auto-estima comunitária parece ter sido importante para despertar nos alunos a valorização das atividades tradicionais da comunidade e da história familiar de muitos deles.

REFERÊNCIAS

- ALLEGRETTI, M. H. Reservas Extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ARNT, R. (Ed.) **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Curitiba, PR: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, Fundação Konrad Adenauer, 1994. P. 17 – 47.
- ALVES, R.R.N.; NISHIDA, A.K. A ecdise do caranguejo-uçá, *Ucides cordatus* (Crustacea, Decapoda, Brachyura) na visão dos caranguejeiros In: **Interciencia**, v. 27, n. 3, p. 110-117. 2002.
- BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

- BRASIL. Lei 4771, de 15 de setembro de 1965. In: MEDAUAR, O. **Coletânea de legislação de direito ambiental** 3. ed.. Revista dos Tribunais, São Paulo, 2004.
- BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. In: MEDAUAR, O. **Coletânea de legislação de direito ambiental**. 3. ed. Revista dos Tribunais, São Paulo, 2004.
- BRASIL. **Programas Parâmetros em Ação, Meio ambiente na Escola: Caderno de Apresentação**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental / MEC, 2001.
- CASTRO, Josué de. **Prefácio ao livro Homens e Caranguejos**. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- HAIMOVICI, M; ANDRIGUETTO-FILHO, J.M; SUNYE, P.S. A pesca marinha e estuarina no Brasil: estudos de caso multidisciplinares. In: (org.). **A pesca marinha e estuarina no Brasil: estudos de caso multidisciplinares**. Rio Grande: Ed. da FURG. 2014.
- INSTITUTO OCEANÁRIO-PE. **Diagnóstico socioeconômico da pesca artesanal do litoral de Pernambuco**. Recife: Instituto Oceanário, 2009.
- ALVES, JORGE ROGÉRIO (Org). **Manguezais: educar para proteger**. Rio de Janeiro: FEMAR: SEMADS, 2001.
- MARINS, R.V. & DIAS, F.J.S.. **Alteração na hidroquímica do Estuário do Rio Jaguaribe: Descarga ou retenção de sedimentos**. Anais do IX Congresso Brasileiro de Geoquímica, Belém, 2003.
- MENEZES, M. P. M.; MEHLIG, U. **Manguezais as florestas da Amazônia costeira**.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **A desnecessidade do trabalho entre pescadores artesanais**. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 17, n. 38, p. 192-220, jan/abril, 2015.
- SANTOS, Boaventura de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.
- SCHAEFFER-NOVELLI, Y. **Manguezal: ecossistema entre a terra e o mar**. São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1995. 150 p.
- SCHULER, CAB, VC ANDRADE & DS SANTOS. **O manguezal: composição e estrutura**. In: BARROS. HM Esquinazi-Leça, SJ. 2000.
- SILVEIRA, Pedro C.B. ; Mesquita, B. P.; Melo, L. S.; Oliveira Filho, I. R.; Rosas, J.C.; Monteiro, A. **Reservas extrativistas e pesca artesanal: etnografia do campo socioambiental em Pernambuco**. Relatório de pesquisa, Fundaj, 2010.

SILVEIRA, Pedro C. B.; Mesquita, B. P.; Melo, L. S.; Oliveira Filho, I. R. **Estuário, paisagem-fluxo de pescadores artesanais. I luminuras**. v. 14, p. 304-323, 2013.

SOUTO, F. J. B. **A ciência que veio da lama: etnoecologia em área de manguezal**. Série Estudos e Debates, n. 5, Recife, Nupeea/SBEE, 2008.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

ZABALA, A. **A prática educativa como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.



O FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS DO FUNDEB EM MUNICÍPIO DE PERNAMBUCO: UM ESTUDO SOBRE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

Felipe Ribeiro de Melo¹; Henrique Guimarães Coutinho²

¹Estudante do Curso de História - UFPE; e-mail: felipe.ribeirom@hotmail.com, ²Pesquisador(a) da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES/CECIM; e-mail: henrique.guimaraes@fundaj.gov.br

RESUMO: O objetivo desse trabalho é analisar o funcionamento e atuação dos Conselhos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) em Pernambuco, observando como tem se desenvolvido a participação da sociedade na fiscalização e deliberação sobre os recursos educacionais, considerando o contexto de gestão democrática em esferas locais. O trabalho utiliza-se, para tal, de uma metodologia quantitativa e análise bibliográfica. Foi constatado um perfil dos conselheiros e o nível em que a participação foi efetivada. Alguns problemas em sua estrutura foram expostos, sendo ainda necessário uma melhoria, mas em geral o resultado foi positivo, instituindo uma nova dimensão democrática para a sociedade. Essa investigação é fundamental, já que o conselho do Fundeb possui papel estratégico no contexto dos repasses dos recursos da educação para as esferas municipais, dependendo dele a aprovação da aplicação da verba para a educação.

Palavras-chave: educação; gestão democrática; participação

INTRODUÇÃO

A criação dos conselhos gestores está relacionada com a democratização das políticas públicas, a partir da redemocratização do Brasil e consolidada com a Constituição de 1988. Isto teve como objetivo proporcionar maior participação e controle social sobre ações do Estado, descentralizando o modelo de gestão até então existente.

Era o encerramento dos anos da ditadura militar e a relação Estado-sociedade de então não mais satisfazia. Parecia ter sido retirado o véu de ilusão da legitimidade e progresso daquele governo – devido, principalmente, a crise econômica e a retomada da inflação. A sociedade clamava por uma posição mais atuante e não mais subjugada pelos braços fortes do Estado. Essa reivindicação de um novo papel não estaria direcionada à obtenção e controle de poder, subjugando as demais esferas, mas sim em estabelecer uma influência direta nesse jogo gestacional, levando questões que julgassem necessárias. (VIERA, 2008)



Essa movimentação vai refletir na criação de uma nova constituição, organizada para atender essa nova configuração do Estado, promulgada no ano de 1988. Esta era caracterizada pela o rompimento da centralização do poder – significando maior autonomia municipal – além da abertura para a participação da sociedade civil, agora com mais espaço para implementação, formulação e controle das políticas públicas. Com uma sociedade civil organizada e estruturada é possível auxiliar na manutenção e defesa dos direitos coletivos, de importância crucial para o desenvolvimento social do país. Temos aí o exemplo dos conselhos do Fundeb. (MORAIS, 2016)

No ano de 2005 é encaminhada apresentação ao Congresso Nacional que sugeria a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Nº415. Irá ser votado aquele que viria para substituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) que finda em 2007 - e que já apresentava limitações de funcionamento. (DAVIES, 2006)

Sua criação prevê uma duração de quatorze anos e ampliou os campos de atuação do seu antecessor, o Fundef, incluindo os níveis educacionais básico e a educação de jovens e adultos. Davies (2006) explica que o Fundeb é um fundo formado por uma conta única de impostos estaduais e federais pertencentes às esferas subnacionais (estados e municípios) que foi implantado de forma gradual, alcançando o percentual definitivo de 20% no terceiro ano de vigência. Mesmo apresentando um aumento com relação à porcentagem arrecadada do Fundef, deve-se levar em consideração que sua área de atuação e a quem atende, aumentou.

O conselho do Fundeb possui um papel estratégico no contexto dos repasses dos recursos da educação para as esferas municipais por que esta instância participativa é responsável não apenas pela fiscalização dos recursos do fundo, como também depende dele a aprovação da aplicação dos recursos da educação na esfera municipal. Se o conselho não aprovar as contas da gestão municipal de educação, o município terá os recursos retidos pela esfera federal.

Os conselhos gestores, fazem emergir uma nova dimensão democrática, reconfigurando os moldes de encaminhamentos das práticas políticas do Brasil até então. A sociedade civil é

chamada a participar, de forma institucionalizada, e não apenas contribuir, minimamente, para o enredamento político através das eleições representativas federais/estaduais/municipais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo é um recorte para o Estado de Pernambuco de uma Pesquisa de Avaliação dos Conselhos do Fundeb realizada pela Fundação Joaquim Nabuco em todo Nordeste. A pesquisa levou em consideração a complexidade e as especificidades do campo das políticas educacionais caracterizado por tensões e conflitos e utilizou uma metodologia quantitativa que abrangeu, através de uma amostra aleatória representativa, 401 municípios nos nove estados nordestinos respeitando seus critérios de proporcionalidade entre eles em relação à população, tamanho da rede pública, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal- IDHM.

Foi dado um viés de análise sobre o perfil dos conselheiros do Fundeb e como foram os processos de escolha dos membros e dirigentes do conselho nos municípios pesquisados para identificar a existência/consolidação de participação e processos democráticos. Desta forma, estão sendo analisados 493 questionários realizados com conselheiros do Fundeb em 70 municípios de Pernambuco escolhidos de acordo com os critérios da amostra aleatória proporcional.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

O estudo aponta para uma predominância feminina, com 76,5% de mulheres ocupando o conselho contra 23,5% de homens. Poderíamos observar certo avanço, uma vez que no Brasil encontramos um estado alarmante de desigualdade de gênero em postos de comando, como apontam diversas pesquisas e o próprio o censo 2010. Entretanto, a predominância feminina já é uma realidade antiga na educação, onde essa profissão ainda é enxergada como “feminina” (VIANNA, 2002)

A escolaridade dos conselheiros observados é alta, quando se comparada com o restante da população nordestina. A maioria dos conselheiros possui pós-graduação, com 48,1% do



total entrevistados. Tatagiba já detectava isso em outras pesquisas sobre os conselhos (2005, p. 209): “os conselheiros, no que se refere à renda, escolaridade e engajamento político-partidário estão bem acima da média nacional”. O principal motivo dessa ocorrência se justifica pela composição do conselho, que possui presença majoritária de professoras/es. Há quase uma monopolização do espaço por aqueles que trabalham diretamente com educação, notadamente professores, que representam 53,8% dos membros.

Um dado importante é que a maior parte dos membros entrevistados são funcionários da Prefeitura Municipal (88,2%), que em parte, é explicável por ser a Prefeitura a principal empregadora, notadamente, em municípios pequenos, e no campo educacional. Logo, o papel do conselheiro é extremamente correlato ao serviço público no Nordeste.

Além de traçar um perfil de quem são esses conselheiros, é importante avaliar a potencialidade democrática e participativa que o órgão analisado está apresentando, por isso observa-se que segmento esses membros representam. 15,9% deles são oriundos da sociedade civil (soma de pais e filhos), o que já é um número modesto, mas significativo quanto à participação.

Quanto ao processo de escolha dos membros e do presidente, detecta-se que seguem a trilha democrática. 43,4% dos conselheiros foram escolhidos por meio de eleição e 85,4% dos presidentes foram eleitos pelo segmento que representa – mostrando não sofrer influência do governo para atuar nesse posto-chave.

Quanto mais os cidadãos participam, mais aprendem a participar – ou exercer sua cidadania (PATEMAN, 1992). Entretanto, menos da metade (23,9%) dos conselheiros possuíam experiência, o que torna mais difícil a relação estabelecida com o sistema e com os documentos, ou seja, é mais difícil de exercer sua função. O que vai ser ratificado quando em torno de 40% dos conselheiros afirmam achar difícil a leitura dos documentos e 77,5% falam de nunca ter havido uma capacitação técnica para lidar com suas funções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ainda haver esses contrapassos em seu funcionamento, a pesquisa enxerga esse espaço institucionalizado de participação, como um avanço e que apresentou saldos



positivos, pois esses conselhos da Fundeb trazem voz aos indivíduos que mais precisam do bom funcionamento das políticas públicas. Muitos que vivem cotidianamente o fracasso das políticas públicas em suas peles, sabendo, empiricamente, quais áreas precisam de mais atenção e verba, nesse caso, na educação. Poder-se-ia deixar escapar algumas relações e problemáticas desse cotidiano que os políticos eleitos para os representar não conseguiriam compreender diante da realidade outra que vivem.

Eles são, agora, partículas ativas no processo de decisão da distribuição de recursos, no tipo de política ofertada, como ela deverá ser pautada em nível local e, também, possuem a reserva de espaços para discussão dos programas (os conselhos do Fundeb), com objetivo de estabelecer uma estratégia consensual, entre eles, na alocação e fiscalização dos recursos educacionais – onde, como e de que forma. É gerada participação, transparência e controle social para esses grupos sociais, capacitando para que saibam entender os andamentos das políticas públicas na esfera da educação – ou seja, ocorre um alargamento da democracia.

Com o canal institucionalizado de participação, a sociedade civil, assume novo papel social. Antes, costumavam ser apenas alvos das políticas públicas, passivas e assistencialista, muitas vezes com intenções eleitorais claras. Agora, podem ter acesso às decisões, acompanhamento e fiscalização – uma afirmação e permissão de sua autonomia, ou seja, um empoderamento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) pela oportunidade de participar enquanto bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), bem como minha instituição de origem, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Também exprimo minha gratidão a familiares e amigos.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. Sociedade civil: além da dicotomia Estado-mercado. In: AVRITZER, L. (coord.). Sociedade civil e democratização. Belo Horizonte: Del Rey Ed., 1994.

CARVALHO, Antônio Ivo de. Conselhos de Saúde no Brasil: participação cidadã e controle social. Rio de Janeiro: FASE / IBAM, 1995.

DEMO, Pedro. Participação é conquista: noções de política social participativa. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. 176 p.

GOHN, M. G. Os conselhos municipais e a gestão urbana. In: SANTOS JUNIOR, O. A.; RIBEIRO, L. C. Q.; AZEVEDO, S. (orgs). Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004.

GUIMARÃES, Carlos Augusto Sant'Anna; COUTINHO Henrique Guimarães; MARQUES, Helena Maria de Barros. Conselhos Gestores na Educação: perfil, discurso, funcionamento. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

JACOBI, P. Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina. Ciências e Saúde coletiva, vol. 7, n.3, 2002. p. 443-454.

PATEMAN, Carole. Participação e Teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SCHUMPETER, Joseph A. Imperialismo e classes sociais. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

SANTOS, M. P; CÁRIA, N. P. Gestão e democracia na escola: limites e desafios. Rev. Gest. Aval. Educ. Vol. 3, 2004. p. 27-41.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização nas políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (org.) Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

VIANNA, C. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações[S.l: s.n.], p. 302-330 , 2012.

VIERA, L. Cidadania e globalização. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA SOB A PERSPECTIVA DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE PERNAMBUCO

Francielle Rayanne Bezerra dos Anjos¹; Allan Rodrigo Arantes Monteiro²

¹Estudante do Curso de Ciências Sociais - DECISO/UFRPE; e-mail: francyelledosanjos@gmail.com, ²Pesquisador do Centro de Estudos da História Brasileira da Fundaj – Cehibra-Meca/MPCS-Difor; e-mail: allan.fundaj@gmail.com

RESUMO: Esta pesquisa que se propôs a compreender a experiência da ocupação de algumas escolas públicas de horário integral da Região Metropolitana de Recife, em 2016. Seu objetivo geral foi compreender essa experiência a partir da percepção dos estudantes ocupantes e não ocupantes e seus impactos no cotidiano da escola. O método de investigação utilizado foi a análise de um estudo de caso, mediante entrevista semi-estruturada, com a escolha de uma escola de referência em Ensino Médio da cidade de Recife como *lócus* da pesquisa. Foi utilizado também o registro de uma roda de diálogo realizada em outra escola não-ocupada em 2016, também de referência em Ensino Médio e localizada no município de Camaragibe. Os resultados obtidos evidenciaram que a tática de ocupar a escola é considerada uma forma legítima de engajamento político, que deixou um legado de consciência política e cidadã para os alunos, do ponto de vista de quem participou ativamente do processo. A principal conclusão deste estudo é que as ocupações geraram uma série de mudanças na forma como os alunos se percebem politicamente, sendo necessário promover mais estudos que auxiliem na compreensão desse novo contexto de atuação para o professor de sociologia.

Palavras-chave: estudantes secundaristas. juventude. ocupações escolares. participação política.

INTRODUÇÃO

Este subprojeto se propôs a compreender a experiência da ocupação de algumas escolas públicas de horário integral na Região Metropolitana de Recife, a partir da percepção dos estudantes ocupantes e não ocupantes. Visa-se contribuir, assim, para a análise dos impactos causados por essa recente e inédita experiência nas escolas públicas de Pernambuco, no contexto das relações entre escola e sua comunidade, tendo como ponto de partida a temática “juventude e participação política”.

Desde o que ficou conhecido como as “marchas de junho de 2013”, novos formatos da participação política têm se constituído no Brasil. As recentes ocupações de escolas em



várias regiões do país, ocorridas em 2016, se relacionam a essas novas formas de mobilização.

Muitos autores têm optado por utilizar a palavra “juventudes” ao invés de juventude, no singular (MESQUITA, 2015; BURGOS, 2015; LIMA FILHO, 2015; CASTAÑEDA, 2015), como uma forma de denotar a diversificação da experiência de ser jovem, de acordo com características sociodemográficas, territoriais e mesmo de acordo com o contexto histórico em que estão inseridos.

Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay (2009) buscam refutar, em seu livro “Quebrando Mitos: Juventude, Participação e Políticas”, uma tendência corrente no senso comum em classificar a juventude como politicamente apática, remetendo a comparações entre os jovens da atualidade e os jovens dos anos 60 e 70. Em um estudo sobre a participação de jovens universitários da cidade de São Paulo em movimentos estudantis, Sposito e Tarábola (2016) observaram também que as formas como se associam em coletivos se tornou mais individualizada e autônoma, o que não significa, segundo os autores, um desvio da dimensão política, mas justamente uma construção de maneiras mais horizontais de agir politicamente.

Ao analisar as ocupações de escolas em São Paulo, no ano de 2015, Corti, Corrochano e Silva (2016) observam que os estudantes, ao ocuparem os prédios escolares, se apoderaram física, simbólica e politicamente da escola. Sposito (1993, apud GIROTTO, 2016), defende que a luta pela educação se expande em uma luta pela própria cidadania, que leva os indivíduos nela engajados a questionarem não apenas as condições precárias do acesso à educação, mas outros aspectos do direito à cidade. Esses direitos, segundo o autor, estão intrinsecamente articulados.

O objetivo desta pesquisa, portanto, foi compreender a experiência da ocupação de algumas escolas de referência em Ensino Médio da Região Metropolitana de Recife a partir da experiência vivenciada e da percepção dos estudantes ocupantes e não ocupantes e seus impactos no cotidiano da escola.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS



Cabe esclarecer, a princípio, que os objetivos deste projeto não foram totalmente alcançados devido à dificuldade encontrada para se obter a autorização da Secretaria de Educação de Pernambuco para a realização das atividades planejadas. Uma vez que a pesquisa de campo dependia da participação dos alunos de escolas estaduais, até a presente data não foi possível conseguir tal autorização por parte da Secretaria, apesar dos muitos esforços nesse sentido.

Diante dessas dificuldades, foi adotado um outro meio de aproximação com os estudantes da escola escolhida, através da página da ocupação criada no *Facebook*. Porém, por esse meio, apenas uma ex-aluna da escola se disponibilizou a ceder uma entrevista.

Sendo assim, o método de investigação aplicado na presente pesquisa permaneceu sendo a análise de um estudo de caso, com a escolha de uma escola de referência em Ensino Médio da cidade de Recife, como o lócus da pesquisa de campo. No entanto, foi utilizado também, como forma de complementação de dados, o registro de uma roda de diálogo realizada em outra escola não-ocupada em 2016, também de referência em Ensino Médio e localizada no município de Camaragibe. Essa roda de diálogo foi mediada pela bolsista PIBIC vinculada ao presente projeto e outros três bolsistas PIBIC, que também participam do grupo de estudos sobre “Juventude e Participação Política”.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Os alunos da escola não ocupada disseram que houve uma intenção de aderir ao movimento, mas essa ficou restrita a um pequeno grupo de alunos. Um dos presentes afirmou que as reivindicações desse grupo de alunos eram fracas e que os envolvidos estavam apenas buscando um pretexto para parar de estudar. Uma das “lideranças” do movimento argumentou que a principal reivindicação era a desaprovação da PEC 241 que, segundo ela, previa o corte dos gastos públicos.

Essa divergência de opiniões pode ser elucidada por aquilo que foi levantado por muitos autores acerca da definição de juventude, reconhecendo que ser jovem não implica uma unidade no modo de pensar e de agir, mas existem diferentes experiências do que é ser jovem (MESQUITA, 2015; BURGOS, 2015; LIMA FILHO, 2015; CASTAÑEDA, 2015).

Existe, segundo estes alunos, uma rivalidade cotidiana interna às turmas da escola, de tal modo que eles não conseguem se articular de maneira conjunta. Todos os presentes acreditavam que essa rivalidade dificultava a articulação deles para reivindicar mudanças na escola.

Ainda segundo eles, houve a participação de alguns professores nesse projeto de ocupar a escola, tais como os de História, Geografia, Língua Inglesa e Educação Física. Os professores de Sociologia e Filosofia não foram citados.

Para estes alunos que não participaram das ocupações em 2016, esse tipo de estratégia “deu em nada”, considerando que as grandes questões em pauta, como a PEC 241, seguiram normalmente, a despeito das manifestações a nível nacional. Esse pessimismo se reflete também na visão que possuem a respeito das manifestações de rua e dos partidos políticos, que, segundo eles, “não mudam nada”.

Segundo estes estudantes, a forma como “atuam” na política, é se mantendo “informados” por meio da TV, porém, a maioria deles afirmou que a participação política juvenil deveria se dar na forma de protestos, gerando certa contradição em relação à posição inicialmente defendida de que os protestos não possuem eficácia.

Por outro lado, uma ex-aluna de uma das escolas ocupadas no Recife afirma que, embora a intenção inicial não fosse de ocupar a escola, uma vez iniciada a ocupação, os alunos conseguiram se articular de forma rápida para fechar a escola, espalhar as marcas e símbolos de seu protesto e obter a posse das chaves do prédio.

Ela menciona várias vezes o apoio que o movimento recebeu dos professores da escola, de modo geral, tendo eles participado ativamente do processo, realizando aulas públicas durante as ocupações.

Apesar dessa ajuda recebida dos professores, de coletivos, de estudantes universitários e até mesmo de políticos, a entrevistada enfatiza que a ocupação em sua escola se manteve como um movimento horizontal e de protagonismo dos secundaristas do início ao fim. Essa forma de organização corresponde ao que foi observado por Sposito e Tarábola (2016) acerca das novas formas de engajamento e organização política dos jovens universitários da cidade de São Paulo: fluidez e horizontalidade.

O distanciamento da política partidária ficou bem evidenciado por ela quando relatou que não era permitida a entrada de partidos ou de qualquer símbolo partidário na ocupação. Essa é uma característica distinta da relatada por Catini e Mello (2016), que observaram influência de partidos, sindicatos e movimentos sociais na deflagração das ocupações em 2015, no estado de São Paulo. A ocupação dessa escola do Recife foi uma iniciativa dos alunos em sua totalidade, a partir do exemplo das ocupações que estavam em curso nas universidades federais da cidade e manteve-se deliberadamente o mais afastada possível dos partidos e entidades estudantis.

Do ponto de vista dessa ex-aluna, a ocupação teve benefícios importantes, ainda que não visíveis a curto prazo. Para ela o maior benefício foi o legado de conscientização política que o movimento deixou na memória da escola e a compreensão da importância da atuação cidadã que os participantes passaram a ter a partir das ocupações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos a partir da roda de diálogo nos permitiu vislumbrar como se deu a experiência destes alunos em relação à ocupação das outras escolas. Ficou evidenciado que, do ponto de vista da maioria, as ocupações não foram muito eficazes, servindo apenas para expressar insatisfação. Também foi possível perceber que uma rivalidade existente entre turmas foi apontada como causa da dificuldade que eles encontram para se articularem politicamente. Com essa desunião entre eles, problemas enfrentados na escola seguem sem solução e sem tentativas de mobilização ou diálogo com os gestores para buscar alternativas.

Na entrevista realizada com uma ex-aluna de uma das escolas ocupadas no Recife e que participou ativamente do processo, foi possível notar uma visão muito diferente daquela apresentada pela maioria dos alunos da roda de diálogo acerca das ocupações. Embora reconheça que os benefícios da ocupação não foram tão visíveis, por não serem palpáveis, ela afirma que o maior resultado positivo da ocupação foi a expansão da consciência política dos alunos e o legado que eles deixaram para as próximas gerações da escola, a compreensão de que a participação cidadã deles é possível e é importante.

Ficou evidenciado ainda, na fala de todos os estudantes, a importância que a figura do professor teve em todo esse processo e como a tendência destes profissionais foi de apoiar o movimento, em ambos os contextos. Na escola ocupada, a participação ativa destes professores, realizando aulas públicas durante o período, ajudou a legitimar a manifestação, devido sua posição de autoridade frente à sociedade.

A juventude, compreendida por muitos autores como um segmento social muito mais aberto à novidade e à mudança, parece ser justamente a portadora da coragem necessária para correr o risco de tentar o de sempre, sempre de novas maneiras, fomentando a descoberta de alternativas melhores para o engajamento político. Resta saber se é possível, de fato, criarmos novas formas de organização e luta cada vez mais perfeitas, ou se estamos diante de limitações que são propriamente humanas, para as quais as melhores soluções não serão consequência de rupturas e desconstruções, mas do amadurecimento de um conhecimento acumulativo acerca das nossas limitações e potencialidades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por todas as coisas. À parceria Fundaj/CNPq que me permitiu realizar esta pesquisa, proporcionando todas ferramentas necessárias. Ao meu orientador Allan Monteiro e aos pesquisadores Tulio Barreto e Alexandre Zarias que também nos ajudaram em várias etapas deste estudo. Ao meu querido esposo, minha mãe e meu irmão.

REFERÊNCIAS

- BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute Vivian Angelo; MORAIS, Jennifer Azambuja de. **Socialização Política e Internet na Construção de uma Cultura Política Juvenil no Sul do Brasil**. Educ. Soc., Campinas, v. 37, n. 137, p. 989-1008, Dec. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000400989&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 jan. 2018.
- BURGOS, Marcelo Baumann. **Direito à juventude: fronteira da democracia no Brasil**. Revista Coletiva, n. 17, set/out/nov/dez 2015. Disponível em:

<http://www.coletiva.org/index.php/artigo/direito-a-juventude-fronteira-da-democracia-no-brasil/>. Acesso em: 31 jan. 2018

CASTAÑEDA, Marcelo. **Socialidades da juventude entre as tecnologias da internet**: um olhar a partir do midiativismo. Revista Coletiva, n. 17, set/out/nov/dez 2015. Disponível em: <http://www.coletiva.org/index.php/artigo/socialidades-da-juventude-entre-as-tecnologias-da-internet-um-olhar-a-partir-do-midiativismo/>. Acesso em: 31 jan. 2018

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Quebrando mitos**: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: RITLA, 2009.

CATINI, Carolina de Roig; MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. **Escolas de Luta, Educação Política**. Educ. Soc., Campinas, v. 37, n. 137, p. 1177-1202, dez. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000401177&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 31 jan. 2018.

CORTI, Ana Paula de Oliveira; CORROCHANO, Maria Carla; SILVA, José Alves da. **“Ocupar e Resistir”**: A Insurreição dos Estudantes Paulistas. Educ. Soc., Campinas, v. 37, n. 137, p. 1159-1176, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000401159&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 31 jan. 2018.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. **A Dimensão Espacial da Escola Pública**: Leituras Sobre a Reorganização da Rede Estadual de São Paulo. Educ. Soc., Campinas, v. 37, n. 137, p. 1121-1141, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000401121&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 31 jan. 2018.

IBASE/POLIS. **Juventude brasileira e democracia**: participação, esferas e políticas públicas. Relatório de Pesquisa, 2005.

LIMA FILHO, Irapuan Peixoto. **A juventude como estética**. Revista Coletiva, n. 17, set/out/nov/dez 2015. Disponível em: <http://www.coletiva.org/index.php/artigo/a-juventude-como-estetica/>. Acesso em: 31 jan. 2018

MESQUITA, Wania Amélia Belchior. **Juventude e religião:** notas a partir dos sentidos de pertencimentos e experiências religiosas. Revista Coletiva, n. 17, set/out/nov/dez 2015.

Disponível em: <http://www.coletiva.org/index.php/artigo/juventude-e-religiao-notas-a-partir-dos-sentidos-de-pertencimentos-e-experiencias-religiosas/>. Acesso em: 31 jan. 2018

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; XIMENES, Salomão Barros. **Políticas Educacionais e a Resistência Estudantil.** Educ. Soc., Campinas, v. 37, n. 137, p. 1079-1087, Dec. 2016.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000401079&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 jan. 2018.

NOVAES, Regina. **Políticas públicas de juventude:** entraves, balanços e perspectivas. Revista Coletiva, n. 17, set/out/nov/dez 2015. Disponível em:

<http://www.coletiva.org/index.php/artigo/politicas-publicas-de-juventude-entraves-balancos-e-perpectivas/>. Acesso em: 31 jan. 2018

PORTAL QEDU. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/>. Acesso em: 02 mar. 2018.

SPOSITO, Marília Pontes; TARABOLA, Felipe de Souza. **Experiência Universitária e Afiliação:**

Multiplicidade, Tensões e Desafios da Participação Política dos Estudantes. Educ. Soc., Campinas, v. 37, n. 137, p. 1009-1028, Dec. 2016. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000401009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 jan. 2018.



AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS DOCENTES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO

Gilberto Romeiro de Souza Júnior¹; Darcilene Cláudio Gomes²

¹Estudante do Curso de Ciências Sociais- UFRPE; e-mail: gilbertorsjr@gmail.com, ²Pesquisadora do Centro de Estudos de Cultura, Identidade e Memória – CECIM/Fundaj; e-mail: darcilene.gomes@fundaj.gov.br

RESUMO: A pesquisa teve com objetivo principal analisar as condições de trabalho dos docentes do Instituto Federal de Educação de Pernambuco - IFPE. Para isso, foram utilizados dois procedimentos metodológicos: o levantamento bibliográfico e a análise de dados primários a partir dos questionários respondidos eletronicamente pelos docentes. As mudanças no campo da Educação Profissional e Tecnológica e na Rede Federal tiveram impactos sobre o trabalho dos docentes dos Institutos Federais - IFs, tendo em vista que a criação de novos regimentos legais e normativos e a configuração de uma nova cultura institucional provocaram diferentes ritmos e sentidos para o trabalho docente, no qual se caracteriza pelo envolvimento em atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Tal processo tem levado, continuamente, os professores a conviverem com uma intensificação que não se limita a jornada de trabalho dentro da instituição, mas que incide em outros tempos e espaços de âmbito privado.

Palavras-chave: Instituto Federal; Intensificação; Pernambuco; Trabalho Docente.

INTRODUÇÃO

Dentre as mudanças ocorridas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - RFEPT, destacam-se as transformações no trabalho dos docentes, as quais permearam aspectos ligados, sobretudo, às condições de trabalho. Foi nessa perspectiva que a pesquisa se propôs a analisar os diferentes aspectos acerca das condições de trabalho dos docentes no Instituto Federal de Educação de Pernambuco - IFPE.

Na nova dimensão estrutural da Rede Federal, os docentes dos IFs adquirem um papel fundamental, o que se dá mediante as diferentes formas nas quais seu trabalho é desenvolvido, respondendo às diferentes atividades ligadas aos pilares “ensino, pesquisa, extensão e gestão”. Porém, alguns questionamentos precisam ser levantados: quais as percepções dos docentes acerca dos aspectos referentes ao seu trabalho? O que caracteriza a intensificação do trabalho docente no IFPE?



Com relação aos IFs, são válidas as contribuições de Menezes (2015) a partir das entrevistas realizadas com docentes, nas quais levanta temas importantes relacionados às práticas cotidianas, seus limites e tensões. Dentre os principais aspectos levantados aparece o relato da “sobrecarga de trabalho”. As discussões dessa pesquisa foram travadas a partir dos dados primários coletados no âmbito da pesquisa “A expansão dos Institutos Federais de Educação: perfil político-ideológico e condições de trabalho dos docentes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica” desenvolvida na Fundação Joaquim Nabuco.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi do tipo exploratória cujo objetivo principal foi buscar uma maior familiaridade com o tema estudado, utilizando-se de uma abordagem quantitativa. As técnicas de coleta de dados foram: 1) Pesquisa Bibliográfica; 2) Questionário Eletrônico.

Para o estudo bibliográfico foram selecionados livros, trabalhos acadêmicos, documentos institucionais e legislações específicas. Procurou-se nesta primeira etapa contextualizar o tema de pesquisa e conceber o referencial teórico. Na segunda etapa foram analisados 100 questionários (com questões mistas) respondidos eletronicamente pelos docentes dos *campi* do IFPE. O envio foi através de email que ocorreu entre os meses de Outubro/2017 e Dezembro/2017 e o prazo para o recebimento das respostas foi até Janeiro/2018. As variáveis foram divididas a partir de quatro eixos: “Perfil”, “Educação e áreas de atuação”, “Trabalho e Renda”, “Ensino, Gestão, Pesquisa e Extensão”, sendo utilizadas duas ferramentas para análise dos dados quantitativos: SPSS e Microsoft Excel. As variáveis foram selecionadas com o objetivo de traçar um breve perfil dos docentes e caracterizar alguns aspectos referentes ao exercício do trabalho.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

PERFIL DOS DOCENTES - Do total de docentes participantes da pesquisa 61% se classificaram do **sexo** masculino e 39% do sexo feminino e em relação à **faixa de idade** a maior predominância foi entre 33 e 34 anos de idade com percentual de 6,8% e 7,8% respectivamente. Na variável **Cor/Raça** 52% se declararam branco/a, 39% pardo/a, 6% preto/a, 1% amarelo/a e 2% não se classificaram em nenhuma das categorias. Por fim, com

relação ao **Estado-civil** 74% se enquadraram como casado/a ou em união estável enquanto que solteiro/a o percentual é de 21% e separado/a divorciado/a 3%.

EDUCAÇÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO - Quanto à **última titulação/qualificação**, 53% dos docentes são mestres, 33% são doutores, um percentual menor possui especialização (10%), com estágio pós-doutoral (3%) e apenas o nível de graduação (1%). Em relação à **área de atuação no Instituto Federal** os dados mostram que 22,3% atuavam na área das Ciências Exatas e da Natureza, 18,4% nas Ciências Humanas, 15,5% - Ciências Sociais Aplicadas, 11,7% - Linguagem, Letras e Artes, 9,7% - Engenharias, 8,7% - Ciências Agrárias, 5,8% Ciências Biológicas, 4,9% - Ciências da Saúde e com o menor percentual (2,9%) estão aqueles de áreas multidisciplinares.

TRABALHO E RENDA - Com relação ao **contrato de trabalho** 82,5% são estatutários em dedicação exclusiva, 8,7% estatutários em regime de 40 horas e 7,8% estatutários em regime de 20 horas. É uma jornada que vai além da instituição, precisando continuá-la em outros tempos e espaços. E quando perguntados se recebem por **cargo de direção ou função gratificada**, 23% afirmaram que “sim” (por estarem ocupando outro(s) cargo(s) envolvendo outras instâncias da instituição) e 77% não recebem.

ENSINO, GESTÃO, PESQUISA E EXTENSÃO - Considerando a **jornada de trabalho semanal** sendo o número de horas/aula trabalhadas, 70% responderam que essa jornada é de até 40 horas semanais, 16,5% de 40 a 44 horas semanais e 10,7% de 45 a 50 horas semanais e a **carga horária em sala de aula** dois resultados se destacaram: 11,7% daqueles com 12 horas/aula semanal e 10,7% com 8 horas/aula semanal. No tocante ao **número de turmas**: 23,3% estavam trabalhando com 4 turmas e 16,5% com 5 turmas, já com relação ao **número de alunos** houve um percentual maior daqueles que trabalhavam com 100 alunos (11,7%) e 80 e 120 alunos respectivamente (10,7%). A intensificação também está relacionada às **produções intelectuais** (elaboração de artigos científicos, capítulos de livros, livros e anais de eventos) nos últimos três anos, tendo se destacado os seguintes resultados: 30,1% tinham até duas produções, 23,3% de 3 a 5 produções e 19,4% mais que 6 produções.

Do conjunto de **atividades habituais** 04 foram exercidas por mais de 50% dos professores, sendo: Reuniões Administrativas, Conselhos de classe, Reuniões de pesquisa, orientação de monitores de ensino e 02 atividades: Orientação em Projetos de Extensão e



Supervisão em Estágio tiveram, respectivamente, 47% e 45%. Em **outras atividades (realizadas nos últimos seis meses)** como: Elaboração de Projetos de Pesquisa, Eventos Científicos, Artigos e Participação em Comissões tendo que em cada uma mais de 50% dos docentes realizam, variando o percentual de acordo com o interesse/ envolvimento de cada docente, podendo ainda não acontecerem todas simultaneamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho docente no IFPE é marcado por uma teia complexa de atividades e atribuições ligadas ao ensino, pesquisa, extensão e gestão e que o tempo para realização tem sido curtos, incidindo-se em outros tempos e espaços dedicados ao descanso, ao lazer e aos finais de semana. A multiplicação de atividades, o encurtamento dos prazos e a aceleração nas dinâmicas do próprio trabalho nos últimos anos contribuíram para uma intensificação do trabalho docente fruto da configuração de uma nova cultura institucional e das exigências dos novos instrumentos normativos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq pela concessão da bolsa durante os dois anos de atuação no PIBIC, à FUNDAJ que, ao longo do período, ofereceu a oportunidade para a prática e o aprimoramento na pesquisa científica e especialmente à orientadora Darcilene Gomes pelas suas orientações, conselhos e atenção em todos os momentos.

REFERÊNCIAS

BACCIN, E. V. C.; SHIROMA, Eneida Oto. A intensificação e precarização do trabalho docente nos Institutos Federais. **Revista Pedagógica**. v. 18, n. 39, set./dez. 2016. p. 129-149.

IFPE. **Resolução nº 20/2015**. Normatização do trabalho docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Recife, PE, 2015. Disponível em: <<http://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2015/resolucao-20-2015-aprova-normatizacao-do-trabalho-docente.pdf/view>>. Acesso em: 09 Out. 2017.

MENEZES, Graziela. N. D. O trabalho docente na educação profissional e técnica. In: 37ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa em Educação – **Anais**, Florianópolis, ANPEd, 2015.



A RECENTE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO INTERIOR DE PERNAMBUCO, MERCADO DE TRABALHO E CONCENTRAÇÃO DE RENDA

Gisele Morais de Oliveira¹; Luis Henrique Romani de Campos ²

¹Estudante do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais – UPE; email: giselemorais0@gmail.com, ²Pesquisador Titular – Fundaj; email: luis.campos@fundaj.gov.br

RESUMO: Programas como o REUNI, FIES e PROUNI provocaram grande incremento nas matrículas do ensino superior no Brasil, mas também atendendo ao interior, mesmo de regiões com menor renda. A pesquisa investigou o desenvolvimento da região de Serra Talhada com o surgimento de polo educacional. Com entrevistas em profundidade à egressos das instituições, investigou como o planejamento de investimento no capital humano interligou as particularidades locais, a relação dentre estudantes locais e os migrados nas suas experiências durante e após a graduação. Apresenta as perspectivas, conflitos e superações dos egressos diante as adversidades da graduação e possíveis pós-graduações e os impactos no mercado de trabalho da região. Quais as mudanças com a chegada destas novas instituições de ensino e seus estudantes e as alterações socio-político-econômicos como inovações nas diversas áreas e abertura de novos horizontes tanto em carreiras pessoais e planejamento regional.

Palavras-chave: Ensino Superior; Políticas Educacionais; Interiorização

INTRODUÇÃO

O Brasil iniciou tardiamente o ensino superior e só após isso a industrialização, oriundo de impedimentos da antiga colônia. O descompasso entre a oferta das faculdades e universidades e demanda de mão de obra qualificada ampliou a demanda por vagas no ensino médio e superior. Com pouca oferta de trabalhadores qualificados e excesso de oferta de trabalhadores com baixa escolaridade a amplitude salarial intensificou-se (CORSEUIL, 2002). Este conjunto de fatores abre espaço para que também surgisse o Ensino Superior Privado, voltado para aqueles que não passavam pelas seleções das instituições públicas (SCHWARTZMAN, 2014).

Nos anos 1990 há a liberação para que as Faculdades possuíssem fins lucrativos (Decreto nº 2.207/1997) que possibilitou a ampliação da participação da iniciativa privada nas formações acadêmicas. No início do século XXI destacam-se o Fundo de Financiamento

Estudantil-FIES (Lei nº 10.260/2001); o Programa de Universidade para Todos – PROUNI (Lei 11.096/2005); o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais -REUNI (Lei nº 6.096/2007); o Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM (PORTARIA MEC Nº 438, 05/1998) e o Sistema de Seleção Unificada – SISU que permitem vertiginoso processo de ampliação no número de matriculados no ensino superior. Tamaña ampliação no número matrículas leva à indagação sobre os reais efeitos deste nível educacional para suas vidas, principalmente no relativo à inserção no mercado de trabalho. Tendo em vista a teoria do capital humano uma hipótese plausível do efeito da ampliação da oferta de mão-de-obra qualificada no interior de Pernambuco seria a redução da concentração de renda. Esta redução se faria pela inserção dos egressos em melhores condições no mercado de trabalho, e também, contribuindo para o aumento da produtividade nas localidades onde atuar, e por ventura como as cidades se relacionaram ou não com estas instituições resultando em mudanças na região não só no mercado, mas estruturais de uma nova realidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Utilização de dados de censos oficiais sobre não só o município, mas sobre a região e sua dinâmica econômica relacionada na formação do fluxo de estudantes para a cidade. Aplicação de entrevistas em profundidade dividido em dois tópicos: Vida Acadêmica e Empregabilidade.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Serra Talhada é destaque na expansão da oferta educacional. O Ensino Superior da cidade possui entidades públicas e privadas. Não foi encontrado em fontes oficiais o motivo para a escolha da cidade como polo educacional, especula-se devido sua posição geográfica. Atualmente são 10 unidades de ensino superior e 3 unidades de ensino técnico. As instituições encontradas foram: Autarquia Educacional De Serra Talhada –AESET; a Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UAST/UFRPE; o curso de Medicina da Universidade de Pernambuco- UPE; a Faculdade de Integração do Sertão – FIS; além de polos de ensino a distância. O Censo do Ensino Superior de 2015 indica 5.351 estudantes matriculados nas IES



do município em comparação aos 6.227 da região, o que comprova sua posição de polo acadêmico. O perfil de matrículas de Serra Talhada coincide suas potencialidades econômicas: i) polo comercial; ii) polo educacional; e iii) polo de saúde.

As entrevistas contribuíram para compreender as transformações na cidade após a instalação das IES. A amostra foi de egressos e/ou de alunos nos períodos finais, com idades entre 20 a 45 anos. A princípio percebe-se um grau educacional maior por parte das mães dos entrevistados, muitas com formações em licenciaturas, assumem ser um incentivo para seus ingressos e apoio nas formações acadêmicas. A graduação também soma um novo status de ascensão social, por parte das mulheres entrevistadas, se apresentou também forma de independência e saída do nicho familiar. Uma constante nas falas foi a observação da empregabilidade local para planejamento de acomodação na cidade ou deslocamentos. Com os programas de assistência estudantil e auxílio dos pais, parte dos estudantes oriundos de outras cidades decidem mudar temporariamente para a localidade. Outro apoio destacado foi a disponibilidade de transportes coletivos que trazem alunos de municípios distantes até 190 km em movimento de pendularidade.

Os entrevistados relataram dificuldades de conseguir emprego, principalmente para aqueles que não pertençam a alguma rede de influência. Em contraponto, na pergunta sobre o que o curso significou a eles os semblantes entusiasmados narram que passaram a perceber o mundo em outros olhos, não só a empregabilidade de suas formações, também o anseio em possíveis transformações da região. Questionados sobre a remuneração, houve crítica aos salários e à dificuldade em conseguir emprego. O termo “peixada” surge como chave ao sucesso profissional, as ligações e contatos com pessoas certas são necessários para quaisquer dinâmicas e/ou avanços sociais na cidade misturados com avanços econômicos. A capacitação no modo “aprender fazendo” agora se choca com a população crescente de graduados. Finalizando a entrevista com as expectativas para suas vidas profissionais, a relação dos entrevistados com a cidade é diversa, parte que não se associam com o mercado visualiza a cidade como passagem para outros rumos. A outros, um mercado novo com chances de crescimento a novas ideias e empreendimentos, a graduação muda suas perspectivas econômicas. E aqueles esperançosos, uma visualização de oportunidades futuras a partir que o mercado incorpore estes profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na visão da educação como função reprodutora e criativa da sociedade, a inserção de IES em meio a uma região pretendida a ser economicamente explorada para aquecer o mercado e suas conseqüentes inovações, tal teoria seria suficiente para observar a cidade, contudo as interferências humanas dão a complexibilidade para o estudo, uma juventude rural acostumada a constantes migrações, agora percebe uma nova realidade com a praticidade do ingresso mais próximo de suas residências, tal mão de obra abrindo horizontes a novos setores econômicos.

O falar sobre si, correlaciona a perceber na lacuna entre o sujeito e o outrem quais medidas poderiam ser tomadas tanto em particular como em políticas para melhoras sociais. Muito bem elucidados como agentes sociais, os estudantes compreendem os tramites que precisam recorrer e quais os desafios diante uma cidade que ainda não se encaixou com a sua oferta científica. Embora as transformações sociais e econômicas no acesso a uma universidade têm fundamental importância a esta dinâmica, pois com tais conflitos percebe-se as nuances da aplicabilidade de tais políticas. A educação como mecanismo de diminuição de desigualdades sociais ainda precisa ser continuado para democratização ao acesso para todos, esta cidade viu a transformação a seu favor, agora os egressos e concluintes anseiam possibilidades de contribuir ou responder a tais oportunidades com qualidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo financiamento e a Fundação Joaquim Nabuco pela oportunidade e apoio necessário para produção desta pesquisa, ao pesquisador Luis Henrique pela paciência em contribuir para minha formação e a todos que pude conhecer suas histórias e aspirações.

REFERÊNCIAS

_____. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.
Sinopse Estatística da Educação Superior 2016. Disponível em <

<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> Acesso em novembro de 2017.

CHACON, José-Marcelo-Traina; CALDERÓN, Adolfo-Ignacio. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo FHC ao governo Lula. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, [S.l.], v. 6, n. 17, ago. 2015. ISSN 2007-2872. Disponível:

<<https://www.ries.universia.unam.mx/index.php/ries/article/view/163/649>>. Acesso em: 24 jul. 2018 doi:<http://dx.doi.org/10.1016/j.rides.2015.10.004>.

CORSEUIL, C. H.(org.) *Estrutura Salarial: aspectos conceituais e novos resultados para o Brasil*. Brasília: IPEA, 2002. Disponível em <

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5438>

Acesso em 05 de março de 2018.

SCHWARTZMAN, Simon. *Educação superior na América Latina e os desafios do século XXI*.

Campinhas, SP. Editora Unip, 2014. P. 15-16.



JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO ENSINO MÉDIO SOB A PERSPECTIVA DE DOCENTES E GESTORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM PERNAMBUCO

Ivo Pereira Neto¹; Túlio Velho Barreto²

¹Estudante do Curso de Ciências Sociais- UFRPE; e-mail: ivopereiranev8@gmail.com, ²Pesquisador(a) da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES, CECIM; e-mail: tulio.araujo@fundaj.gov.br

RESUMO: O presente trabalho buscou, através de um estudo de caso, compreender as ocupações escolares ocorridas em 2016 sob a perspectiva dos professores e da gestão, desde como desenrolou o processo de mobilização dos estudantes para efetuar a ocupação até o momento atual, procurando apreender também quais as consequências da ocupação para o cotidiano escolar na percepção dos professores. A partir do grupo focal feito com professores de uma escola de referência da Região Metropolitana do Recife, foi feita uma reconstituição da ocupação ali ocorrida e como se deu a relação entre a gestão, professores e os estudantes. A pesquisa chegou à conclusão que os professores, presentes no grupo focal, veem a escola como um ambiente de participação política. Além disso, ficou evidente o papel deles incentivando a criticidade dos jovens, que lá estudam, e que o processo de ocupação deve ser observado como uma forma de manifestação política importante para se compreender os novos fenômenos sociais juvenis.

Palavras-chave: ensino médio;juventude; participação política

INTRODUÇÃO

Partindo das “marchas de junho de 2013” como marco inicial, e mais especificamente o movimento contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo, liderados por jovens ativistas, diversos segmentos começaram um processo de ocupação das ruas em atos com pautas envolvendo críticas ao sistema político e econômico nacional, demandas por direitos e políticas públicas. Tendo como momentos paradigmáticos as ocupações das escolas de rede estadual em São Paulo em 2015, em resposta ao projeto de reorganização escolar imposto sem diálogo pelo governo do estado de São Paulo. E, desde então, diversos movimentos de estudantes têm ganho coesão e apoio de diversas camadas da sociedade.

No caso das ocupações, estas se deram de uma forma nova: não há uma liderança fixa, e sim várias lideranças, que se destacam durante o processo por suas características; além disso as decisões tomadas passam por todos os envolvidos, de forma democrática. Tendo a

autogestão dos próprios estudantes do movimento e a soberania como pontos centrais a serem observados, as influências externas não tomam necessariamente conta do movimento, apenas apoiam a causa, sem interferir na tomada de decisão (GIROTTI,2016). Portanto, o pano de fundo da pesquisa, cujo esse resumo é fruto, se pauta na importância e no papel protagonista dos jovens, mais especificamente os secundaristas, nesses movimentos políticos, tendo como momento chave o processo de ocupação das escolas em todo país que ocorreram em 2016. Esse movimento foi uma ação coletiva de resistência política dos secundaristas contra a redução de investimentos nas áreas de educação e saúde, e também à reforma do Ensino Médio.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa resultou em um estudo de caso, que utilizou como principal ferramenta metodológica a realização de um grupo focal com professores de uma escola de referência de ensino médio, localizada na Região Metropolitana do Recife, que foi selecionada por ter sido a primeira a ser ocupada e a última a ser desocupada pelos estudantes. O grupo focal reuniu professores que estavam na escola no período e outros recém-chegados, que puderam expor suas percepções, internas e externas, acerca da participação política dos jovens, em particular a partir da experiência ali vivida. Antecedendo o trabalho de campo, foram feitas coletas, análises e sistematizações de informações bibliográficas, de diferentes fontes, a respeito da temática de pesquisa.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Para uma melhor apreensão da percepção dos professores, foi mudado o procedimento de aplicação de entrevista semiestruturada para a realização de um grupo focal, onde vários professores puderam expor suas percepções a respeito da ocupação da escola e dialogar entre eles sobre o tema da pesquisa. Assim, foi possível fazer uma reconstituição histórica da ocupação, observar como foram as relações entre os principais grupos de atores envolvidos no processo, levantar as consequências da ocupação para os professores e estudantes, e qual a percepção dos professores a respeito da participação política dos jovens.

A ocupação começou tendo em pauta a tramitação da PEC 241, que viria a congelar os gastos em diversas áreas básicas de atuação do Estado, como educação e saúde. A partir desse ocorrido se desenrolou o desejo dos jovens de se expressar contra essa medida. A forma com que a gestão lidou com a decisão dos estudantes inflamou os ânimos dos jovens e contribuiu para a tomada da escola pelos estudantes e a expulsão da gestão. Uma característica única da ocupação analisada foi a presença diária dos professores dentro da escola. Por não terem tomado partido durante o processo, os professores foram aceitos dentro da escola pelos alunos e ao longo da ocupação participaram ativamente desenvolvendo atividades. A tensão perdurou após o fim da ocupação, existindo um embate entre a Secretaria de Educação e os professores quanto ao calendário acadêmico. Notam-se tentativas da Secretaria de punir os professores através de medidas que os prejudicariam, como a perda de dias de férias e a ameaça de cancelamento de gratificação.

A visão dos professores a respeito da participação política dos jovens é positiva, em que eles veem maior liberdade para inovar na forma de organização e de manifestação. Porém, foi levantado um problema, que é uma certa despolitização do movimento, que eles caracterizaram como um atributo dos partidos políticos, elencando que caso a ocupação se desse sobre uma perspectiva partidária tradicional, se teria mantido uma homogeneidade do início ao fim. Aqui, notamos um diálogo com as teorias trabalhadas na bibliografia, sobre as novas formas de mobilização, participação política e expressão dos jovens, que não se prendem mais a raízes político-partidárias. Nota-se que essa visão coincide com dados de uma pesquisa, que mostra uma desvinculação dos jovens de bandeiras partidárias e uma forma de fazer política mais individualmente autônoma, por pautas de seus interesses. (CARRANO, LÂNES, RIBEIRO, 2005).

Outra opinião levantada se dirigiu a uma crítica ao egocentrismo do jovem, discurso recorrente quando se fala sobre a juventude atual, inclusive na literatura sobre o tema. É vista uma fragmentação do coletivo e uma valorização da figura do 'Eu', que estaria ditando as mobilizações dos jovens. Ou seja, eles se mobilizariam em busca de suas necessidades e de suas vontades mais imediatas, e não por um coletivo específico. Um fato importante destacado foi a busca dos professores pela criticidade dos estudantes visando a aproximar a política da juventude, mostrando uma visão aberta dos professores quanto à participação

política dos jovens dentro das escolas, que é caracterizada positivamente por gerar uma maior capacidade crítica. (CASTRO, GRISOLIA, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados da pesquisa nota-se que o movimento dos jovens na ocupação estudada tem as mesmas pautas das demais ocupações em Pernambuco. No entanto, o processo de ocupação teve uma importante diferença. E um dos elementos chaves foi a presença dos professores na escola durante o processo, o que não ocorreu nas demais. Tal fato torna a pesquisa mais densa, pois os professores observaram de perto a ocupação, presentes que estavam nas atividades diárias dos alunos durante o movimento.

Assim, nota-se que a visão dos professores, no que tange a participação política dos jovens, é uma positiva, embora alertem para o fato de haver certa falta de criticidade por parte de alguns jovens, o que os deixam expostos à manipulação da mídia e das tecnologias, que acabam por influenciá-los. Foi salientada pelos professores a visualização de uma mudança da juventude de suas épocas para a juventude atual, pautada num processo de individualização, que favorece a liberdade, porém enfraquece a coesão, a ação coletiva. Entende-se que o movimento ocorrido na escola foi um momento bastante específico, que não representaria, na percepção deles, uma prática tão comum aos jovens, pois a situação do país, que motivou a mobilização deles, continua ainda muito grave, inclusive no que diz respeito à educação.

A pesquisa, assim, trouxe um panorama da percepção dos professores a respeito das ocupações da escola, rica em detalhes do processo. Com os dados analisados pode-se destacar a participação dos professores na busca de trabalhar junto aos estudantes a criticidade e incentivar a participação política.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundaj e ao CNPq pela oportunidade de fazer esse trabalho, aos profissionais envolvidos com PIBIC-Fundaj, em especial ao orientador desta pesquisa, e ao diretor e professores da escola em que foi desenvolvido o trabalho. Todos foram de extrema importância para a sua realização.



REFERÊNCIAS

CARRANO, Paulo; LÂNES, Patrícia; RIBEIRO, Eliane. **Juventude Brasileira e Democracia: Participação, Esferas e Políticas Públicas**. IBASE, 2005.

CASTRO, Lucia Rabello de; GRISOLIA, Felipe Salvador. Subjetivação Pública ou Socialização Política? Sobre as Articulações Entre o “Político” e a Infância. **Rev. Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 971-988, Dec. 2016.

GIROTTO, Eduardo Donizeti. **A Dimensão Espacial da Escola Pública: Leituras Sobre a Reorganização da Rede Estadual de São Paulo**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1121-1141, Dec. 2016.



PROINFÂNCIA E O TRABALHO DOCENTE: UMA ANÁLISE DA LITERATURA

Jéssica Costa Silva¹; Cibele Maria Lima Rodrigues²

¹Estudante do Curso de Ciências Sociais – Bacharelado - CFCH/UFPE; e-mail: jessica.costa.s@outlook.com,

²Pesquisadora da Coordenação Geral do Centro de Estudos de Cultura, Identidade e Memória da Fundaj – CECIM.; e-mail: cibele.rodrigues@fundaj.gov.br

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar criticamente a literatura sobre trabalho docente e educação infantil, com ênfase em estudos sobre o Proinfância. Para tanto, tomamos como base o referencial teórico de Stephen Ball, para compreender como se dá a reinterpretação, por parte dos professores, das políticas educacionais. Além da contribuição de Claude Lessard e Maurice Tardif sobre os saberes docentes e sua prática em sala de aula. Para então investigarmos a produção acadêmica que toma o trabalho docente como objeto de estudo e quais suas concepções teóricas. Para tanto, usamos o acervo de plataformas digitais. Nesse sentido, encontramos três perspectivas teóricas que surgem com maior força, são elas: marxista, pós-estruturalista e a sociologia da ação social.

Palavras-chave: educação infantil; Proinfância; trabalho docente

INTRODUÇÃO

O presente subprojeto articula-se com a pesquisa mais ampla AVALIAÇÃO DO PROINFÂNCIA NA REGIÃO NORDESTE: acesso e qualidade da Educação Infantil em questão, que tem por objetivo compreender os percalços na execução do Proinfância em municípios do Nordeste, levando em consideração a perspectiva dos diversos atores envolvidos no programa mencionado, bem como, o cotidiano de trabalho nas instituições já construídas. Assim, o tema desta investigação de modo específico, expressa-se como uma análise crítica da produção literária a respeito da relação entre educação infantil e trabalho docente, cuja ênfase é direcionada para as pesquisas sobre o Proinfância de modo a compreender quais suas perspectivas.

Para tanto, iniciamos um resgate histórico acerca do trabalho docente no Brasil, para, a partir de então, traçar campos teóricos que emergem com maior força quando neste campo de estudo. Diante disso, procuramos mapear perspectivas que, ora divergem, e ora possuem convergência na relação analítica que fazem com as estruturas macrosociais. Deste modo, utilizaremos o referencial teórico de Stephen Ball, que, com base na teoria do discurso

inspirada em Michel Foucault, o inglês analisa os professores como os “executores” da política, que traduzem os documentos oficiais em suas práticas discursivas. Assim, essa perspectiva compreende a natureza complexa e controversa da política educacional, quando destaca as dinâmicas micropolíticas, sobretudo a atuação dos docentes que estão inseridos no contexto local e a inevitabilidade de equilibrar demandas micro e macro na análise de políticas educacionais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A etapa inicial de investigação sobre a profissão docente partiu do estudo das abordagens teóricas de autores que se debruçaram sobre a temática em questão, como Stephen Ball, Claude Lessard e Maurice Tardif, e teóricos brasileiros como César Tello e Dalila Oliveira. Para a partir de então podermos traçar o diálogo da profissão docente com os campos da sociologia do trabalho e das profissões. Nesse caminho fizemos uma análise crítica das diferentes perspectivas teóricas que abordam a referida temática.

Nesse sentido, após a discussão destes teóricos, partimos para a segunda etapa da nossa investigação, que, através da pesquisa em banco de dados da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BBTD), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o Google Acadêmico, buscou mapear as teses e dissertações publicadas sobre a profissão docente na educação infantil, com ênfase no Proinfância.

Ademais, com o levantamento bibliográfico, buscamos fazer uma análise crítica sobre a literatura existente a respeito do trabalho docente, a fim de mapear as narrativas teóricas que perpassam esse campo de estudos, bem como seus embates e diálogos.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

As perspectivas teóricas que se apresentaram com maior força nesta investigação foram as do campo marxista, pós-estruturalista, e por fim, a sociologia da ação social. Nesse sentido, buscamos examinar os campos teóricos das teses e dissertações por nós selecionadas, e explicitar a perspectiva teórica destas.

Durante nossa investigação nove produções utilizavam-se da teoria marxista para desenvolver seus argumentos. Destes, as dissertações de mestrado foram As condições de

trabalho docente na educação infantil: uma análise a partir do PROINFÂNCIA em quatro municípios do Rio de Janeiro (SILVA, 2014), A construção da profissionalidade no processo de inserção profissional na educação infantil (OLIVEIRA, 2017), Professores de bebês: elementos para compreensão da docência masculina na educação infantil (JÚNIOR, 2017), Trabalho docente com crianças de zero a três anos: concepções e desafios (PEREIRA, 2017), O trabalho docente na educação infantil: entre a precarização e valorização profissional (BERTONCELLI, 2016), A precarização do trabalho docente na educação infantil do município de Marília (COSTA, 2018), Condições de trabalho das educadoras em turmas de pré da Rede Municipal de Curitiba (OLIVEIRA, 2015) e O trabalho docente na rede municipal de Cidreira/RS : limites e possibilidades de uma práxis emancipadora (PURIN, 2011) e pôr fim a tese Cuidado, relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo de caso na pré-escola pública (CARVALHO, 2007).

No campo da sociologia da ação social, amplamente influenciada pelas obras de Claude Lessard e Maurice Tardif, encontramos 7 dissertações que tomam esta corrente teórica como base para suas análises, são essas O trabalho docente na educação infantil pública em Belo Horizonte (PINTO, 2009), Trabalho docente na educação infantil pública de Florianópolis (CONCEIÇÃO, 2010), O trabalho docente na educação infantil: os desafios na relação entre professor de educação física e professor de educação infantil (RECCO, 2014), O hibridismo nas práticas docentes no centro de educação infantil: entre o cuidar e o educar (LINS, 2014), Primeiros anos da carreira docente : diálogos com professoras iniciantes na educação infantil (ZUCOLOTTI, 2014), O trabalho docente na primeira etapa da educação infantil: as interações com o mundo letrado (BERBEL, 2017) e por fim Saberes relacionais e profissionalidade docente na Educação Infantil (DORTA, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, destaca-se a influência que exerce o capitalismo em todas as vertentes analisadas, sendo considerado em maior ou menor grau a depender da concepção. As escolas de pensamento da sociologia das profissões e da sociologia do trabalho, ou ainda as demais tradições que permeiam a Educação compreendem a relevância da sociedade capitalista de modo a exercer condições negativas, positivas, ou ainda transita entre esse

dualismo, ressaltando as nuances sobre a relação entre o contexto da sociabilidade capitalista e a Educação Infantil em particular.

Ademais, identificar esses atores globais multifacetados e o papel que eles desempenham reforça a clareza de entendimento de suas funções e seus reais objetivos na interferência de políticas educacionais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao financiamento dado pelo CNPq, a Fundação Joaquim Nabuco pela oportunidade de fomentar a pesquisa no campo da Educação. Por fim, agradeço a Cibele Rodrigues pela generosidade e paciência durante o ano que compartilhamos nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro in **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 77-89, jan./jun. 2002.

BALL, Stephen J. **Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação**. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.2, pp.99-116, Jul/Dez 2001.

BLASCO, Carlos M. **Producción y circulación del conocimiento en el campo de el política educativa y la gestión em America Latina**. Colombia: UNESCO, 2002.

CAMPOS, ROSELANE FATIMA. 'Política pequena' para as crianças pequenas? Experiências e desafios no atendimento das crianças de 0 a 3 anos na América Latina. **Revista Brasileira de Educação (Impresso)**, v. 17, p. 81-105, 2012.

DEMO, Pedro. **A aposta no professor: cuidar de viver e de trabalhar com dignidade**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

KUHLMANN JR. Moysés, M. **Histórias da educação infantil brasileira**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.14, p.5-18, 2000.

MAGALHÃES, Giselle Modé & MARTINS, Lígia Márcia. **A análise histórico-cultural 121 da atividade infantil: teoria, pesquisa e implicações pedagógicas para o primeiro ano de vida**. In: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão (org.) *Infância e Pedagogia HistóricoCrítica*. p. 99-116. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

MARX, K. **Teorias da Mais-valia**. v. I. São Paulo: Difel, 1980.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.



OS EFEITOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL SOBRE DESIGUALDADES EDUCACIONAIS, AUTOESTIMA E ASPIRAÇÕES FUTURAS DE ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS DO RECIFE

José Lucas Barros Amâncio da Silva¹; Isabel Pessoa de Arruda Raposo²

¹Estudante do curso de Ciências econômicas – UFPE.

e-mail: jlb.amancio@gmail.com;

²Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Estatísticas Sociais - NEES/ Dipes/ Fundaj,

e-mail: isabel.raposo@fundaj.gov.br

RESUMO: O objetivo desse estudo é mensurar e identificar em que medida as fontes das desigualdades de desempenho escolar, perspectivas futuras e autoestima por raça/cor entre os alunos de escolas públicas do Recife são resultantes de desvantagens socioeconômicas, de habilidades cognitivas individuais ou se advêm de efeitos discriminatórios. As análises utilizam dados da pesquisa Fundaj (2013). Estimativas pelo método de Pareamento em Escores de Propensão revelam que as disparidades educacionais entre estudantes que se declaram pretos (tratados) ou de outra etnia (controles) desaparecem quando se controla pelas variáveis dos alunos e seus responsáveis, indicando que tais diferenças não estariam sendo dirigidas por um efeito discriminatório, mas sim por outras estruturas sociais que, por sua vez, também podem ser distintas entre grupos raciais. Contudo, a persistência de uma maior incidência de *bullying* entre alunos pretos, mesmo após um amplo controle do background familiar e individual do estudante, infelizmente coloca a escola como um espaço de reprodução da discriminação racial, o que denota a importância de se pensar em políticas afirmativas em níveis educacionais mais básicos, como é o caso do ensino fundamental.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdades Étnico-raciais, Desempenho Escolar, Pareamento em Escores de Propensão.

INTRODUÇÃO

Dados da pesquisa “Acompanhamento Longitudinal do Desempenho Escolar de Alunos da Rede Pública de Ensino Fundamental do Recife” (FUNDAJ, 2013) apontam que os alunos de 6º ano de escolas públicas do Recife que se declaram pretos apresentam em média um desempenho em matemática inferior em 5% quando comparados àqueles estudantes que se declaram de outra raça/cor, como brancos, pardos, amarelos ou indígenas. Os dados revelam ainda que as percepções futuras de alunos autodeclarados pretos são sistematicamente mais negativas do que a de estudantes autodeclarados brancos. Os percentuais de brancos e pretos com crenças positivas a respeito do ingresso ao



ensino superior, da formação de família e de uma maior perspectiva de longevidade se distribuem da seguinte forma: i) desejam ingressar na faculdade 86% brancos, 82% pretos; ii) vão se casar e ter filhos 68% brancos e 66% pretos e iii) creem que vão morrer com mais de 60 anos 60% brancos e 54% pretos. Motivado por essas evidências iniciais, o presente estudo

tem por objetivo mensurar e identificar em que medida as fontes das desigualdades de desempenho escolar, perspectivas futuras e autoestima por raça/cor entre os alunos de escolas públicas do Recife são resultantes de desvantagens socioeconômicas, de habilidades cognitivas individuais ou se advêm de efeitos discriminatórios.

As análises empíricas tomam como base as três principais ondas do pensamento racial no Brasil. A primeira delas, representada pelas obras de Gilberto Freyre (1933) e Oracy Nogueira (1985), defendem o mito da “democracia racial” e, portanto, a inexistência de um caráter discriminatório na sociedade brasileira. A segunda onda, com Florestan Fernandes (1965), demarca a herança da escravidão na formação social do negro. E por fim a terceira onda, tendo como principais representantes Carlos Hasenbalg (1979) e Nelson do Valle Silva (1960), defende a existência de “desvantagens acumulativas”, provenientes de um sistema que perpetuaria essas desigualdades, inicialmente pela raça ou cor, e que resultaria num entrelace com a posição social.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Além da revisão bibliográfica sobre o tema em pauta, para atender aos objetivos desse relatório estão sendo utilizados os dados primários provenientes do projeto principal (Pesquisa Fundaj, 2013). Os dados coletados fornecem as informações necessárias relativas à raça/cor, desempenho acadêmico, visão de futuro e autoestima que dão subsídio às análises previstas nos objetivos desse estudo. A metodologia utilizada para identificação das fontes de desigualdades educacionais, autoestima e perspectivas futuras se baseia em testes estatísticos de diferenças de média (e proporção) e no método *Propensity Score Matching* (PSM) ou Pareamento em Escores de Propensão.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

A parte inicial da análise dos dados busca mensurar, por meio de testes de diferença de médias e de proporções, as disparidades de desempenho escolar, perspectivas futuras e autoestima por raça/cor entre os alunos de escolas públicas do Recife. Todos os testes estatísticos foram calculados pelo programa R e aplicados para três grupos étnico-raciais: i) pretos *versus* todos os outros; ii) pretos *versus* brancos e iii) pretos, pardos e indígenas (ou não brancos) *versus* brancos e amarelos. Nesse primeiro exercício, encontram-se disparidades em termos de notas, incidência de reprovação, frequência à pré-escola, abandono escolar, expectativas de conclusão do ensino médio e de ingresso à faculdade, crença de longevidade, popularidade e incidência de *bullying*. As desigualdades são detectadas, sobretudo, para os grupos *i* e *ii*. Na comparação dos grupos de não brancos com outros praticamente não se registram diferenças estatisticamente significantes, possivelmente devido à ampla heterogeneidade de características individuais do grupo dos pardos que é o mais numeroso da amostra.

O segundo exercício estatístico utiliza o método de pareamento em escores de propensão. Dessa vez, apenas dois grupos étnico-raciais estão sendo considerados: estudantes que se declaram pretos e os estudantes que se percebem com outra raça ou cor. Dois modelos são analisados. Na especificação mais simples, os grupos de estudantes são pareados quanto às seguintes características: sexo e idade (dos alunos) e, sexo, idade, estado civil, escolaridade, empregado e beneficiário de programa social (dos responsáveis). Nesse processo de emparelhamento, os dois grupos se assemelham nesse conjunto de atributos, mas possuem raça/ cor distinta. Os resultados demonstram que após tornar os indivíduos relativamente mais parecidos, ainda persistem desigualdades estatisticamente significantes quanto à incidência de reprovação, frequência à pré-escola, expectativa de ingresso à faculdade e desejo de mudar de família, entre os estudantes pretos e não pretos, que não advêm de desvantagens socioeconômicas ou de outras diferenças demográficas (como sexo e idade do aluno). Com exceção da variável que reflete o desejo de mudar de família, as demais diferenças entre grupos são sistematicamente mais desfavoráveis aos estudantes que se declaram pretos.

A segunda especificação testada agrega ao modelo anterior as variáveis de dedicação do aluno (frequência de estudo, faz dever de casa e nota de matemática no início do ano

letivo) e de sua relação com seus pais ou responsáveis (pais checam o boletim do estudante, conversam com o professor, participam do conselho escolar, mãe ajuda na lição e pai ajuda na lição). Dessa vez, os resultados demonstram que praticamente todas as distâncias desaparecem, sendo estatisticamente significativa apenas para a variável que mensura o percentual de alunos que afirma ter sofrido *bullying*. Esse resultado indica que, ao tornar os grupos semelhantes quanto ao acompanhamento dos pais e à dedicação do aluno ao estudo, todas as diferenças em relação a desempenho, visão de futuro e autoestima são eliminadas, exceto na variável que poderia ser a mais relacionada à discriminação direta, a ocorrência de *bullying*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo mensura e identifica as fontes de desigualdades do desempenho escolar, perspectivas futuras e autoestima por raça/cor para alunos do 6º ano de escolas públicas do Recife. Estimativas pelo método de pareamento em escores de propensão revelam que no caso de um modelo mais enxuto que considera apenas o background familiar dos alunos (e desconsidera o esforço individual e o grau de acompanhamento escolar dos pais), são detectadas desigualdades entre estudantes pretos e não pretos quanto ao desempenho escolar e aspirações futuras. Porém, quando o modelo passa a ser mais abrangente, as distâncias tendem a desaparecer em praticamente todos os *outcomes* investigados, exceto para a ocorrência do *bullying*, variável tipicamente associada a um efeito discriminatório. O fato de muitas das desigualdades desaparecerem quando se controla pelas variáveis dos alunos e seus responsáveis indica que essas disparidades não estariam sendo dirigidas por um efeito discriminatório, mas sim por outras estruturas sociais que, por sua vez, também podem ser distintas entre grupos raciais.

Contudo, a persistência de uma maior incidência de *bullying* entre alunos pretos, mesmo após um amplo controle do background familiar e individual do estudante, infelizmente coloca a escola como um espaço de reprodução da discriminação racial, o que denota a importância de se pensar em políticas afirmativas em níveis educacionais mais básicos, como é o caso do ensino fundamental.

AGRADECIMENTOS:

Agradecimentos a Fundação Joaquim Nabuco e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

REFERÊNCIAS:

FERNANDES, Florestan. **A integração dos negros na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus, 1965.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala**. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987 [1933].

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO - FUNDAJ. Coordenação de Estudos Econômicos e Populacionais. **“Acompanhamento Longitudinal do Desempenho Escolar de Alunos da Rede Pública de Ensino Fundamental do Recife”**. Recife, 2013.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1979.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

SILVA, Nelson do Valle. **Black-white income differentials in Brazil, 1960**. Michigan: Ann Arbor, 1978.

A EDUCOMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Larissa Fernandes Ferreira¹; Edneida Rabêlo Cavalcanti²

¹Estudante do curso de jornalismo – Unicap; e-mail: larissa99fernandes@hotmail.com, ²Pesquisadora da Diretoria do Centro de Estudos em Dinâmicas Sociais e Territoriais – CEDIST - da Fundaj; e-mail: edneida.cavalcanti@fundaj.gov.br

RESUMO: A pesquisa busca avaliar e compreender instrumentos de comunicação populares que promovam Educação Ambiental nas áreas relacionadas à Resex Acaú-Goiana e ao Parna do Catimbau. Os procedimentos metodológicos utilizados como suportes foram a revisão de literatura sobre o tema da Educomunicação, priorizando a relação com Educação Ambiental e UCs e o mapeamento dos meios de comunicação populares. Os resultados obtidos apontam que as ações relacionadas à Educomunicação encontradas na Resex Acaú Goiana e no Parna do Catimbau ainda são muito restritas. Apesar de haverem iniciativas em plataformas online, por parte, principalmente, da comunidade, não é dada continuidade nessas ações. Por mais que haja, de forma vaga, a existência do processo educacional dentro das Unidades de Conservação, ainda é algo falho e que necessita de devida atenção. De forma conclusiva, percebemos que tanto a execução, como, também, a conscientização e o conhecimento em si da representatividade da Educomunicação e de seus benefícios nas UCs se torna cada vez mais necessário, e a execução de projetos, oficinas e outras formas de se expandir esse conceito se tornam cada vez mais essenciais e indispensáveis.

Palavras-chave: Comunicação; Educação; Educação ambiental; Educomunicação; Unidade de Conservação.

INTRODUÇÃO

A gestão participativa em Unidades de Conservação (UCs) deve propiciar não apenas o acesso à informação para população, mas também que a mesma possa interagir e ser produtora dessa informação. O tema do acesso à informação ligado ao da participação pública é bastante polêmico e atual e remete a aspectos que estão presentes em diferentes políticas e leis ligadas à temática ambiental, que criaram seus espaços e instrumentos de participação (conselhos, audiências e consultas públicas), e que não tem sido efetivados em sua inteireza. Nessa perspectiva, cuidar, de forma articulada da educação e da comunicação ambiental parece representar um caminho importante para estimular a participação pública na gestão, contribuindo para que os diversos envolvidos estejam aptos a trabalhar questões



e conflitos ambientais que tem a ver não apenas com o uso dos elementos da natureza transformados em recursos, mas com o entendimento sobre os seus usos. O subprojeto objeto do presente relatório final vincula-se ao projeto **Unidades de Conservação como Lugares Educadores**, devidamente homologado pelo Conselho Diretor da Fundaj, aprovado no Comitê de Ética da Pesquisa (CEP) e também junto ao Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO), cujo objetivo geral é o de avaliar Unidades de Conservação como Lugares Educadores no âmbito das políticas públicas vinculadas à Educação e à Sustentabilidade a partir da sua inserção na educação formal e não formal. Se consideram objetos de estudo da pesquisa a Reserva Extrativista (Resex) Acaú-Goiana, Parque Nacional (Parna) do Catimbau, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Ponta do Tubarão, Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais e Monumento Natural (Mona) do Rio São Francisco. No caso do subprojeto, o recorte foi a Resex Acaú Goiana e o Parna do Catimbau, sendo que as entrevistas foram aplicadas apenas na Resex, em função do cronograma de trabalho.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi efetuada revisão de literatura sobre o tema da Educomunicação priorizando a relação com Educação Ambiental e UCs. Também foi feito mapeamento dos meios de comunicação populares locais que atuam nos municípios pernambucanos de Buique, Tupanatinga, Ibimirim (Parna Catimbau) e Goiana, e os paraibanos Pitimbu e Caaporã (Resex Acaú-Goiana) que discutam ou possuam potencialidade para discutirem questões ambientais. No primeiro momento da pesquisa, foi desenvolvida a revisão bibliográfica de autores que trabalham com a temática Educomunicação, como, por exemplo, Peruzzo (2002), Gutiérrez (2006), entre outros. Além disso, participei de reuniões da pesquisa a qual meu subprojeto está atrelado, que aconteceram às segundas e quintas, onde foram discutidas estratégias para aplicação e apuração do instrumento de coleta de dados primários e planejadas oficinas para serem realizadas no segundo momento da pesquisa. Já nesse segundo momento, oficinas foram efetuadas em escolas localizadas na Resex Acaú-Goiana (Pitimbu, Caaporã e Goiana) com o intuito de integrar e por em prática a Educomunicação, de forma que professores e gestores passem a ter um maior entendimento do que a comunicação, juntamente à

educação, pode transformar em seu dia a dia. A aplicação de questionários focados na interação existente entre a UC e a educomunicação foi, também, realizada, com o intuito de se haver um retorno desses indivíduos, para que suas respostas pudessem ser analisadas de forma quantitativa e qualitativa, explicitando os maiores feitos e necessidades existentes dentro das escolas. Outra área coberta pelo trabalho é o levantamento das estratégias de comunicação utilizadas pelas seguintes UCs: Reserva Extrativista Acaú-Goiana e o Parque Nacional do Catimbau. Além disso, foi realizada uma busca por informações nos órgãos aos quais as mesmas estejam vinculadas e também junto aos municípios que tenham área nessas Unidades. O esforço foi efetuado na direção de cobrir o período desde o momento de criação de cada UC, dependendo da disponibilidade das informações. Também realizei o curso oferecido pelo Ministério do Meio Ambiente sobre Educação Ambiental e Comunicação nas Unidades de Conservação, que tem por objetivo “mobilizar e empoderar o público-alvo para a realização de práticas de educação ambiental e comunicação que contribuam com o fortalecimento da Gestão Ambiental de Unidades de Conservação e com a conservação da Biodiversidade”. Fui coautora, com membros da pesquisa Unidades de Conservação como Lugares Educadores da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj/MEC), com os trabalhos “A Inclusão das Áreas Protegidas nos Processos Educativos Formais e Não Formais” e “Unidades de Conservação Federais da Caatinga: o papel da educação ambiental para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável (Agenda 2030)”, ambos apresentados em eventos científicos nacionais e internacionais.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Por vezes, há o interesse da população em desenvolver atividades que envolvam educação e comunicação, mas, por algum motivo – seja ele uma dificuldade de recursos, falta de equipe, também do programa de voluntariado ou mesmo por ingerência política na troca dos gestores – acabam sendo interrompidos. Um exemplo disto é a Rádio Comunitária do Vale do Catimbau, a qual foi arquitetada por parte dos próprios habitantes, que nem mesmo chegou a ser inaugurada por causa da pressão política exercida sobre seus idealizadores. As Unidades de Conservação são ocupadas por diversos cargos que possuem papéis fundamentais dentro da região, como é o caso dos professores, pescadores, gestores,



coordenadores gerais e de Educação Ambiental, dirigentes municipais, pessoas que participam do setor administrativo, entre muitas outras funções. Seja por falta de conhecimento ou de acesso, como relatado por parte de alguns dos representantes correspondentes à Reserva Extrativista Acaú-Goiana, no estado da Paraíba (Caaporã e Pitimbu), há a constatação de que não há, de fato, a presença adequada da Educomunicação no cotidiano dessas pessoas. Já no município de Goiana, localizado no estado de Pernambuco, na Resex, professores, gestores, coordenadores, pescadores, secretários, entre outras ocupações, relatam que os instrumentos de comunicação são utilizados, mesmo que de forma básica e escassa, em reuniões, divulgações de eventos e projetos, atividades interativas como produção de curtas, publicações de fotos de eventos como aulas, reuniões e festivais, trabalhos, pesquisas, etc. A falta de incentivo e investimento nas comunidades escolares, por conta da priorização de outros setores e atividades, é algo questionado na região por parte da população e dos próprios gestores. Parcerias com rádios, criação de um jornal educativo, produção de eventos que envolvam as comunidades, aplicação de projetos de conscientização, acesso a instrumentos de divulgações e visitas às comunidades com a inserção de palestras são algumas das ideias sugeridas como forma de melhoria. Diante disso, podemos evidenciar que, por mais que haja, de forma vaga, a existência do processo educacional dentro das Unidades de Conservação, ainda é algo falho e que necessita de devida atenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como evidenciado ao longo do texto, a presença da Educomunicação, como fator estimulante da participação ativa dos indivíduos na comunidade em que estão inseridos, é de extrema importância. Tanto a execução, como, também, a conscientização e o conhecimento em si da representatividade da Educomunicação e de seus benefícios nas UCs se torna cada vez mais necessário, e a execução de projetos, oficinas e outras formas de se expandir esse conceito se tornam cada vez mais essenciais e indispensáveis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à agência financiadora do projeto, CNPq/PIBIC, por me proporcionarem esta oportunidade. Agradeço à Fundaj e a equipe do projeto maior, por enriquecerem minha sabedoria. Agradeço à orientadora deste projeto, Dr^a Edneida Rabêlo Cavalcanti, por compartilhar comigo seu vasto conhecimento. Por fim, agradeço minha família e amigos, pelo suporte fornecido.

REFERÊNCIAS:

GUTIÉRREZ, Francisco. Internet, comunicação e sociedade. Problemas, desafios e perspectivas. In MELO, José Marques de et al (orgs). **Educomídia**. Alavanca da cidadania: o legado utópico de Mário Kaplún. São Paulo. Cátedra UNESCO, Universidade Metodista de São Paulo, 2006

PERUZZO, Círcia Maria K. **Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania** São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2002.



EFEITOS E RESULTADOS DO PROINFÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Marcela Pires Barbosa¹; Patrícia Maria Uchôa Simões²

Estudante do Curso de Pedagogia- CE – UFPE; E-mail: marcela.barbosa17@gmail.com, Pesquisadora da CGEE da Diretoria de Pesquisas Sociais- DIPES/FundajEmail:patricia.simoies@fundaj.gov.br.

RESUMO:

O presente estudo fez uma análise da implantação do Proinfância, no que se refere ao contexto dos resultados e efeitos. Focalizando os dados referentes ao número de convênios firmados entre o programa e os municípios da Região Metropolitana do Recife, em função da efetiva expansão do atendimento na região. Foi realizada inicialmente uma análise da implantação do programa nos municípios, em seguida uma análise comparativa, usando dados disponíveis na página do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec). Como conclusão, consideramos que o Proinfância contribuiu para a construção de uma nova identidade para a Educação Infantil, ao destinar espaços adequados para o desenvolvimento do trabalho pedagógico nessa etapa do ensino, revelando um compromisso com a inclusão das crianças de 0 a 5 anos num atendimento de qualidade social de educação.

Palavras Chave: Proinfância, Educação Infantil, Região Metropolitana do Recife (RMR)

INTRODUÇÃO:

Em 2007, o governo federal criou o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância). O programa foi instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, e é parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação e tem o objetivo é prestar assistência financeira ao Distrito Federal e aos municípios visando garantir o acesso de crianças a creches e escolas de educação infantil da rede pública. O Programa repassa também recursos para equipar as unidades de educação infantil em fase final de construção, com itens padronizados e adequados ao seu funcionamento.

O presente estudo fará uma análise da implantação do Proinfância, no que se refere ao contexto dos resultados e efeitos. Para tanto, focalizará os dados referentes ao volume



de recursos investido até 2015, o número de unidades construídas e em construção, em função da efetiva expansão do atendimento nos municípios da região metropolitana do

Recife. Será realizada inicialmente uma análise da implantação do programa na RMR, em seguida uma análise comparativa município.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Dando continuidade ao estudo que vem sendo realizado, o referencial teórico a ser utilizado será a abordagem teórico-metodológica do ciclo de políticas proposta por Ball e seus colaboradores que permite a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação até a sua implementação abrangendo, assim, desde o texto da política até os seus resultados e efeitos. (BALL 2001; MAINARDES 2006)

Nesse estudo, será analisado o contexto dos resultados ou efeitos que se refere a análise do impacto e das interações com desigualdades existentes e pode ser dividido em duas categorias: gerais - exame das várias dimensões de uma política e suas implicações (ex: análise do impacto em/sobre currículo, avaliação, etc.); específicos - exame das interfaces da política com outras políticas setoriais e com o conjunto das políticas; e o contexto da estratégia política relacionado à identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada. Serão utilizados dados do Sistema Integrado de Monitoramento e Controle, do FNDE/MEC e do SIMEC (O Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação).

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Pernambuco é o sétimo estado mais populoso do Brasil, com 8.796.032 habitantes, distribuídos em 185 municípios, o que corresponde a aproximadamente 4,6% da população brasileira. De acordo com o Censo de 2010 do IBGE (última contagem oficial da população), o estado de Pernambuco tem a maior região metropolitana do Norte-Nordeste, a sexta maior do Brasil e cerca de 80,2% dos habitantes do estado moram em zonas urbanas. A RMR

(Região Metropolitana do Recife) é a terceira área metropolitana mais densamente habitada do país, superada apenas por São Paulo e Rio de Janeiro, Compreende atualmente 15 municípios: Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Igarassu, Abreu e Lima, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, Goiana, São Lourenço da Mata, Araçoiaba, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Moreno, Itapissuma e Recife.

A partir de 2012, é notável o aumento no número processos e assinaturas de termo/convenio a partir de 2010 até 2014, apontando a ampliação da adesão do Proinfância nos municípios da Região Metropolitana do Recife, assim como foi revelado nos municípios do Nordeste (BARBOSA, 2017) que se explica pela alteração da forma oficial de execução do Proinfância que passou a ser executado no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), que foi um grande programa do governo federal com a missão de promover o crescimento do país por meio de investimentos e estímulo à economia. Com o advento do PAC 2, o Proinfância ganha mais recursos e torna-se uma das mais importantes ações do governo federal para a ampliação do atendimento na etapa da Educação Infantil. Porém, pudemos ver que a partir de 2015 quase não foram mais firmados convênios, apenas 1 em 2016, o que parece mostrar a paralisação do programa entre 2016 e maio de 2017.

Dos 15 municípios da RMR, 12 firmaram contratos com o Proinfância, desses que firmaram convenio, apenas 4 concluíram ao menos uma unidade. Com mais contratos assinados são Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Recife, os municípios mais populosos da RMR segundo IBGE. Pudemos perceber que pouco mais de 50% dos contratos assinados na RMR estão em fase de licitação ou planejamento pelo proponente, apenas aproximadamente 13% deles foram concluídos segundo os dados da tabela de maio de 2017 do SIMEC.

Considerando 8 das 10 unidades concluídas, que são as que conhecemos a capacidade, calculamos que o proinfância viabilizou mais de 1.376 vagas em dois turnos ou 688 vagas em tempo integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da baixa conclusão de obras na RMR também constatada em outras regiões do Brasil, fica evidente que algumas melhorias são necessárias, tanto em âmbito federal, quanto municipal para melhorar a implementação do programa Proinfância. (REZENDE, 2013) De uma forma geral, após a análise dos dados, acreditamos que o Proinfância é uma das maiores políticas públicas voltadas para a etapa da Educação Infantil do âmbito Federal, visto que o Programa efetiva o regime de colaboração entre o governo federal e os municípios, repercutindo positivamente para que os municípios diminuam seus déficits de vagas. Também percebemos que o programa garantiu maior investimento do governo federal para a etapa.

Por fim, consideramos que o Proinfância contribuiu para a construção de uma nova identidade para a Educação Infantil, ao destinar espaços adequados para o desenvolvimento do trabalho pedagógico nessa etapa do ensino, revelando um compromisso com a inclusão das crianças de 0 a 5 anos num atendimento de qualidade social de educação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Patrícia Simões e as demais pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização da pesquisa. Ao apoio institucional da Fundação Joaquim Nabuco e ao CNPq pelo auxílio financeiro.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marcela Pires. O Proinfância na Região Nordeste: distribuição dos recursos e ampliação do atendimento da Educação Infantil. Recife, 2017.

BALL, S.J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. Currículo sem fronteiras. Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 99-116, 2001.

A ESTRUTURA DE MERCADO NO ENSINO SUPERIOR NO NORDESTE

Marcus Vinicius Gomes cardona¹; Luis Henrique Romani de Campos²

¹Estudante do Curso de Ciências Econômicas da UFPE; marcuvcardona@gmail.com, ² Pesquisador Titular no Núcleo de Estudos em Estatísticas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco; luis.campos@fundaj.gov.br.

RESUMO

O artigo aborda a concentração de mercado privado no Ensino Superior no Brasil. Demonstra como a mudança regulatória permitiu este movimento de concentração de mercado observado nesta década. Mostra procedimentos para determinar as efetivas participações de grupos econômicos, em geral coordenados (ou financiados) por fundos de investimentos e calcula o Índice de Hirschman-Herfindahl absoluto e relativo para o Brasil, regiões e estados. Também mostra a concentração regional das matrículas.

Palavras chave: Ensino Superior, Oligopólio, Organização Industrial.

INTRODUÇÃO

Em junho de 2017 o Conselho de Defesa Econômica (CADE) indeferiu a aquisição do grupo educacional “Estácio” pelo grupo educacional “Kroton”, que, segundo dados do jornal Valor Econômico, deteria 1,5 milhão de alunos. (KOIKE & MARCHESINI, 2017) Dados do Censo Educacional do INEP de 2016 apontam o mercado total do ensino superior no Brasil de 8,05 milhões. Ou seja, se o CADE houvesse autorizado a aquisição, a empresa resultante manteria aproximadamente 18% do mercado nacional de Ensino Superior. Este grupo deteria uma parcela de alunos superior à do Governo Federal.

Esta notícia sobre fusões e aquisições no ensino superior brasileiro não é a única. Na verdade há quase que constância no noticiário econômico a compra de unidades locais por grupos que se transformaram em nacionais. (KOIKE, B.; MARCHESINI, L., 2017; KOIKE, 2018 A e B).

Tal cenário de grandes compras e formação de grandes grupos empresariais ofertando ensino superior é resultado da mudança regulatória no Brasil, a qual permitiu que grupos com objetivo de lucro participassem deste mercado. Anteriormente, a oferta privada era feita por fundações sem fins lucrativos confessionais ou pertencentes a alguma família.

As fundações sem fins lucrativos, ligadas às famílias eram isentas de impostos e mantinham, na prática, objetivos de lucros, por meio de aluguel de imóveis, alta remuneração para os dirigentes, contratação de quase toda a família e outras práticas que permitissem deslocar o fluxo de renda da entidade para a família (SAMPAIO, 2014).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O maior desafio para estabelecer o nível de concentração de mercado do ensino superior brasileiro está no formato da organização dos dados. O INEP disponibiliza os microdados do Censo da Educação Superior. Nele existem arquivos temáticos, a saber: microdados dos alunos; dos cursos; dos docentes; das IES; e do local de oferta. No arquivo com os dados das IES conta os dados da ‘mantenedora’, que é a entidade responsável pela gestão administrativa da IES. Uma mantenedora pode controlar mais de uma IES. Contudo, o processo de concentração de mercado, a partir de fundos de Private Equity, fez com que grupos econômicos mantivessem diversas mantenedoras. Muitas vezes a compra de uma IES envolve a aquisição do controle acionário da mantenedora, ficando a família que deu origem à IES com participação residual e estabelecida uma opção de compra do restante a partir de certa data.

Foi elaborado então um profundo levantamento das mantenedoras de cada grande grupo financeiro dominante. Estas informações foram cruzadas com os sites institucionais de cada IES envolvida nas fusões para confirmar a fusão/compra.

RESULTADOS

A concentração de mercado no Brasil é 113 vezes maior do que a estrutura de concorrência perfeita. Os 10 maiores grupos econômicos ofertantes do ensino superior respondem por 58,6% das matrículas, o que corrobora a alta concentração.

As regiões com maiores níveis de IHH são as do centro-norte do país, as regiões mais pobres e/ou com ocupação mais recente. O Nordeste surge como o maior nível relativo de concentração, enquanto que Norte e Centro-Oeste apresentam indicadores menores.

O Nordeste possui um mercado altamente concentrado, uma vez que, os dez maiores grupos de ensino superior da região possuem 71,2% do mercado, deixando os outros 28,8% para 302 empresas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou lançar luz sobre dois processos de concentração no mercado de ensino superior brasileiro. Por um lado, o provocado pela lógica empresarial e financeira de concentração de mercado e por outro o provocado pelos diferentes potenciais de mercado. Os dados revelaram que o mercado brasileiro já apresenta níveis de concentração elevados em alguns estados e/ou regiões. O processo de concentração entre os grupos empresariais não é homogêneo no Brasil, com alguns grandes grupos ainda não assumindo a mesma importância em todas as regiões.

O Nordeste apresenta o maior nível relativo de concentração de mercado. Os estados não apresentam os maiores níveis de IHH relativos, porém os níveis são altos devido à forte presença do governo na região e de grupos capazes de se instalar na região, uma vez que, os custos de aquisição são menores em relação à outras regiões. Porém, nestes estados os grupos locais exercem pressão sobre o mercado, devido ao seu tamanho, inibindo a margem de prática oligopolistas de preço, ainda que o mercado apresente uma estrutura de oligopólio.

Tamanhos níveis de concentração levam a que se crie uma agenda de pesquisas futuras, principalmente para verificar os efeitos desta concentração sobre qualidade de ensino, uso de práticas oligopolistas para impedir a entrada de novos concorrentes, entre outros.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPQ pela bolsa concedida, possibilitando a execução da pesquisa. Agradeço também a Luis Henrique Romani de Campos, que sem sua orientação, a pesquisa não seria possível. Agradeço a Heitor Victor Veiga da Costa, que me ajudou durante a pesquisa com a manipulação da base de dados. E por fim, agradeço à Fundação Joaquim Nabuco, que com a

disponibilização de sua estrutura pavimentou o caminho para que a pesquisa fosse finalizada.

REFERÊNCIAS

HOFFMANN, R. Estatística para Economistas. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2002.

KOIKE, B. Grupo SEB faz proposta de até US\$ 650 milhões pela Ilumino. **Valor Econômico**. (19/04/2018) A.

KOIKE, B. Cruzeiro do Sul compra controle do Unipê na Paraíba. **Valor Econômico**. (05/06/2018) B.

KOIKE, B.; MARCHESINI, L. CADE rejeita criação de megagrupo de ensino. **Valor Econômico**. 29/06/2017

SAMPAIO, Helena. “Privatização do ensino superior no Brasil: Velhas e novas questões”. In: **A educação superior na América Latina e os desafios do século XXI**. Organizador:

O PROINFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL NAS ZONAS RURAIS DA REGIÃO NORDESTE

Mariana Uchôa Barbosa¹; Patrícia Maria Uchoa Simões²

¹Estudante do Curso de Psicologia - FAFIRE. E-mail: marianausbarbosa@outlook.com ²Pesquisadora da CGEE da Diretoria de Pesquisas Sociais- DIPES/FUNDAJ. E-mail: patricia.simoies@fundaj.gov.br

RESUMO: O presente estudo realiza uma análise do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) na região rural do nordeste, que tem como objetivo a ampliação da demanda de vagas ofertadas para Educação Infantil, através do oferecimento de assistência financeira para os municípios brasileiros na construção e melhoria da infraestrutura de creches e pré-escolas. A fundamentação teórica utilizada foi o ciclo de políticas de Stephen Ball que se constitui como um referencial que possibilita a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação até a sua implementação. Sobre a temática da Educação do/no Campo subsidiamos sua compreensão através de autores que entendem a necessidade de política próprias que respeitem as especificidades das regiões. A metodologia escolhida foi a análise de dados disponíveis na página eletrônica do SIMEC. Os resultados apontam um alto crescimento na adesão do programa entre os anos de 2007 e 2014, assim como a construção de unidades na maior parte dos estados da região nordeste, porém constatou-se um alto índice de obras incompletas e canceladas. O êxito do Proinfância residiu na contribuição da construção da identidade da região do Campo.

Palavras-chave: Proinfância; Educação Infantil; Política Educacional

INTRODUÇÃO

A história Educação Infantil do Campo está atrelada aos marcos da Educação Infantil no Brasil e ao desenvolvimento de políticas próprias para a Educação do Campo. Primeiramente, foi com a Constituição Federal de 1988, ou “Constituição Cidadã”, que as crianças no Brasil obtiveram direitos, sendo designadas sujeitos diante da lei. No ano de 1990, ocorreu a instauração do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que atua reforçando a Constituição no âmbito da proteção integral das crianças e adolescentes. Outro importante avanço legal referente a Educação Infantil no Brasil foi a nova LDB (Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional), que definiu em 1996 a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica (NUNES, CORSINO, DIDONET, 2011; SIMÕES, LINS; 2015; ROSEMBERG, ARTES, 2012).

Apesar dos avanços já relatados no âmbito nacional, a Educação Infantil do campo permanecia sem políticas educacionais específicas, não sendo essa situação uma exclusividade da Educação Infantil, mas fazendo parte de uma lógica que permeia a educação do campo de forma geral.

O debate sobre as políticas educacionais para o campo obteve um avanço em 1998, a partir da pressão dos movimentos sociais do campo, foi realizada a I Conferência Nacional “Por uma Educação do Campo”, trazendo propostas que buscavam combater a submissão do rural ao urbano no contexto educacional. Esse debate vem sendo aprofundado e as crianças residentes nas zonas rurais do país, sejam quilombolas, indígenas, ribeirinhas, entre as outras, vêm tendo maior visibilidade de suas necessidades e especificidades.

Procurando colaborar com essa reflexão, o presente trabalho teve como objetivo de analisar a implantação do Programa Proinfância em municípios da região rural do Nordeste. A necessidade de explorar os dados referentes a esse programa se dá pelo fato de ser o maior programa em amplitude e quantidade de recursos, da história da Educação Infantil pública no Brasil, ampliando a inclusão de crianças entre 0 a 5 anos na primeira etapa da educação. Os resultados dessas investigações subsidiarão alternativas e propostas que auxiliem os sistemas municipais de educação na oferta de um atendimento de maior qualidade social.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo apresenta como referencial a abordagem teórico-metodológica do ciclo de políticas proposta por Ball e seus colaboradores que contribui para uma análise crítica dos programas e políticas educacionais desde sua formulação até a sua implementação (BALL 2016; MAINARDES 2006).

Essa perspectiva teórica adotada norteará a coleta e análise de dados da pesquisa. Compreendendo que os pais, os gestores, os professores, demais profissionais e as crianças são agentes no processo da implementação das políticas e, dessa forma, interferem ativamente com sua interpretação desse processo, o estudo analisará o estudo analisará o contexto dos resultados e efeitos. Para isso utilizaremos os dados do SIMEC (O Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação).

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Foram identificadas um total de cinquenta e nove convênios para construção de unidades do Proinfância¹, divididos entre oito estados da região rural do Nordeste. Para melhor compreensão podemos observar na tabela abaixo a quantidade de convênios e seus respectivos estados:

UF	Nº de obras
BA	19
PE	10
CE	9
AL	6
SE	5
MA	4
PB	3
RN	3

Fonte: Elaboração própria/ FNDE 2017

Podemos perceber que a Bahia foi o estado do Nordeste com maior número de convênios firmados, enquanto os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte firmaram apenas três, foram, portanto, os estados com menor número, dezesseis a menos que a zona rural Baiana.

Sobre os anos de assinatura dos convênios, apenas no ano de 2008 não houveram contratos assinados, apesar disso podemos perceber o crescimento da adesão ao programa na zona rural do Nordeste:

Ano	Nº de assinaturas
2007	2
2008	0
2009	6
2010	1
2011	8
2012	5
2013	17
2014	29

Fonte: Elaboração própria/ FNDE 2017

Ao comparar os anos de 2012 e 2013 observamos o maior crescimento no número de assinaturas entre os anos analisados, tendo o ano de 2013 um total de 12 assinaturas a mais do que o ano anterior, sendo apenas o cálculo de crescimento maior do que o total de assinaturas dos anos anteriores.

Sobre a situação das obras, observamos em maior número as em execução, paralisadas ou canceladas, sendo em total de 41 obras nessas situações, obtivemos apenas 14 conclusões. O tipo da unidade construída em sua maioria foram escolas do tipo C e Tipo 2, somadas sendo 41 obras. Foram firmados 10 contratos de construções de MI Escola de Educação Infantil Tipo C e apenas 4 construções do tipo B e 1. Os tipos que tiveram preferência na região rural são caracterizados por exigirem uma menor quantidade de alunos em relação aos outros projetos disponíveis, o que é preferível na região rural pela moradia dispersa da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão, observa-se que, apesar de não ter um número de convênios firmados na zona rural capaz de diminuir as desigualdades históricas entre as regiões, pode-se considerar que o programa contribuiu no avanço da construção das identidades da creche do campo, possibilitando uma maior visibilidade das necessidades e especificidades da região do Campo, indicando que há possibilidade de um programa dessa natureza atingir melhores resultados futuramente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Patrícia Simões e a todos que compõe o GPIEDUC pelo apoio, paciência e importante troca de ensinamentos. Ao apoio institucional da Fundação Joaquim Nabuco e ao CNPq pelo auxílio financeiro.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRASUN, Annette. **Como as Escolas fazem as Políticas: atuação em escolas secundárias**. Editora UEPG, Ponta Grossa, 2016.



MAINARDES, Jeferson. **Abordagem do Ciclo de Políticas uma contribuição para análise de Políticas Educacionais.** Educação e sociedade, Campinas, vol.27, n.94, p.47-69, jan/abr. 2006.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; DIDONET, Vital. **Educação Infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica.** Brasília: UNESCO. Ministério da educação / Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

SIMÕES, Patrícia Maria Uchôa; LINS, Danielle Mylene Reis. **Implementação do Proinfância nos municípios de Pernambuco.** In: Concepções e Práticas na Educação Infantil. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. Recife, 2015

ROSEMBERG, Fúlvia; ARTES, Amélia. **O rural e o urbano na oferta de educação para crianças de até 6 anos.** In: Oferta e demanda de Educação Infantil no Campo. 1ª ed. Porto Alegre. UFRGS, MEC. 2012.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO: HISTÓRIA E TRAJETÓRIA DESDE 1963

Marília de Melo Cavalcanti¹ ; Ana de Fátima P. de Sousa Abranches²

¹EstudantedocursodeHistória-BachareladoUFPE;email:marilia.meloc@gmail.com, ²AnalistaemCiência eTecnologia(Pedagoga)-DIPES/CECIMeprofessoradoPPGECI;email:anafpsa@gmail.com

RESUMO presente trabalho é um estudo acerca do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco no que diz respeito ao contexto histórico e seu funcionamento desde a sua criação em 1º de março de 1963 (Lei Estadual nº 4.591/63), pelo então governador Miguel Arraes de Alencar. A necessidade de criação do conselho, vincula-se à prerrogativa de normatizar, fiscalizar e autorizar o funcionamento das escolas, de emitir pareceres e de deliberar sobre os assunto dentro do âmbito pedagógico. Através da pesquisa cuja abordagem é de caráter qualitativo, realizou-se um Estudo de Caso sobre o Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, compondo uma análise de conteúdo documental vasta. A análise nos remete a compreender que a presença feminina na presidência do Conselho só acontece nos anos de 2000, 2002 e 2014. Como avanços na estrutura do conselho, destacamos o aumento do número de membros e a atual composição plural e paritária. Além disso, a criação de câmaras, e disponibilidade de transporte e diárias quando em serviço ou missão oficial fora do município de sua residência, vem favorecer o melhor funcionamento do CEE.

Palavras-chave: Conselho Estadual de Educação; Pernambuco; Educação; Trajetória.

INTRODUÇÃO

O presente estudo sobre o Conselho Estadual de Educação de Pernambuco (CEE/PE) faz parte da pesquisa maior intitulada, “A avaliação dos conselhos de acompanhamento e controle social do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e valorização dos profissionais da educação – FUNDEB – em municípios do Nordeste”. O estudo sobre o Conselho Estadual de Educação de Pernambuco (CEE/PE), como um caso específico vem ampliar o conhecimento sobre o tema numa perspectiva histórica e social.

Neste contexto é importante destacar a criação em 1º de março de 1963 (Lei Estadual nº 4.591/63), pelo então governador Miguel Arraes de Alencar do Conselho Estadual de Educação (CEE). A necessidade de criação do conselho, vincula-se à prerrogativa de normatizar, fiscalizar e autorizar o funcionamento das escolas, de emitir pareceres e de deliberar sobre os assuntos dentro do âmbito pedagógico.

Na época da criação do CEE/PE, na gestão do governador Miguel Arraes, na área de Educação e Cultura se destacava o Movimento de Cultura Popular (MCP), tendo o educador Paulo Freire como um dos organizadores e com a colaboração de estudantes, artistas e intelectuais.

A partir da análise documental realizada destacamos os principais aspectos que caracterizavam o conselho criado em 1963:

- Composição de 15 membros nomeados pelo governador do Estado;
- Exigência para atuar como conselheiro ou conselheira- notório saber e experiência em matéria de educação, bem como representantes dos diversos graus de ensino e magistério oficial e particular;
- Mandato de 6 anos, só podendo ser renovado uma vez;
- Presidente e vice- presidente, eleitos entre os membros;
- Direito a gratificação de presença.

No site do CEE, encontra-se a seguinte indicativo para a criação e funcionamento do Conselho Estadual:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, prevê que o Ministério da Educação e Cultura, no desempenho de suas funções, conte com a colaboração do Conselho Nacional de Educação; e que os Conselhos Estaduais de Educação colaborem com as Secretarias Estaduais de Educação, enviando esforços para melhorar a qualidade e elevar o índice de produtividade do ensino.

Podemos inferir que a criação do Conselho Estadual de Educação, visava atender a Primeira Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional, já na perspectiva de colaboração entre a união e os Estados da Federação. Na perspectiva de um governo voltado para uma gestão mais participativa, foram instituídas as bases para uma promover mudanças na educação pública.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o contexto de criação e funcionamento do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco e os objetivos específicos são; caracterizar os conselheiros e conselheiras desde a criação do conselho e analisar a estrutura, atuação e funcionamento do conselho.

O objeto de estudo é o Conselho Estadual de Educação de Pernambuco (CEE/PE) no que diz respeito ao contexto histórico e funcionamento do conselho desde a sua criação em 1963, pelo então governador Miguel Arraes de Alencar. A partir disso, procura-se efetuar recortes históricos capazes de delinear os períodos referentes a cada atuação dos conselheiros, além de fomentar a importância de cada membro no contexto vivido.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico escolhido para esta pesquisa tem raízes nas proposições da pesquisa cuja abordagem é de caráter qualitativo. A opção escolhida foi fazer um Estudo de Caso, a partir de um estudo específico sobre o Conselho Estadual de Educação de Pernambuco. A pesquisa consistiu em analisar o contexto histórico de criação e funcionamento do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco. Para o tratamento e a análise dos dados desta etapa adotou-se a técnica de Análise de Conteúdo. Assim, a pesquisa foi realizada a partir dos seguintes procedimentos metodológicos:

- 1- Levantamento bibliográfico;
- 2- Levantamento dos documentos oficiais do Conselho Estadual;
- 3- Análise dos documentos;
- 4- Produção do relatório de pesquisa

RESULTADOS/DISCUSSÃO

A análise documental nos remete a compreender que a presença feminina na presidência do Conselho só acontece nos anos de 2000 até 2004 e em 2014.

Edla Soares e Iêda Nogueira como as únicas mulheres a assumirem a presidência do Conselho, sendo que Iêda em dois Mandatos.

Apresentamos 3 (três) momentos históricos no contexto estudado.

- 1- Momento de criação do CEE e Governo de Miguel Arraes- 1964
- 2- Ditadura Militar- 1964/1984
- 3- Redemocratização do país-1985 até os dias atuais (transição)

O Conselho Estadual de Educação em Pernambuco, atualmente, conta com um presidente Ricardo Chaves Lima e um vice-presidente Horácio Francisco dos Reis Filho, além dos membros participativos diretos como titulares e uma composição plural e paritária.

Observa-se a que a gratificação para os/as conselheiros/as em sessões onde comparecem são asseguradas nas duas legislações do CEE (1963 e 2000) e suas alterações.

Acrescenta-se a isso a questão de transportes e diárias em missão fora do município e a criação de câmaras e comissões que vem agrega valores e competências para o melhor funcionamento do CEE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado concluímos que o Conselho Estadual de Educação de Pernambuco nasceu em um contexto de mudanças e avanços nas bandeiras educacionais e após promulgação da primeira lei de Diretrizes e Bases da Educação. O Golpe Militar de 1964 e a renúncia coletiva de seus membros, representou também um movimento de resistência ao retrocesso imposto pelas forças políticas de 1964.

Destacamos que o conselho se caracteriza por uma gestão majoritariamente feita por homens, visto que de 1964 até os dias atuais apenas duas mulheres assumiram a presidência do Conselho.

Observa-se avanços na estrutura do conselho com o aumento do número de Membros e uma composição plural e paritária. Além disso, a criação de câmaras, e disponibilidade de transporte e diárias quando em serviço ou missão oficial fora do município de sua residência, vem favorecer o melhor funcionamento do CEE.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) pela oportunidade de desenvolver esta atividade e participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), proporcionando um aprimoramento para o desenvolvimento intelectual. Agradeço à minha orientadora Ana de Sousa Abranches (CECIM/DIPES/PPGECI) pela dedicação, compromisso e contribuição para minha vida profissional.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Porto: Edições 70, 1977.

BARROSO, Luís Roberto. **Neoconstitucionalismo e Constitucionalização do Direito**
(O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil)

BRASIL. **Lei nº 9.424**, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério- FUNDEF

. **Lei nº 11.494**, de 20 de junho de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

. **Lei nº 4.391**, de 01 de março de 1963. Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Educação, a sua composição e competência e dá outras providências.

CURY, Carlos R. Jamil. A Questão federativa e a educação escolar. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; SANTANA, Wagner (Orgs.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: Unesco, 2010.

CURY, Carlos R. Jamil. Conselhos de Educação: fundamentos e funções. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília v. 22, n. 1, 41-67, jan./jun. 2006.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

GUIMARÃES, Carlos Augusto Sant’Anna; COUTINHO, Henrique Guimarães; MARQUES, Helena Maria de Barros. **Conselhos Gestores na Educação**. Perfil, discurso, funcionamento. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

<<http://institutomiguelarraes.com.br/home/>>

<<http://www.cee.pe.gov.br/>>

<<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miguel-arrais-de-alencar>>

<<http://www2.recife.pe.gov.br/pagina/miguel-arrais-de-alencar-1916-2005>>



TENDÊNCIA TEMPORAL DA MORTALIDADE INFANTIL POR MALFORMAÇÕES CONGÊNITAS NO RECIFE, PERNAMBUCO, BRASIL, 2001 - 2016

Maysa Almeida da Silva¹; Cristine Vieira do Bonfim²

¹Estudante do Curso de Enfermagem –Uninassau; e-mail: maysaenf0212@gmail.com, ²Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – CIEG e DIPES; e-mail: cristine.bonfim@uol.com.br

RESUMO

Objetivo: analisar a tendência temporal da mortalidade infantil por malformação congênita de residentes no Recife (PE), no período de 2001 a 2016. **Métodos:** realizou-se um estudo ecológico, de série temporal, cuja fonte de dados foi constituída pelos Sistemas de Informações sobre Mortalidade (SIM) e de Nascidos vivos (Sinasc). Para análise da taxa foi utilizada a perspectiva de Box e Jenkins, a identificação é feita através de suas funções de autocorrelação (ACF) e autocorrelação parcial (PACF) e para a proporção da mortalidade por malformações congênitas foi utilizada o modelo autoregressivo de medias moveis com uma variável auxiliar (ARMAX), ambos foram analisados mensalmente. **Resultados:** As principais causas de morte dentro do capítulo das malformações congênitas foram outras malformações congênitas do coração 244 (20,44%). A taxa de mortalidade infantil por malformação congênita teve uma média constante, apresentando resultado relativamente estável. Quanto à proporção no período analisado resulta em uma tendência crescente com um aumento importante de 2015 a 2016. **Conclusão:** a análise da série temporal possibilitou o conhecimento do comportamento das malformações congênitas e seu impacto na mortalidade infantil. Nessa perspectiva, o uso de séries temporais e técnicas estatísticas como o ARMAX são úteis para auxiliar ações de saúde para o enfrentamento desse evento e poderá contribuir para novos estudos epidemiológicos.

Palavras-chave: Anormalidades congênitas. Mortalidade Infantil. Tendência Temporal. Epidemiologia.

INTRODUÇÃO

As malformações congênitas representam um sério problema de saúde pública no mundo. Estas ocorrem, aproximadamente, em uma a cada 33 crianças, e respondem por 8,7% dos óbitos nas primeiras semanas de vida (Organização Mundial de Saúde, 2015).

Conceitua-se malformações congênitas alterações que modificam a estrutura e funcionamento de órgãos presentes no período embrionário ou ao longo do desenvolvimento da criança, podendo ser físicas, mentais ou associadas (Organização Mundial de Saúde, 2015).

A classificação das malformações é feita a de acordo com a gravidade, podendo ser maior ou menor. As de maior gravidade resultam em importantes defeitos anatômicos, funcionais ou estéticos e podem causar incapacidades crônicas, com consequências que afetam a vida da criança, de sua família, bem como o sistema de saúde e a sociedade como um todo (CANAKU, 2014). Os de menor gravidade, algumas vezes não são aparentes e tem manifestação clínica mais tardia (RISTIVOJEVIC et al., 2016; RODRIGUES, 2014). Existem diversas causas para a ocorrência das malformações, cerca de 60% tem sua origem desconhecida, nos 40% restantes estão relacionadas a condições genéticas, ambientais e físico-químicas. Em muitos casos os genes e o ambiente contribuem concomitantemente para ocorrência desse evento, em especial no primeiro trimestre da gestação. (CANALS et al., 2014).

Para facilitar a observação ou o acompanhamento da variação da taxa de mortalidade infantil por malformação podem ser utilizados estudos de série temporal que constituem valiosas ferramentas na epidemiologia (ANTUNES; CARDOSO, 2015). Busca-se conhecer quais fatores possam ter atuado com relações de causas e efeitos no comportamento do evento no passado e seja capaz de continuar refletindo no futuro (MARTINS-MELO, 2014). Conhecimentos sobre a tendência da mortalidade infantil mostram o quanto os defeitos congênitos incidem significativamente na saúde da população e contribuem para auxiliar ações de saúde para o enfrentamento desse evento.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Estudo ecológico, realizado no Recife (PE) os dados foram obtidos por meio do site do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Para análise da taxa foi utilizada a perspectiva de Box e Jenkins, a identificação é feita através de suas funções de autocorrelação (ACF) e autocorrelação parcial (PACF) amostrais, para a proporção da mortalidade por malformações congênitas foi analisado segundo abordagem o modelo autoregressivo de medias moveis com uma variável auxiliar (ARMAX) Ambos foram calculados mensalmente.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

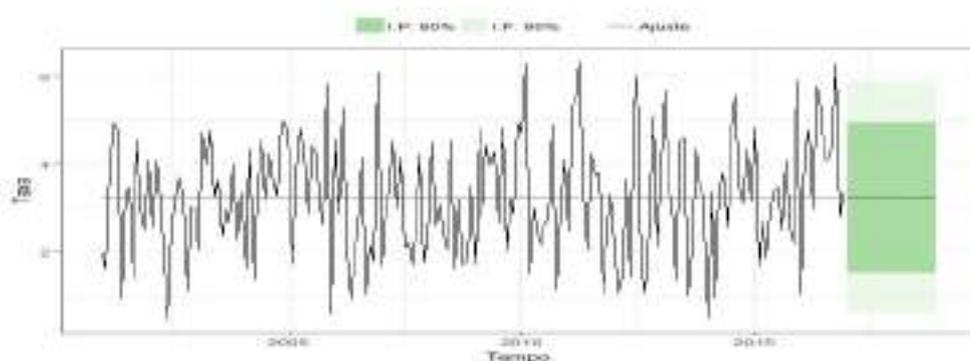
Do total de 1.194 óbitos infantis por malformação congênita 527(44,18%) ocorreram no período neonatal precoce, 588 (49,25%) eram do sexo masculino, 734 (61,5%) de raça/cor parda, 571 (47,8%) tinham peso ≥ 2.500 . Predominaram crianças cujas mães encontrava-se em idade fértil entre 20 e 34 anos, com mais de 8 anos de estudo, em sua maioria, tiveram idade gestacional \geq a 37 semanas, gestação única e tiveram seus filhos por parto cesáreo.

Já demonstrado em outras investigações, várias características maternas, assistenciais e dos recém-nascidos representam importantes fatores de risco em especial para mortalidade neonatal (BANDO, 2014., RODRIGUES 2014). A raça parda somada à população com menor nível socioeconômico apresenta o maior índice de mortalidade infantil (FONTOURA; CARDOSO, 2014., RODRIGUES 2014., PAL et al.,2015;).

Em relação às categorias das malformações a maior frequência ocorre na classificação Q24 (outras malformações congênitas do coração), o que demonstra uma imprecisão no diagnóstico.

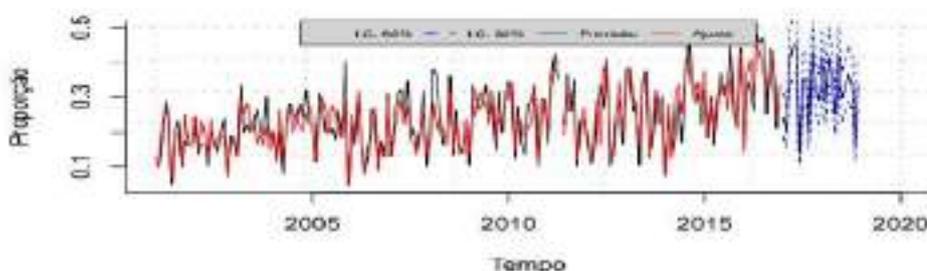
Após realizar as e suas funções de autocorrelação (ACF) e autocorrelação parcial (PACF), a identificação foi feita através do Box e Jenki para a tendência da mortalidade infantil por malformação congênita pode encontrar como resultado um comportamento estacionário para variável a taxa por sua média ser constante. O modelo adotado foi um modelo de ruído branco gaussiano, o modelo estimado para este indicador é somente sua própria média ao longo do tempo, sendo $Y_t = 3,25$ (a média).

Gráfico 1. Taxa mensal de mortalidade por malformação congênita com ajustes Recife, (PE) 2001 a 2016.



Relacionada à proporção da mortalidade infantil por malformação congênita, a variável regressora informa um crescimento à proporção para cada mês, isto é, se em determinado mês houve um grande número de óbitos então a proporção tende a ser maior para este mesmo mês.

Gráfico 2: Proporção com ajustes da mortalidade infantil por malformação congênita por 1000 nascidos vivos no período de 2001 a 2016.



Estudos de série temporal ocorridos no Brasil constatou um aumento na proporção da mortalidade infantil por malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas sendo assim equivalentes aos resultados do estudo (SIEDERSBERGER NETO et al., 2012; RAIA et al., 2017).

A partir de outubro de 2015 registrou-se os maiores coeficientes de prevalência de microcefalia ao nascer, foram observados um aumento inesperado de casos, principalmente no Estado de Pernambuco, o agregado de casos de microcefalia e outras desordens neurológicas notificadas no Brasil, após a ocorrência de quadro semelhante, em 2014 na Polinésia Francesa, o Comitê Internacional de Regulação de Emergências em Saúde declarou que quadro semelhante, constituía uma emergência de saúde pública de importância internacional (ESPII), devido à possível associação ao Zika vírus. (MARINHO et al., 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseados em dados passados, pode-se observar um aumento contínuo malformações congênitas em várias regiões do mundo previsões realizadas por esse modelo podem

contribuir para estabelecer medidas de prevenção e assistência que busquem a redução desses. Nessa perspectiva, o uso de séries temporais e técnicas estatísticas como o ARMAX são úteis para auxiliar ações de saúde para o enfrentamento desse evento e poderá contribuir para novos estudos epidemiológicos.

AGRADECIMENTOS

Ao conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Cnpq, ao Programa de Bolsa de Iniciação Científica da Fundação Joaquim Nabuco e a Pesquisadora Dra. Cristine Vieira Bonfim, por ter me proporcionado a oportunidade de participar dessa pesquisa e por ter contribuído e me acompanhado durante o desenvolvimento do projeto.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, José Leopoldo Ferreira; CARDOSO, Maria Regina Alves. Uso da análise de series temporais em estudos epidemiológicos. **Epidemiologia Serviço de Saúde**, Brasília, p.565-576, 24(3) 2015.
- BANDO, Daniel Hideki et al. Tendência das taxas de mortalidade infantil e de seus componentes em Guarulhos-SP, no período de 1996 a 2011. **Revista Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 4, n. 23, p.767-772, 2014.
- CANAKU, Dorina et al. Prevalence and Factors Associated with Congenital Malformations in Tirana, Albania, During 2011-2013. **Mater Sociomed**, [s.l.], v. 26, n. 3, p.158-162, 2014. ScopeMed International Medical Journal Management and Indexing System. <http://dx.doi.org/10.5455/msm.2014.26.158-162>.
- CANALS, Andrea C; C, Doug Gabriel; C, Julho Nazen. Prevalence and Factors Associated with Congenital Malformations in Tirana, Albania, During 2011-2013: fatores de risco para ocorrência e gravidade de malformação congênita. **Rev Med Chile**, Santiago Chile, p.1431-1439, 2014.
- LIMA, Iraci Duarte de et al. Perfil dos óbitos por anomalias congênitas no Estado do Rio Grande do Norte no período de 2006 a 2013. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, Salvador, v. 16, n. 1, p.52-58, 2017.

PAL, A. C. et al. Prevalence of congenital malformations in newborns delivered in a Rural Medical College Hospital, West Bengal. **IOSR Journal of Dental and Medical Sciences**, v. 14, n. 12, p. 26-32, 2015.

MARINHO, Fátima et al. Microcephaly in Brazil: prevalence and characterization of cases from the Information System on Live Births (Sinasc), 2000-2015. **Epidemiologia e Serviço de Saúde**, Brasília, v. 25, n. 4, p.1-11, 2016.

MARTINS -MELO, F R et al. Tendência temporal e distribuição espacial do aborto inseguro no Brasil, 1996-2012. **Rev Saúde Pública**, Fortaleza, p.508-520,v.48, n.3, 2014.

PEREIRA, A.L. A; de SOUZA, M. A. B; SANTOS, J.C.Tendência temporal das malformações congênitas do sistema nervoso nos últimos quatro anos no brasil. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**.Salvador,2018;8(1):16-23.

RISTIVOJEVIC, Andjilka et al. Epidemiologija o struktura kongenitalnih anomalija novorodencadi ureionu novog Sada. **Vojnosanit Pregl**, Novi Sad, p.442-448, 2016.

RODRIGUES, Livia dos Santos. Características das crianças nascidas com malformações congênitas no município de São Luís, Maranhão, 2002-2011. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasilia, p.295-304,23(2), 2014.

SIEDERSBERGER N P; ZHANG ,L;NICOLETTIL, D;BARTH,FM. Mortalidade Infantil Por Malformações Congênitas No Brasil, 1996-2008 . **Revista da AMRIGS, Porto Alegre, 56 (2):** 129-132, abr.-jun. 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Congenital anomalies; 2015 [Internet]. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs370/es/> acesso em :out,2017.

IDADE DA MÃE E DECORRÊNCIAS PARA OS FILHOS - ANÁLISE EXPLORATÓRIA

Rafael Zimmerle da Nóbrega¹; Morvan de Mello Moreira²

¹Estudante do Curso de Economia – UFPE; e-mail: rzndanobrega@gmail.com, ²Pesquisador da Diretoria de Pesquisa/Coordenação-geral de Estudos Econômicos e Populacionais – DIPES/CGEP; e-mail: morvan.moreira@fundaj.gov.br

RESUMO

O presente estudo procura avaliar o efeito da idade materna ao nascimento do primeiro filho sobre características dos filhos. Mais especificamente, da idade materna ao nascer do primeiro filho sobre a disparidade idade-série (como *proxy* para o desempenho educacional). Assim, põe-se na esteira da atual discussão sobre o efeito da idade materna sobre o desempenho dos filhos. Para tanto, se utiliza do método *Propensity Score Matching* aplicado a variáveis da PNDS-2006, um banco que se propõe a trazer vastas informações sobre a vida reprodutiva das mulheres brasileiras. Os resultados trazidos apresentam concordância com a literatura ao encontrar um efeito negativo da idade materna precoce sobre a disparidade idade-série, porém com uma magnitude menor do que a previamente encontrada. Tem a importância de trazer um novo método para tratar o tema e abrir caminho para a correção de vieses presentes nesse tipo de análise.

Palavras chave: Idade materna; educação; fecundidade; *Propensity Score Matching*.

INTRODUÇÃO

Não são somente mudanças nas taxas de fecundidade (MOREIRA; FUSCO, 2015) que marcam o atual período de transição demográfica por todo o mundo. Novas variáveis também ganham relevância, tal como a idade materna ao nascimento dos filhos. Nos países desenvolvidos, essa discussão tem ganhado força nas últimas décadas, visto que a postergação da maternidade tornou-se padrão, aliada à diminuição das famílias em consequência das baixas taxas de fecundidade e do aumento de mulheres que escolhem não ter filhos.

Nesses países desenvolvidos, estudos procuram entender qual o efeito desses novos fatos demográficos sobre diversos aspectos da vida da população, em especial, o bem-estar e a educação dos filhos cujas mães decidem pela postergação do nascimento (GOISIS, 2013).

No Brasil, esta discussão vem se tornando cada vez mais relevante. Mais e mais pesquisadores buscam entender o efeito da idade materna sobre os descendentes, embora

o foco seja mais orientado pela latência da gravidez prematura, devido às condições específicas, por ora, nas quais se apresenta a postergação da maternidade. (BERQUÓ E GARCIA, 2012; MARTELETO E DONDERO, 2013).

A literatura sobre o tema entende que especialmente dois fatores se apresentam para compor o efeito da idade materna sobre o bem-estar (incluindo educação) dos filhos: um efeito socioeconômico, dado que a postergação da gravidez permite à mulher inserir-se melhor no mercado de trabalho e acumular mais recursos; e outro de saúde, que no caso especialmente de mulheres com gravidez tardia é proeminente. (GOISIS, 2013) Na gravidez precoce, há questões relacionadas com a falta de experiência, de recursos e de informações que põem a mulher muitas vezes em situações de vulnerabilidade.

Esta pesquisa situa-se, então, na esteira da atual discussão sobre o efeito da idade materna sobre o desempenho dos filhos, o que se torna mister para pensar políticas públicas orientadas tanto para lidar com a atual predominância da gravidez adolescente, quanto para pensar um futuro no qual a postergação da maternidade é cada vez mais comum. Seu objetivo é, portanto, identificar o efeito da gravidez precoce sobre a disparidade idade-série do filho, mensurada aqui como a chamada disparidade idade-série, medida que procura captar se o indivíduo reprovou alguma série ou não durante sua vida escolar. (MARTELETO E DONDERO, 2013).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A grande proposta deste trabalho foi utilizar um método eficaz para modelar o efeito da idade materna na primeira gravidez sobre a educação da criança.

Uma vez que o efeito em objeto é composto por duas principais componentes, de nível socioeconômico e de saúde, a análise está altamente sujeita a variáveis que enviesem os resultados. Em outras palavras, há uma aparente propensão de ocorrência do chamado viés de seleção (ANGRIST E PISCHKE, 2009). Para corrigir tal problema, é crescente o emprego de um método conhecido como *Propensity Score Matching*, que, no nosso caso, encontraria um grupo de filhos cujas mães tinham alta probabilidade de ter gravidez precoce, mas de fato não tiveram. Idealmente, esse método aleatorizaria a amostragem e corrigiria os possíveis vieses devidos a grupos selecionados.



O banco de dados utilizado para a análise foi proveniente da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS 2006), um dos poucos (senão único) bancos disponíveis para o Brasil que se propõe a captar informações detalhadas sobre a vida reprodutiva das mulheres e sobre a história de vida dos filhos (MARTELETO E DONDERO, 2013). No entanto, durante a pesquisa diversos problemas surgiram com o banco de dados, especialmente no que concerne a *missing values* (valores ausentes), que inviabilizaram muitas vezes a inclusão de variáveis importantes para a análise (tais como aquela variável que capta se a mulher já perdeu alguma gravidez durante a vida).

Ainda assim, procedeu-se com o método utilizando um banco de dados com valores ausentes omitidos e um banco de dados com valores ausentes imputados. Após serem testados alguns tipos de algoritmos de *matching* (método utilizado para gerar o grupo de controle com maior propensão a ser tratado), o *Genetic Matching* mostrou-se o mais eficiente. (ver DIAMOND E SEKHON, 2013).

Dentre as covariáveis inclusas estão: a multiplicidade de filhos (se o filho nasceu único ou múltiplo); o sexo do filho; a idade da mulher; classificação de cor da mãe; número total de filhos e filhas da mulher; indicador se a mulher fumava ou não, quando da ocasião da pesquisa; indicador de recebimento do Bolsa Família; tipo da família, que capta se a família é monoparental ou não; anos de estudo da mãe; e o logaritmo natural da renda total do domicílio.

RESULTADOS

A análise dos nossos resultados de *matching* de acordo com o critério de balanceamento de covariáveis nos leva à conclusão de que o mecanismo de *matching* não conseguiu atingir a meta ideal. No entanto, foram avaliados os resultados de Efeito Médio do Tratamento (*Average Treatment Effect*), que no caso de o *matching* ter conseguido ser eficiente daria o efeito líquido de ter sido tratado. Seguindo o entendimento de Santos (2014), no nosso caso, isso representa a média de disparidade idade-série no grupo de filhos cujas mães tiveram primeira gravidez em idade precoce menos a média de disparidade idade-série no grupo de filhos cujas mães tiveram primeira gravidez em outro grupo de

idade. O resultado encontrado foi de -0,09305536, para os dados ausentes omitidos, e -0,1387033, para os dados ausentes imputados.

Além do efeito médio do tratamento, dado que não consideramos que o *matching* tenha sido idealmente eficiente, regredimos a disparidade série-idade frente às covariáveis incluindo a variável de indicação de gravidez precoce em um modelo binário (*probit* no nosso caso). A regressão apresentou resultados indicando que o efeito da idade materna sobre a maternidade, em termos de *odds-ratio* (que representa a probabilidade de um evento ocorrer sobre a probabilidade de ele não ocorrer), é da ordem de 0,80. Isso representa que a probabilidade que um filho(a) de uma mulher que teve gravidez precoce tem de ter reprovado alguma série é maior do que a de um filho de mulheres em grávidas em outras idades. Esse resultado condiz com a literatura ao indicar um efeito contrário entre idade materna precoce e disparidade idade-série, como os trazidos por Marteleto e Dondero (2013), no entanto diferindo em magnitude, visto que os autores trazem *odds-ratio* da ordem de 2,00 (duas) unidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a análise quantitativa está sujeita a diversas falhas, especialmente no que tange a problemas de má especificação dos modelos adotados (ANGRIST E PISCHKE, 2009).

É importante reconhecer, portanto, que limites nos dados disponíveis ao analista podem em grande medida comprometer a acurácia do modelo tentado. Dado que problemas no banco de dados disponível para a presente análise tornaram inviável a inclusão de variáveis possivelmente importantes, a análises de sensibilidade (por exemplo, ver SANTOS, 2014) fazem-se procedimentos para futuras contribuições, aliados a testes de má especificação, outros modelos que captem diferenças regionais e até mesmo a utilização de outro banco de dados. Este estudo teve, todavia, a importância de se propor a utilizar um método diferente, identificando possíveis falhas das análises prévias e indicando a necessidade de mais informações sobre o tema, representada pela diversificação e expansão dos dados disponíveis para pesquisa no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Morvan de Mello Moreira pela generosidade de ter abraçado este tema e pela disponibilidade de sempre. À Fundação Joaquim Nabuco canal sem o qual essa pesquisa não poderia ter sido realizada. A todos os pesquisadores que contribuíram especialmente no âmbito do Relatório Parcial com comentários frutíferos e valiosos. Por último, ao CNPq/CAPES pelo fomento e apoio que auxiliam e incentivam a produzir conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ANGRIST, J.; PISCHKE, J. **Mostly Harmless Econometrics: An Empiricist's Companion**. Princeton University Press, Princeton, 2009.
- BERQUÓ, E.; GARCIA, S. Algumas considerações sobre a reprodução tardia no Brasil. In: Cassio Maldonado Turra; José Marcos Pinto da Cunha. (Org.) População e desenvolvimento em debate: contribuições da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. **Demografia em Debate**, v. 4. Belo Horizonte: Abep – Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2012.
- DIAMOND, A.; SEKHON, J. S.; Genetic Matching For Estimating Causal Effects: A General Multivariate Matching Method For Achieving Balance In Observational Studies. **The Review of Statistics and Economics**. MIT press, jul/2013.
- GOISIS, A. **Childbearing postponement and child wellbeing in the U.K.:** Reconciling and integrating different perspectives. 2013. Tese (PhD) - Department of Social Policy, London School of Economics, Londres.
- MARTELETO, L. J.; DONDERO, M. Maternal age at first birth and adolescent education in Brazil. **Demographic Research**, v. 28. Max Planck Institute for Demographic Research. Rostock, 2013.
- MOREIRA, M. DE M.; FUSCO, W. **Dinâmica demográfica do Nordeste** - relatório de pesquisa. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2015, 181 p.
- SANTOS, R. D. T. **The impact of commuting duration on youth's academic performance: could mobility compromise school achievement?** 2014. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS NA AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU - UM OLHAR SOBRE OS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL

Rebeca Allana Albuquerque¹; Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura²; Antônio Jucá Filho³

¹Estudante do Curso de Ciências Sociais – DECISO da Universidade Federal Rural de Pernambuco/ UFRPE; e-mail: beca.allana@gmail.com; ²Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais da FUNDAJ-DIPES; e-mail: alexandrina.sobreira@fundaj.gov.br; ³Pesquisador da Coordenação Geral do Centro de Estudos em Dinâmicas Sociais e Territoriais da FUNDAJ- CEDIST; e-mail: antonio.juca@fundaj.gov.br

RESUMO: O presente trabalho perpassa pela seguinte situação-problema: Qual a relação entre a ODS 12 da Agenda 2030 que propõe assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis e os objetivos Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)? Para responder o problema, foi escolhida a metodologia qualitativa através dos métodos de análise bibliográfico e documental. Tem-se a conclusão que o Brasil está aquém do alcance da ODS 12, principalmente por se destacar na América Latina como o principal possuidor de lixo a céu aberto.

Palavras-chave: Agenda 2030. ODS 12. Resíduos Sólidos. Saneamento. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável foi elaborada pela Organização das Nações Unidas - ONU e trata de planos de ação para melhorar a qualidade de vida do planeta e de todos os que o habitam, visando o desenvolvimento sustentável.

Ela conta com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem consolidadas, em sua maioria, até 2030. Dentre os principais objetivos do milênio está a ODS 12, que trata da produção e consumo sustentáveis, a qual será estudada neste artigo.

O presente trabalho pretende fazer um recorte da Agenda do Milênio e fazer uma reflexão crítica acerca dos resíduos sólidos dentro deste do Objetivo 12: “assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis” da Agenda do Milênio (ONU, 2015).

Para isso, no contexto da delimitação do objeto de estudo, coloca-se a seguinte situação-problema: Qual a relação entre a ODS 12 da Agenda 2030 que propõe assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis e os objetivos Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)?

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa terá natureza aplicada e seguirá abordagem qualitativa através do método descritivo, visto que buscará correlacionar a Política Nacional de Resíduos Sólidos e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 12, disposto na Agenda 2030.

Para isso, o presente estudo utilizará como procedimentos técnicos para coleta de dados a pesquisa documental, com acesso a dados dos órgãos governamentais brasileiro, agências privadas e órgãos internacionais, e bibliográfica através da leitura de livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, monografias, dissertações, teses. A partir da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, documento basilar para esta pesquisa, far-se-á um contraponto com os dispositivos legais dispostos na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Alves (2015) alerta que o ODS 12 não apresenta uma definição clara de sustentabilidade e o símbolo utilizado no ícone de propaganda é o oito deitado, que representa o infinito, e faz comunicação com a meta 8.1: "*Sustentar o crescimento econômico per capita, de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, pelo menos um crescimento anual de 7% do PIB nos países menos desenvolvidos*" (ONU, 2015, p 26). Ou seja, imagem do infinito reflete que o consumo pode ser interpretado como um ciclo infinito e sem limitações do consumo dos recursos naturais.

O padrão de produção atual reflete uma linearidade do modelo econômico: "pegar, transformar e descartar"¹. "Esse padrão unidirecional de produção e consumo, historicamente um gerador de crescimento sem precedentes, nos leva a um processo de esgotamento de recursos. Para as empresas, isso significa interrupções no fornecimento, aumento da volatilidade dos preços e riscos na cadeia de suprimentos"² (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2016, p. 3).

Alves (2015, p. 7) justifica que "A ONU - pressionada pelo lobby dos países pobres a

¹ Take, make, dispose.

² This one-way pattern of production and consumption, historically a generator of unprecedented growth, has us on course for resource depletion. For companies, this means supply disruptions, surging price volatility, and supply chain risks.

favor do crescimento econômico e pelo lobby dos países ricos contra a redistribuição da renda mundial - rendeu-se à lógica simplista de que o crescimento econômico é solução para os problemas sociais”. Sen (2010) sugere que o desenvolvimento pode ser abordado por outra perspectiva, mas esse processo é complexo e deve ser tratado a partir de uma abordagem sistêmica, que é interligada por diversos fatores que se comunicam entre si nos aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos, ecológicos e ambientais.

Silva (2008) mostra que o Brasil está aquém no alcance e cumprimento da maioria dos objetivos e apresenta em sua pesquisa situações alarmantes na Amazônia e no Nordeste, tendo em vista as disparidades socioeconômicas da região em comparação ao restante do país, visto que a saúde e educação representam formas de consagração da cidadania e, num ambiente político e social altamente degradado, não é possível esperar que o ambiente natural possa ser respeitado ou preservado.

Assim, mudar os padrões de produção e consumo não é algo alheio às estruturas e decisões políticas, pois em virtude da despolitização do desenvolvimento sustentável que desencadeou não só a crise ambiental, mas também a social, econômica e cultural (NASCIMENTO, 2012), ou seja, a dimensão da sustentabilidade, do qual a saída do modelo atual de produção e consumo se dá pela autogestão, adoção de novos valores e costumes e reconexão com a natureza (LEFF, 2009).

Essa crise social pode ser demonstrada a partir da afirmação que na sociedade, “os 20% mais ricos consomem 82,4% das riquezas da Terra, enquanto 20% dos mais pobres têm que se contentar com apenas 1,6%” (BOFF, 2015, p.18). E “o 1% mais rico da população mundial detém mais riquezas atualmente do que todo o resto do mundo junto. Poderes e privilégios estão sendo usados para distorcer o sistema econômico, aumentando a distância entre os mais ricos e o resto da população.” (OXFAM BRASIL, 2016, p. 2).

Assim, verifica-se a existência de uma lacuna na relação semiófora com a natureza, que se faz importante ser eliminada e pode-se dar através de uma investigação crítica da forma como vivemos. Assim, é por meio da educação voltada à conservação e consumo responsável que será possível o reconhecimento dos vínculos existentes no tempo e espaço, bem como entre as esferas política, social, econômica, cultural e ambiental (SAUVÉ, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que o Brasil está aquém de alcançar a ODS 12 da Agenda 2030 que propõe assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis, tendo em vista que não consegue sequer respeitar os princípios da PNRS, principalmente o princípio da não geração de resíduos sólidos.

O Brasil falha na efetividade de suas políticas públicas, visto que em sua maioria, elas são pensadas como políticas de governo e não políticas de Estado para sua execução.

Ademais, evidencia-se que o paradigma econômico distancia as pessoas dos processos sociais, ambientais, filosóficos e até mesmo éticos e as dita relações sociais entre as pessoas e o meio ambiente. Faz-se necessário uma mudança de paradigma, de modo a incluir as dimensões social, cultural, ecológica, territorial, política e ecológica.

Não obstante, deve ressaltar a ausência de poder coercitivo da ONU como um Governo Mundial, assim como sua falta de recursos para financiamento e execução de suas campanhas, a exemplo da Agenda 2030.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq e a FUNDAJ pelo fomento da bolsa e possibilidade da realização da pesquisa, assim como a meus orientadores Alexandrina Sobreira e Antônio Jucá por compartilharem seus conhecimentos e me acolherem como orientanda. E ainda, não menos importante, a todos da secretaria do PIBIC, em especial Cesar Pereira e Inês Freire.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. Os 70 anos da ONU e a agenda global para o segundo quinquênio (2015-2030) do século XXI. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 32, n. 3, p. 587-598, 2015.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. **Waste not, want not**. Capturing the value of the circular economy through reverse logistics. 2016. Disponível em: <<https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/ce100/Reverse-Logistics.pdf>>. Acessado em: 27 mai. 2017.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**.

Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas**. 1948. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 26 mai. 17.

____. **Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E>. Acesso em: 26 mai. 17.

OXFAM BRASIL. **Uma economia para o 1%**. 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/informe%20oxfam%20210%20-%20a%20economia%20para%20o%20um%20por%20cento%20-%20janeiro%202016%20-%20resumo_0.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2017.

SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

SILVA, Hilton. A saúde humana e a Amazônia no século XXI: reflexões sobre os objetivos do milênio. **Novos Cadernos NAEA**, v. 9, n. 1, 2008.

JUVENTUDE E JUVENTUDES: SUJEITOS E TEMAS DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

Renata Coriolano de Souza Paixão¹; Alexandre Zarias²

¹ Estudante de Licenciatura em Ciências Sociais – UFPE; renatacoriolanod@gmail.com; ² Pesquisador da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) – Cecim-Dipes; alexandre.zarias@fundaj.gov.br

RESUMO

Esta pesquisa consiste na análise dos cinco livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD 2018). Busca-se complementar o conhecimento a respeito do ensino de Sociologia, na rede pública de ensino, em geral, e, particularmente, a respeito dos conteúdos concernentes ao tema “juventude”. O PNLD 2018 é destinado à avaliação e disponibilização de obras didáticas, pedagógicas e literárias. A análise mostrou que nenhum dos cinco livros didáticos abordam exclusivamente a temática “juventude”. Os cinco livros apresentam esse tema como subproduto de temas já estabelecidos. No entanto, o livro Sociologia (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2016) e, particularmente, o livro Sociologia para jovens do século XXI (COSTA; OLIVEIRA, 2016) são os que mais aprofundam essa temática.

Palavras-chaves: Juventude. Livro didático. Sociologia. Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

Objetiva-se situar a noção de juventude, no campo dos estudos sobre a Sociologia, no Ensino Médio, tendo como referência a análise dos livros aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD 2018). Assim, busca-se complementar o conhecimento a respeito do ensino de Sociologia na rede pública de ensino, em geral, e, particularmente, a respeito dos conteúdos concernentes ao tema “juventude”.

Foram analisados os cinco livros didáticos aprovados pelo (PNLD 2018). A análise mostrou que nenhum dos cinco livros didáticos abordam exclusivamente a temática “juventude”. Ambos os livros apresentam esse tema como subproduto de temas já estabelecidos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa constitui-se de uma abordagem qualitativa e revisão teórica sobre o tema “juventude”, segundo procedimentos de coleta, exame e sistematização de

informações bibliográficas, de diferentes fontes. O objetivo é circunscrever e contextualizar a abordagem do tema juventude em relação aos conteúdos de Sociologia do Ensino Médio.

As obras analisadas com o objetivo de identificar o tema “juventude” foram as seguintes: “Tempos modernos, tempos de sociologia” (BOMENY et al., 2016); “Sociologia” (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2016); “Sociologia em movimento” (SILVA et al., 2016); “Sociologia hoje” (AMORIM; BARROS; MACHADO, 2016); “Sociologia para jovens do século XXI” (COSTA; OLIVEIRA, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A literatura utilizada nesta pesquisa é pertinente à temática “juventude”. Desta forma, foram utilizados autores, textos e artigos, por meio dos quais fosse possível “explorar os conteúdos que dizem a respeito à juventude e o conjunto de fenômenos que lhe circunscreve”, tal como, por exemplo, sua relação com as instituições do Estado.

Para Bourdieu (1983), a *juventude é apenas uma palavra*, um conceito construindo socialmente, assim como o conceito de velhice. Alguém sempre será o jovem ou o velho de alguém: as divisões entre as idades são arbitrárias. A juventude é vista por Bourdieu como uma categoria em disputa em todas as sociedades e o conceito de classe pode ser uma das formas de analisar esse termo. Para o autor, o conceito de juventude muda de acordo com cada sociedade e classe e não pode ser compreendido de forma genérica, separada do seu contexto social.

Irapuan Peixoto Lima Filho (2015) diz que a *“juventude não é uma coisa natural”*. Para o autor, o conceito de “juventude” é moderno, surgido com a Revolução Industrial e ascensão da sociedade capitalista. É durante esse período que surge esse “novo grupo social” chamado “juventude”. Segundo ele, esse grupo distingue-se por quatro processos sociais distintos ou dimensões: etária, biológica, cronológica e simbólica. A dimensão etária da juventude estaria relacionada à idade. Para Organização Mundial de Saúde (OMS), “jovens” seriam aqueles indivíduos com idades entre 15 e 29 anos.

Para o autor, são nesses processos sociais que se percebe a *juventude como estética*, por torná-la ainda mais específica ganhando componentes simbólicos muito próprios, como

por exemplo, novas expressões artísticas, o rock, o teatro, a pop art e a literatura *beatnick*, surgidas na década de 1950 na qual a juventude emerge de forma mais visível.

Outra questão apontada pelo autor referente à juventude e estética está relacionada com o fato de que a sociedade em que vivemos hoje “extrapolou a ideia de juventude como algo relacionado a um tempo específico, paralelo ao desenvolvimento corpóreo...” (LIMA FILHO, 2015). De acordo com ele, para a sociedade dos atuais, a juventude é algo que pode ser adquirido por meio de procedimentos estéticos.

Em *Sociologia em movimento* (SILVA et al., 2016) a referência à temática “juventude” aparece a partir do capítulo 4. Foram encontrados textos que abordam a questão da construção de identidades dos jovens no século XXI, era da expansão da informação e dos meios digitais. Outro texto que também faz referência à juventude nesse mesmo capítulo é “Escola: um lugar de controle social ou de aquisição de conhecimentos?”

No livro *Tempos modernos, tempos de sociologia* (BOMENY et al., 2016) a partir do capítulo 17, é possível encontrar textos que fazem referência à juventude. Por exemplo, no texto “*Identidade ou identificação?*”, que aborda as diferenças entre os conceitos de identidade e identificação.

O livro *Sociologia* (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2016) reserva praticamente um capítulo inteiro para tratar de questões referentes à juventude. Essas referências começam a aparecer a partir do capítulo 11 “*Juventude: uma invenção social*”.

Aqui são encontrados textos sobre diversos assuntos relacionados a esse grupo social. Por exemplo, o texto “*Juventude e sociedade*” aponta a juventude como uma força social. Apresenta os acontecimentos de 2015, quando vários estudantes do Ensino Médio ocuparam suas escolas, devido a uma decisão do governo de São Paulo de “reorganizar as escolas por ciclo de ensino” (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2016).

Este livro apresenta diversas questões acerca das juventudes e discute temas referentes a esse grupo de forma bastante didática e ilustrativa, sem fugir ao assunto proposto. Faz questão de elucidar as diferentes realidades vivenciadas pelos jovens do Brasil e como o termo “juventude” muda para cada sociedade e classe. Apresenta, também, as diferenças entre os conceitos “juventude” e “juventudes” escrito no plural, agregando,

assim, os diferentes grupos de jovens e suas diferentes realidades, além das problemáticas de gênero, raça e etnia.

O livro *Sociologia hoje* (AMORIM; BARROS; MACHADO, 2016) não apresenta nenhum tema em que seja possível fazer referência direta à temática de pesquisa “juventude”. A 3ª Unidade intitulada “*Poder e cidadania*” aborda questões referentes à Ciência Política, partindo dos conceitos de poder, Estado, partidos, direitos, movimentos sociais, globalização e cidadania. Aqui, já se percebe algumas referências à temática “juventude”.

Em *Sociologia para jovens do século XXI* (COSTA; OLIVEIRA, 2016) a 1ª Unidade, intitulada “*Sociologia e conhecimento sociológico*”, introduz a importância do estudo da Sociologia para entender os fenômenos e relações sociais. A referência à juventude aparece no texto, “*E quando alguns adultos dizem que os jovens não se interessam por essas discussões?*”.

A 2ª Unidade, intitulada, “*Trabalho, Política e Sociedade*”, traz debates sobre diversas questões do mundo contemporâneo, que são consideradas como fundamentais para os jovens de acordo com os autores do livro didático. Faz-se uma reflexão mais aprofundada sobre os diferentes processos e dinâmicas sociais.

A 3ª Unidade, intitulada “*Relações sociais e contemporâneas*”, apresenta temas atuais relacionados aos jovens. Os temas tratados tentam aproximar os estudantes e propor uma reflexão sobre sua condição no mundo. Traz atividades que valorizam os conhecimentos prévios dos estudantes e as suas experiências que são encorajadas por meio da problematização a partir de perspectivas sociológicas. Os textos relacionam-se com as diferentes realidades vivenciadas pelos jovens, a partir da apresentação de temas centrais do mundo contemporâneo, que fazem parte da realidade das juventudes brasileiras.

No capítulo 5, “*Sejam realistas: exijam o impossível! Identidades sociais e culturais*”, destacam-se as importantes participações dos jovens ocorridas em 1968, as quais foram de suma importância para as mudanças sociais do período. Aqui, os jovens são tidos como atores sociais que lutaram contra a violência e repressão do regime militar que estava ocorrendo no Brasil.

No livro, são discutidos temas que, de acordo com os autores, são específicos do mundo dos jovens do século XXI. Os temas abordados não tratam exclusivamente da

temática “juventude”, mas colocam diversos assuntos como algo que se relaciona com o mundo dos jovens e das suas linguagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio analisados, a juventude aparece como subproduto de temas já estabelecidos. Nenhum dos cinco livros aborda exclusivamente a temática de pesquisa. Apenas dois, dos cinco livros didáticos, trazem assuntos que fazem maior referência à juventude.

Pode-se dizer, que, nesses dois livros *Sociologia* (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2016) e *Sociologia para jovens do século XXI* (COSTA; OLIVEIRA, 2016), a juventude aparece como sujeitos capazes de atuar e causar mudanças na sociedade. No entanto, nos cinco livros didáticos analisados, o lugar da juventude não está muito bem definido. Devido a isso, há dificuldade em compreender, por exemplo, o que é essa “juventude” e qual a sua função social.

É importante analisarmos como os livros didáticos de Sociologia estão abordando a temática “juventude” e se estão abordando. Esses livros são destinados a estudantes de escolas da rede pública de ensino, que se encontram no Ensino Médio. Logo, uma maioria de indivíduos considerados socialmente jovens.

Por isso, a necessidade de estudar esse tema. Os jovens são importantes atores em nossa sociedade. São quem produz e reproduz essa mesma sociedade. Precisamos falar em juventude e juventudes, e compreender esse grupo social que vai ser categorizado de diferentes formas. Como bem aponta Bourdieu (1983), o termo “juventude” não pode ser usado de forma genérica, pois se expressa de diferentes formas para cada sociedade e classe.

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa só foi possível graças ao apoio da Fundação Joaquim (Fundaj) e ao CNPq. Agradeço ao pesquisador, professor e orientador da pesquisa Alexandre Zarias pela sua paciência e conhecimentos que fez tudo possível e também a minha companheira de pesquisa Elizabete Oliveira que me auxiliou em muitas questões. Muito obrigada a todos!

REFERÊNCIAS

AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de; MACHADO, Igor José de Renó. **Sociologia hoje**. São Paulo: Editora Ática, 2016.

BOMENY et al. **Tempos modernos, tempos de sociologia**. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

LIMA FILHO, Irapuan Peixoto. A juventude como estética. **Coletiva**, n. 17, dez. 2015. Disponível em: <http://www.coletiva.org/index.php/artigo/a-juventude-como-estetica/>

MOTIM, B.L; MARIA, A.B; ARAÚJO, S.M. **Sociologia**. Editora Scipione, 2016.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes; COSTA, Ricardo C.R. **Sociologia para jovens do século XXI**. Imperial Novo Milênio, 2016.

SILVA et al. **Sociologia em movimento**. São Paulo: Editora Moderna, 2016.

PADRÕES ESPACIAIS DA MORTALIDADE INFANTIL EVITÁVEL NO RECIFE, PERNAMBUCO, 2013-2016

Thassia Ferreira Cavalcanti¹; Cristine Vieira do Bonfim²

¹Estudante do Curso de Ciência Biológicas - Licenciatura- UFPE; e-mail: thassiaferreira04@gmail.com

²Pesquisadora da Diretoria de Centro Integrado de Estudos Georreferenciados para a Pesquisa Social da Fundaj – CIEG; e-mail: Cristine.bonfim@uol.com.br

RESUMO: A mortalidade infantil ainda permanece como um problema de saúde pública. Este estudo teve por objetivo descrever as características clínicas e epidemiológicas dos óbitos infantis evitáveis e identificar padrões espaciais da distribuição da mortalidade infantil evitável no Recife (PE), no período de 2013-2016. Foram utilizados os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade e do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos. Foi realizado um *linkage*, no qual permitiu o pareamento dos dados em comum presente nos dois bancos. As informações serviram como base para as análises espaciais por meio do estimador de *kernel* e estatística por meio da regressão logística. No período estudado foram registrados 1.071 óbitos infantis. Após o *linkage* foram encontrados 1.035, 734 (70,9%) classificados como evitáveis. O tipo de óbito neonatal precoce, 408 (39,42%) apresentou associação quanto a evitabilidade. 461 (62,8%) eram reduzíveis por adequada atenção à mulher na gestação. A distribuição dos óbitos, se deu em maior concentração nos bairros da Região Norte do Recife (PE), como Linha do Tiro, Beberibe, nos quais foram possíveis identificar através das áreas quentes com maior intensidade. As análises espaciais, forneceram maior clareza para distribuição dos óbitos infantis, como também permitiram a identificação dos óbitos evitáveis no município de estudo.

Palavras-chave: Características epidemiológicas; Causas evitáveis; Mortalidade infantil.

INTRODUÇÃO

A mortalidade infantil permanece como problema de saúde pública no mundo, principalmente nas regiões mais pobres (UNICEF, 2018). É um indicador sensível de saúde de uma população, pois reflete as condições de vida existentes e o acesso aos cuidados e a qualidade da atenção à saúde materna e infantil (AGUIAR; LANA, 2016).

Por definição, a mortalidade infantil corresponde aos óbitos em menores de um ano de idade, ocorridos em um dado período de tempo e em uma determinada localidade (DIAS; NETO; ANDRADE, 2017). O óbito infantil se divide em dois componentes etários: neonatal e pós-neonatal. O neonatal é subdividido em neonatal precoce e tardio.

A Organização das Nações Unidas, propôs a redução da taxa de mortalidade infantil como um dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio a ser alcançado até 2015 (UNITED NATIONS, 2000). O Brasil conseguiu alcançar a meta ao reduzir a mortalidade infantil, passando de 16,0 óbitos por 1.000 nascidos vivos no ano de 2010 para 14,5 óbitos por 1.000 nascidos vivos no ano de 2013 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

No estado de Pernambuco, no período de 2013 a 2016, a taxa de mortalidade infantil passou de 14,1 para 13,9 óbitos por 1.000 nascidos vivos. No ano de 2013, no Recife (PE), a taxa de mortalidade infantil foi de 12,3 óbitos por 1.000 nascidos vivos, enquanto no ano de 2016 foi de 11,9 óbitos por 1.000 nascidos vivos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016).

Com o intuito de melhorar a qualidade da atenção dos serviços de saúde, pesquisas têm sido realizadas com o objetivo de reduzir a mortalidade infantil, e a análise espacial tem sido um meio promissor para identificação de áreas prioritárias para a realização de tomadas de decisões para as intervenções em saúde (RODRIGUES, 2014).

Portanto, o objetivo deste estudo é descrever as características clínicas e epidemiológicas dos óbitos infantis evitáveis e identificar padrões espaciais da distribuição da mortalidade infantil evitável no Recife, Pernambuco, no período de 2013 a 2016. De modo que alternativas acerca da problemática sejam elaboradas e aplicadas nas unidades de saúde, para que assim possa ocorrer a redução da mortalidade infantil.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo descritivo, realizado na cidade do Recife-PE, capital do Estado de Pernambuco, localizada na região Nordeste do Brasil. A cidade possui extensão territorial de 218,435 km², dividida em 94 bairros e oito distritos sanitários (DS), e uma população 1.633.697 habitantes (IBGE, 2018).

A população de estudo, foi constituída pelos óbitos de menores de um ano, de mães residentes no Recife, que ocorreram no período de 2013 a 2016. Cujas fontes de dados foram constituídas pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), e pelo Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc). Utilizou-se a técnica de *linkage*, nos quais foram empregados os métodos determinístico e probabilístico (MAIA et al., 2017). Foram registrados 1.071 óbitos no SIM, após o pareamento dos dados através do *linkage*, obteve-

se um total de 1.035 óbitos, nos quais foram analisados e classificados quanto a sua evitabilidade.

Para a análise estatística, foi realizado um modelo de regressão logística. Foi empregado o teste Qui-quadrado de Pearson para constatar associação entre o óbito infantil ser evitável ou não. Para a análise da distribuição espacial dos óbitos, foi empregado o estimador de intensidade de *Kernel*. Este método tem por função, realizar uma contagem de todos os pontos dentro de uma região de influência, ponderando-os pela distância de cada um à localização de interesse, como também, permite explorar o padrão de pontos de dados em saúde (DRUCK et al., 2004). Com isso, foi realizado o georreferenciamento utilizando o processo de geocodificação automático da ferramenta *Fusion Tables Google*.

O projeto de pesquisa foi submetido para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisas envolvendo Seres Humanos da Fundação Joaquim Nabuco, no qual contou com a anuência da Secretária de Saúde do Recife, Pernambuco, para obtenção dos dados.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Foram notificados 1.071 óbitos, após o *linkage* resultaram 1.035 óbitos infantis, destes, 734 (70,9%) classificados como evitáveis. Situação semelhante ocorreu na cidade de Janaúba/Monte Azul (MG), no ano de 2014, em que 70,8 % dos óbitos infantis foram considerados como evitáveis (DA SILVA et al., 2018). Dos óbitos evitáveis ocorridos no Recife-PE, houve maior porcentagem no componente neonatal precoce, o que demonstrou ter tido associação quanto a evitabilidade. Estudo anterior a este, realizado na cidade do Recife, apresentou semelhança com os resultados desta pesquisa, uma vez que 51,4% dos óbitos foram do componente neonatal precoce (MARQUES et al., 2018). Isso demonstra que o componente neonatal ainda se mantém com os maiores números de óbitos, evidenciando possíveis falhas na assistência durante o período gestacional e ao recém-nascido.

Com relação ao grupo de causas evitáveis por adequada atenção à mulher na gestação, foi o que apresentou maior proporção, 461 (62,8%). As principais causas foram por afecções maternas e por complicações maternas da gravidez. Uma pesquisa realizada no Recife, demonstrou semelhança com este estudo, ao constatar que esse grupo apresentou maior proporção comparado a outros grupos de causas evitáveis (MARQUES et al., 2018). Os

óbitos ocorridos e classificados neste grupo, mostram a necessidade de uma melhor adequação nos investimentos de atenção na saúde da mulher no período de gestação.

Quanto a distribuição espacial dos óbitos, as áreas quentes mostram que maiores concentrações se deram na Região Norte, nos bairros como, Linha do Tiro, Beberibe, Água fria, como consta na Figura 1 e 2. Essa distribuição demonstra a vulnerabilidade social existente, refletindo a condição de vida da população. Estudo realizado em um estado do Nordeste, considera fundamental identificar regiões em que os grupos populacionais apresentam maiores riscos sob a mortalidade infantil, como também, considera importante aliar esses riscos as variáveis socioeconômicas e a assistência à saúde (CARETI, SACERPELINI, DE CARVALHO FURTADO, 2014). O que mostra, que além da necessidade de uma adequada atenção dos serviços de saúde para a população residente nestas regiões, demonstram a necessidade dos investimentos na educação, bem como na melhoria das condições de vida da população.

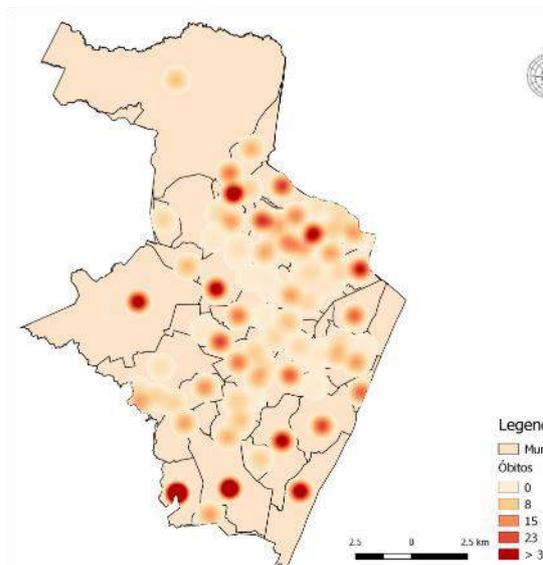


Figura 1. Distribuição do total de óbitos, no Recife (PE).

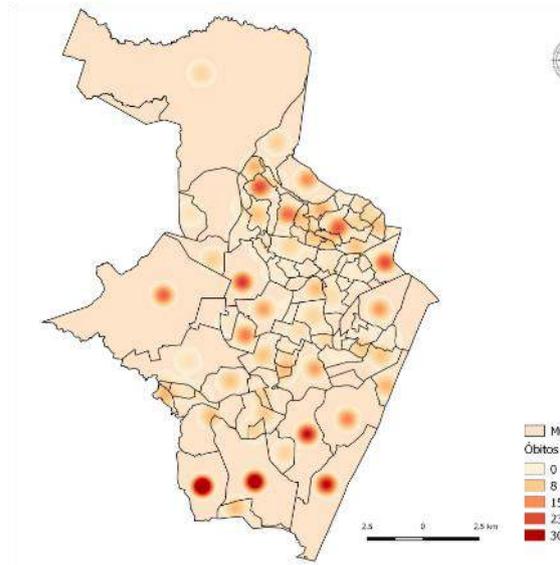


Figura 2. Distribuição dos óbitos evitáveis no Recife (PE)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos nesta pesquisa, mostraram a necessidade de uma maior atenção materno-infantil e uma melhor cobertura no acesso aos serviços de saúde para a população. Acredita-se que o presente estudo, possa contribuir para melhorias na atenção da saúde materno-infantil, de forma que auxilie no planejamento de ações mais efetivas. Como também auxiliar aos órgãos responsáveis, dos bairros que mais precisam de atenção através dos serviços de saúde, para que medidas sejam tomadas para a redução da mortalidade infantil.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq, ao Programa de Iniciação Científica da Fundação Joaquim Nabuco pela oportunidade do desenvolvimento desta pesquisa e a Professora Cristine Vieira do Bonfim por ter me acompanhado durante o desenvolvimento do projeto.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Regina Amélia Lopes Pessoa de; LANA, Ana Maria Arruda. Infant Mortality and Obstetric Assistance's Quality. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 38, n. 10, p. 479-481, 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de vigilância em saúde. **Saúde Brasil 2014: uma análise da situação de saúde e das causas externas**. Brasília:Ministério da saúde, 2015.
- CARETI, Camila Marques; SCARPELINI, Ana Helena Parra; DE CARVALHO FURTADO, Maria Cândida. Perfil da mortalidade infantil a partir da in
- MAIA, Livia Teixeira de Souza et al. Use of linkage to improve the completeness of the SIM and SINASC in the Brazilian capitals. **Revista de saude publica**, v. 51, p. 112, 2017
- DA SILVA, Patrick Leonardo Nogueira et al. Evitabilidade da mortalidade infantil na região de saúde de Janaúba/Monte Azul, Minas Gerais, Brasil. **Journal of Health & Biological Sciences**, v. 6, n. 1, p. 35-41, 2017.
- DRUCK, S. et al. Análise Espacial de Dados Geográficos. Brasília: EMBRAPA;2004. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/analise/index.html>>. Acesso em: 23/07/2018

GROVE, John et al. Maternal, newborn, and child health and the Sustainable Development Goals—a call for sustained and improved measurement. **The Lancet**, v. 386, n. 10003, p. 1511-1514, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/recife/panorama>>. Acesso em: 20/07/2018.

MARQUES, Lays Janaina Prazeres et al. Concordância da causa básica e da evitabilidade dos óbitos infantis antes e após a investigação no Recife, Pernambuco, 2014. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 27, p. e20170557, 2018.

MAIA, Livia Teixeira de Souza et al. Use of linkage to improve the completeness of the SIM and SINASC in the Brazilian capitals. **Revista de saúde pública**, v. 51, p. 112, 2017

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Departamento de informática do SUS (Datasus)**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/inf10PE.def>>. Acesso em: 27/04/2018.

RODRIGUES, Mirela et al. Análise espacial da mortalidade infantil e adequação das informações vitais: uma proposta para definição de áreas prioritárias. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 2047-2054, 2014.

UNICEF. **EVERY CHILD ALIVE. The urgent need to end newborn deaths**. 2015. Disponível em: <<https://weshare.unicef.org/Package/2AMZIF2P99KK>>. Acesso em: 26/05/ 2018.

UNITED NATIONS. **United Nations Millennium Declaration**. 2000. Disponível em: <<http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.htm>>. Acesso em: 20/06/2018.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO JABOATÃO DOS GUARARAPES: HISTÓRIA E MEMÓRIAS

Thyara Freitas de Alcântara³; Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches⁴

¹Estudante de curso de História - Bacharelado UFPE; e-mail: thyarafreitas@hotmail.com ²Analista em Ciência e Tecnologia (Pedagoga) - DIPES/CECIM professorado PPGECI; e-mail: anafpsa@gmail.com

RESUMO

O objeto de estudo é o Conselho Municipal de Educação do Jaboatão dos Guararapes no que diz respeito ao contexto histórico e funcionamento do conselho desde a sua criação pela Lei nº. 211/1996. O objetivo geral da nossa pesquisa consiste em analisar o contexto histórico de criação e funcionamento do Conselho Municipal de Educação do Jaboatão dos Guararapes. E os objetivos específicos são, caracterizar os conselheiros e conselheiras desde a criação do conselho; analisar a estrutura, atuação e funcionamento do Conselho Municipal de Educação de Jaboatão dos Guararapes. O estudo nos mostrou mudanças na composição do conselho criado em 1996 e que as mudanças na representações na legislação de 2012 deram um caráter mais classista ao conselho, exigindo dos órgãos representativos das categorias um maior engajamento na participação, representação e controle social da educação no município.

Palavras-chave: Educação. Conselho. Município. Jaboatão.

INTRODUÇÃO

No campo educacional, entende-se os conselhos como a possibilidade da participação efetiva da sociedade civil na definição das políticas públicas da educação. Segundo Cury, “um Conselho é, então, o lugar onde a razão se aproxima do bom senso e ambos do diálogo público” (2000, p. 50). Por exercer funções normativas e deliberativas, é um órgão diretamente subordinado à lei, se tornando órgão do Estado, que em nome da sociedade dialogam com os governos devendo assegurar a participação da sociedade na

³ Licencianda em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); bolsista de Iniciação Científica pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj); E-mail: thyarafreitas@hotmail.com/thyarafreitas97@gmail.com

⁴ Analista em Ciência e Tecnologia (Pedagoga) – Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj); E-mail: anafpsa@gmail.com

melhoria da educação nacional. Estes possuem competências denominadas de deliberativa, consultiva, fiscal e mobilizadora.

A pesquisa sobre o Conselho Municipal de Jaboatão dos Guararapes nos remete a entender melhor o contexto da cidade de Jaboatão dos Guararapes localizada ao sul da capital do estado, distante cerca de 18 km. Segundo dados do IBGE 2015 sua população era de 686.122 habitantes, sendo, desta forma, o segundo maior município de Pernambuco com 28 bairros. O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) é de 0,717, sendo considerado médio e acima da média estadual, ocupando o quinto lugar no ranking estadual.⁵ O município possui 87.223 estudantes matriculados no Ensino Fundamental, sendo 35.599 pertencentes à rede municipal. Com relação ao Ensino Médio, possui 1.720 na rede municipal. A nota do IDEB de Jaboatão em 2015 foi de 4,9, a cidade ficou na frente da capital Recife com 4,6 e do próprio estado também com 4,6.

Neste contexto o Conselho de Educação Municipal tem um duplo desafio: o primeiro, consiste na garantia da permanência da institucionalidade e da continuidade de políticas públicas educacionais, e o segundo, consiste em agir como instituintes das vontades sociais que representam. Segundo Cury (2004) os Conselhos não falam pelo governo e sim, ao governo, em nome da sociedade civil, constituindo assim, um órgão de Estado, este, uma institucionalidade permanente, enquanto os governos são transitórios.

Criados por Lei municipal, os CMEs têm como objetivo promover a interação entre Estado e sociedade civil, promovendo participação democrática. Os CMEs são espaços de ação política de cidadãos organizados por meio de associações civis na defesa da universalização e prática dos direitos sociais, por tanto, compreende-se que os conselhos são locais de conflito, e ao mesmo tempo de construção de consensos e negociações.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa e consistiu em analisar o contexto histórico de criação e funcionamento do Conselho Municipal de Educação do Jaboatão dos Guararapes. Utilizamos a técnica de análise de conteúdo em documentos (Bardin. 1977). Os procedimentos metodológicos utilizados durante o processo de pesquisa, se deu

⁵https://pt.wikipedia.org/wiki/Jaboat%C3%A3o_dos_Guararapes [Acesso em 06/03/18]

inicialmente, com leitura e análise de literatura relacionada ao tema, para caracterização e contextualização acerca da história e trajetória dos Conselhos Municipais e atuação no Brasil. Nos apropriamos das questões normativas que envolvem os conselhos de educação e especificamente do conselho pesquisado, com a obtenção e análise dos documentos oficiais tais como a lei de criação do conselho, regimento e lei municipal que criou o Sistema Municipal de Educação.

RESULTADOS OU CONCLUSÕES

O estudo apresenta que no âmbito educacional, os conselhos são entendidos como a possibilidade da participação efetiva da sociedade civil nas políticas públicas da educacionais, confirmando o que Cury defende quando relata que, “um Conselho é, então, o lugar onde a razão se aproxima do bom senso e ambos do diálogo público” (2000, p. 50). Aproximando assim da Gestão Democrática, onde, se objetiva a resolução de conflitos através da participação popular ativa, ainda que os atores envolvidos (professores, educadores, pais de alunos, alunos e outros) estejam inseridos em um ambiente complexo e plural.

O quadro a seguir, demonstra a mudança da representação nas duas legislação que tratam do assunto na educação municipal do Jaboatão dos Guararapes. O Conselho se mantém com 9 (nove) representantes, no entanto, observamos que o empresariado, a cultura e a comunidade religiosa não compõem mais o quadro de representantes na legislação de 2012. A nova legislação apresenta um caráter mais classista ao indicar que as representações precisam ser feitas pelo órgão de classe e acrescentam a composição do Conselho, o Conselho Tutelar, o Sindicato dos Trabalhadores de Educação e a Secretaria Executiva de Segurança Cidadã e Direitos Humanos.

A redução do tempo de mandato é também um ponto a destacar, visto que muitos conselhos possuem mandato de 2 anos e apontam essa questão como ponto negativo. O CME/JG, tinham na lei de criação um mandato de 4 anos com possível recondução e na legislação atual houve a redução para 3 anos com possível recondução.

Representação em 1996	Representação em 2012
Mandato de 4 anos	Mandato de 3 anos
1-Do ensino municipal	1-Dos trabalhadores em educação do município

2-Da equipe técnica da secretaria municipal de educação	2-Da secretaria executiva da educação
3-Do ensino estadual	3-Das escolas estaduais do município
4-Do ensino particular	4-Das escolas privadas do município filiadas ao seu órgão de classe.
5-Da comunidade escolar municipal	5-Da associação de pais de alunos de J.G. ou dos Conselhos de Integração Sócio-educativo das escolas municipais
6-Da câmara de vereadores	6-Da câmara de educação da casa legislativa
7-Do empresariado	
8-Dos meios culturais do município	
9-Da comunidade religiosa	
	7-Do conselho tutelar
	8-Do sindicato dos trabalhadores em educação do jaboatão dos Guararapes.(SINPROJA)
	9-Da Secretaria Executiva de Segurança Cidadã e Direitos Humanos

Importante destacar a participação do Conselho Municipal de Educação como órgão colegiado integrante do Sistema Municipal de Ensino de Jaboatão dos Guararapes. O controle social se amplia e reforça a necessidade da existência dos Conselhos bem como o significado da representação e participação da sociedade nos órgãos colegiados. A educação como direito da população e dever do Estado exige dos cidadãos e cidadãs um maior conhecimento da sua função social.

REFERÊNCIAS

- . Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério- FUNDEF
- .Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –

FUNDEB

.Lei nº 211, de 04 de janeiro de 1996. Cria o Conselho Municipal de Educação do Jaboatão dos Guararapes.

.Lei nº 267, de 14 de setembro de 2004. Cria do Sistema Municipal de Ensino do Jaboatão dos Guararapes.

.Lei nº 719, de 19 de janeiro de 2012. Altera os Artigos 3º, 4º e 17, da Lei Nº 211/1996, bem como altera o Art. 6º da Lei nº 267/2004

JABOATÃO DOS GUARARAPES. Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes. Lei Orgânica Municipal do Jaboatão dos Guararapes. 1996.

CURY, Carlos R. Jamil. A Questão federativa e a educação escolar. IN: OLIVEIRA, Romualdo Portela; SANTANA, Wagner (Orgs.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010.

CURY, Carlos R. J. – **Conselhos de educação: a gestão dos sistemas**, 2004.



O ENSINO SUPERIOR E O MERCADO DE TRABALHO NO INTERIOR DE ALAGOAS

Welliton Aragão Bezerra de Souza Filho¹; Luís Henrique Romani de Campos²

¹Estudante do curso de ciências econômicas - UFPE; e-mail:wellitonarag@gmail.com.

²Pesquisador da Diretoria de pesquisas sociais – DIPES; e-mail: luis.campos@fundaj.gov.br.

RESUMO:

Objetivo: Elaborar modelos estatísticos que comparem a oferta de mão de obra qualificada com o mercado de trabalho local e/ou estadual. **Metodologia:** Elaboração de banco de dados a partir dos censos do ensino superior do INEP; dos censos populacionais do IBGE e da RAIS do MTE. Análise dos dados e cruzamentos de estatística descritiva. Foi feita uma regressão para analisar a causa ou motivo do prêmio do ensino superior no estado de alagoas e analisar a tendência a homogeneização ao longo dos anos. **Resultados:** A interiorização do ensino superior pode ser uma explicação para a homogeneização dos salários médios de pessoas com ensino superior completo, pois, além de qualificar o profissional para o mercado de trabalho, acaba por deixar as economias locais mais complexas e sofisticadas. Com o aumento da oferta de trabalhadores qualificados o salário dos profissionais tende a diminuir e tornar-se mais homogêneo. **Conclusão:** A recompensa salarial quando compara-se a capital de alagoas com o interior do estado mostra que a oferta de cursos no interior está enviesada para atividades com menor rendimento. Também nota-se um desnível na oferta de cursos no interior, mostrando que a expansão do ensino carece de melhora.

Palavras-chave: Prêmio do ensino superior, ensino superior, salário, mercado de trabalho.

INTRODUÇÃO

Quando trata-se de mercado de trabalho e educação, existem duas teorias que são de grande importância, são elas a teoria do capital humano e a teoria da segmentação dos mercados de trabalho.

A teoria do capital humano expõe que quanto maior o nível de qualificação/estudo de determinado trabalhador, maior sua produtividade e conseqüentemente um maior nível de salário, maiores e melhores oportunidades de trabalho, experiências, entre outros. Os indivíduos decidem investir em capital humano tendo em vista seu custo de oportunidade, já que maiores níveis de estudo ocasionam em maiores níveis salariais (BALASSIANO, 2005)

A teoria da segmentação dos mercados de trabalho descreve a subdivisão dos mercados de trabalho e caracteriza cada emprego com suas propriedades em comum para subdividi-los desse modo. Por exemplo, cada emprego caracteriza-se por diferentes critérios de

recrutamento. São levados em conta, por exemplo, experiência, escolaridade e migração. E a depender de suas classificações, o emprego se encaixará em primário dependente, primário independente ou secundário. (BIAGIONI, 2006)

Assim, espera-se que a interiorização do ensino superior permita que sejam ofertados trabalhadores com uma maior qualificação, que permitiria uma elevação da produtividade. Essa produtividade, seria uma causa para aumento da produção e aumento do salário médio. Assim, um primeiro impacto da interiorização do ensino superior seria sobre as facilidades econômicas e oportunidades sociais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foram utilizados os microdados da RAIS para o estado de Alagoas para os anos 2000, 2005, 2010 e 2015 e dados do censo de ensino superior do INEP. Os microdados da RAIS apresentam informações de cada emprego formal existente no respectivo ano. Para evitar dupla contagem foram considerados apenas os vínculos de trabalho ativos para 31/12.

Com base nestes dados foi criada a variável de Prêmio do ensino superior, que consiste basicamente em quantas vezes o salário do trabalhador com ensino superior completo é maior que o que tem apenas ensino médio completo. Após isso, utilizou-se o programa GeoDa para montar mapas de todos os anos com os prêmios do ensino superior dividido por município, para melhor visualizar a dinâmica espacial do prêmio de ensino superior.

Foram colhidos os dados da taxa de acesso as universidades e foi criada uma variável chamada “Dummy-curso”, que seria basicamente uma lista dos municípios onde existe IES, seja pública ou particular.

Utilizou-se o programa R para análise de regressão com essas variáveis escolhidas somadas a renda per capita da cidade para tentar explicar o prêmio do ensino superior e teste dos possíveis determinantes do comportamento do prêmio por escolaridade.

Analisou-se o número de concluintes e o salário médio por município dividido pelas oito grandes áreas gerais da OCDE para ligar os dados dos concluintes com a sua média salarial

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Mapeou-se o prêmio dos trabalhadores que tinham pelo menos ensino superior completo para observar como se dividia o quadro de salários do estado. No ano 2000 Alagoas apresentava municípios com algumas médias de remunerações que apresentavam alguma disparidade ao comparar-se com a maioria dos municípios, que continham apenas trabalhadores com ensino médio completo. Em 2015 já é possível observar uma maior homogeneidade.

Estimou-se modelos de regressão para encontrar possível explicação para o comportamento observado no prêmio salarial do ensino superior onde as variáveis explicativas são: A renda per capita, a taxa de acesso à universidade e a dummy curso.

Em 2000 e 2005 nenhuma variável das escolhidas mostrou-se significativa. Ou seja, a tensão da oferta de trabalhadores não serviu para explicar a homogeneização dos prêmios do ensino superior. Em 2010 e em 2015 existe uma influência das variáveis, porém, somente a renda per capita se mostrou significativa no modelo. Com o aumento da renda per capita observa-se um aumento no prêmio. Uma explicação a esse fato seria que ao mesmo tempo em que aumenta a renda per capita passam-se a incorporar exigências educacionais nas contratações e conseqüentemente aumenta-se o prêmio de ter concluído o ensino superior.

Analisou-se o fluxo de concluintes do ensino superior das IES de Alagoas para ligar o fluxo de concluintes com sua renda e entender um dos fatores que pode impactar no salário dos profissionais que estão no mercado de trabalho.

A recompensa financeira média do trabalhador, de 2000 a 2015 cresceu 235.3%, segundo os microdados da RAIS. O salário do trabalhador com ensino superior no estado de Alagoas subiu de R\$ 722,42 para R\$ 1.700,07. E se reflete na maior parte das oito divisões, com ênfase na divisão de Educação que cresceu de R\$549,97 para 2467,51.

Ao comparar os concluintes de 2009 a 2015 do interior do estado é possível observar três áreas que mostram uma maior concentração de pessoas entre os concluintes são: i) Agricultura e veterinária; ii) Educação; e iii) Serviços. Por outro lado, há também áreas com baixíssimos valores percentuais comparados com a capital e até que não existem concluintes ou não apresentam oferta de curso.

Ao analisar também os dados do IBGE, para o ano de 2010, encontra-se que 60,6% da população que mais demanda acesso a universidade vem de Maceió. Esse número apenas



explicita o desnível encontrado na oferta do ensino superior, onde 17,5% dos concluintes estão concentrados no interior, número bem abaixo dos 39,4% de jovens que estão no interior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível ver que com o passar do tempo o prêmio salarial do ensino superior foi se tornando mais homogêneo em todo o estado de Alagoas. A interiorização do ensino superior pode ser uma explicação disto.

Ao mesmo tempo a interiorização tende a fazer com que as economias dos municípios tornem-se mais complexas, com o aumento da oferta de trabalhadores qualificados concluindo a universidade gera um efeito de redução nos salários de quem possui ensino superior e assim o efeito final sobre os salários não pode ser deduzido teoricamente.

Para uma análise mais completa do efeito da interiorização do ensino superior no estado de Alagoas seria necessário dados de todos os trabalhadores com ensino superior e ausência do mesmo empregados informalmente. Uma vez que na base de dados apenas consta trabalhadores formalmente empregados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPQ pela bolsa concedida por todo o período de realização da pesquisa.

REFERENCIAS

- BALASSIANO, Moisés; SEABRA, Alexandre Alves; LEMOS, Ana Heloisa; **Escolaridade, salários e empregabilidade: tem razão a teoria do capital humano?**, Rev. adm. contemp. vol.9 no.4 Curitiba Oct./Dec. 2005
- BIAGIONI, Daniel; **Determinantes da Mobilidade por Classes Sociais: Teoria do Capital Humano e a Teoria da Segmentação do Mercado de Trabalho**; ABEP,2006.
- COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha; **Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo**; Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal, 2009.

- CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves; JUNIOR, Edgard Bruno Cornachione; MARTINS, Gilberto de Andrade; **Doutores em Ciências Contábeis: Análise sob a Óptica da Teoria do Capital Humano**, ANPAD, 2010.



XIV JORNADA DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Pibic·Fundaj·CNPq

16 E 17 DE OUTUBRO DE 2018

APOIO



Sociedade Brasileira
para o Progresso da Ciência
Regional Pernambuco

REALIZAÇÃO



Fundação
Joaquim Nabuco



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO
FEDERAL